
ANA CRISTINA CHAVES ANDRADE

**DE POSSEIRO A ASSENTADO:
Transformações no modo de vida camponês
do médio São Francisco baiano**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao programa de Pós-
Graduação em Sociologia da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a
obtenção do título de mestre.

Orientadora: Marilda Aparecida de Menezes

Campina Grande, 2002

ANA CRISTINA CHAVES ANDRADE



M543d Andrade, Ana Cristina Chaves.
 De posseiro a assentado : transformações no modo de vida
 camponês do médio São Francisco baiano / Ana Cristina
 Chaves Andrade. - Campina Grande : 2002.
 126 f.

 Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade
 Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2002.
 "Orientação : Profa. Marilda Aparecida de Menezes".
 Referências.

 1. Assentamento - Reforma Agrária - Bahia (BA). 2.
 Desapropriação de Terras. 3. Reforma Agrária. 4.
 Dissertação - Sociologia. I. Menezes, Marilda Aparecida de.
 II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB).
 III. Título

CDU 316.334.55(813.8)(043)

**DE POSSEIRO A ASSENTADO:
Transformações no modo de vida camponês
do médio São Francisco baiano**

Dissertação de Mestrado apresentada em: 13 de Junho de 2002

Comissão Examinadora:

Marilda Aparecida de Menezes - UFPB

Orientadora

Deolinda Ramalho - UFPB

Examinadora

Emília Pietrafesa de Godoi - UNICAMP

Examinadora

Campina Grande, 2002

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação inicialmente ao meu pai, Florival Dias de Andrade (*in memoriam*), por ter estimulado em mim desde cedo o gosto pela leitura e pelo estudo. A ele credito grande parte do que realizo neste sentido, hoje.

À minha avó, Salvelina Chaves (*in memoriam*) pela identificação de valores que tínhamos em comum.

À minha mãe, Yárdley Chaves Adorno, e aos nossos salutares conflitos.

Ao meu esposo e companheiro, Eduard Montgomery Meira Costa pelo seu amor tantas vezes demonstrado por mim e, pela solidariedade e cumplicidade no esforço da atividade acadêmica.

Aos meus filhos Giordano Bruno (*in memoriam*), Weena Wells Chaves Costa e Edwin Aldrin Chaves Costa. A eles, dedico esse trabalho como expressão passada e futura do meu amor incondicional.

À Marilda Menezes pelo seu amor e dedicação à carreira acadêmica que pude perceber tão bem durante esse longo tempo em que dividimos a tarefa de elaborar este trabalho dissertativo.

À todos aqueles que me fizeram ouvinte de suas histórias, exemplos de luta pela afirmação de seus direitos à vida que se deseja viver. Lembro aqui, a inesquecível personalidade do Sr. Vitorino do Zezé. Esta sem dúvida, um expressivo exemplo de vida, como me dizia ele: “uma vida bem vivida!”.

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei em 1997 a pesquisa de campo para a obtenção dos primeiros dados que serviram de base na gestação das análises que constitui esta dissertação, encontrei um ambiente que me fez disponibilizar e desenvolver habilidades que nem eu mesma imaginava ter num nível potencial. Isso levou-me a uma dedicação e empenho tamanho, que resultaram em três anos seguidos de visitas ao campo de pesquisa. Campo este, que significou mais que um espaço de trabalho, transformando-se em mais uma dimensão da minha experiência de vida.

À medida em que ouvia anseios, histórias de sofrimentos e de alegrias, terminei por partilhar um pouco da realidade que buscava conhecer. Nesse processo, muitos são os agradecimentos que tenho a fazer para com aquelas pessoas que contribuíram para que esta experiência pudesse enfim ser traduzida à luz da construção do que o fazer acadêmico denomina de “objeto do estudo”.



Desta forma, não poderia deixar de mencionar, inicialmente, a figura do Sr. Regino Barreto (seu Regino), uma grande liderança do assentamento e, que me serviu de cicerone naquelas primeiras visitas. Através de nossas longas conversas, obtive preciosas informações sobre os lugares e as pessoas que contactei, inclusive por seu intermédio. Sou profundamente grata por sua ajuda e solidariedade sempre presentes naqueles dias. Ele também, é um dos autores deste esforço.

Outras pessoas que também, são a parte viva do universo da pesquisa, pois, cederam seus depoimentos, contribuíram enormemente, cada qual a seu modo, para aquele lado do trabalho que não aparece e nem sempre é lembrado, mas que é a sua alma, pois expressa a relação humana estabelecida e dela depende o sucesso desejado. Assim, agradeço à família Carinhonha, na pessoa de João pelas caronas até a casa de seus familiares e, do casal Manoel e Arcanja, seus pais, que com muito carinho proporcionaram-me estadia em sua casa; à família Souza através do casal Hidelfonso e Dionísia que receberam-me com tanto zelo e atenção. Sou agradecida, também, ao Sr. Antônio de Castro, assentado que prestou-me serviço de transporte em seu carro, colocando ao meu dispor o seu precioso tempo de trabalho.

Algumas pessoas moradoras da cidade de Paratinga, onde fiquei hospedada, tornaram-se amigas e grandes incentivadoras no empreendimento que terminou sendo coletivo, pois, além do interesse em me ajudar para que eu escrevesse “um livro sobre a história do pessoal da Riacho

dos Porcos”, se sensibilizaram com todo o meu esforço de idas e vindas às áreas do assentamento em que uma delas, a mais próxima fica a uma distância de 21 km.

Sou agradecida a pessoas como a estudante Soraia, sempre pronta a contactar alguém que me levasse aonde necessitava ir; ao Sr. Armando Brandão por viabilizar uma das mais importantes visitas de campo e pela consideração e solidariedade ao meu trabalho; a Dona Vanilde Brandão que recebeu-me sempre em sua pensão com cuidados maternos que me faziam sentir como se estivesse em casa de um parente mais próximo. Não esqueço todas as atenções dedicadas à mim, especialmente pelas rezas e por aqueles chás que me serviu quando fiquei repentinamente de cama por dois dias. Sem tudo isso não teria sido fácil superar vicissitudes de naturezas tão variadas.

Nas idas e vindas às áreas do assentamento, também, contei com a inestimável ajuda e atenção de Orlando Júnior, José Augusto Miranda e de Sérgio Ricardo Nogueira, funcionários da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola), órgão vinculado à Secretaria de Agricultura, irrigação e Reforma agrária, ao me deixarem acompanhá-los em algumas de suas visitas de trabalho de acompanhamento técnico chamadas de “dia de campo”. Estas incursões permitiram-me observar melhor a relação entre este agente mediador e a demanda representada pelas famílias do assentamento.

Na elaboração deste trabalho dissertativo, particularmente na fase do projeto de pesquisa, algumas pessoas foram muito importantes em suas contribuições e comentários, especialmente os professores Antônio Câmara, Eric Sabourin, Gisélia Potengi, Ghislaine Duqué, Deolinda Ramalho e Edgard Malagodi.

Quanto à professora, minha orientadora, Marilda Menezes ajudou-me pacientemente na difícil tarefa da concepção do objeto do estudo e ao adotar-me como orientanda foi a grande responsável pela conclusão deste. O seu esforço profissional e solidário à minha pessoa, particularmente nesses dois últimos anos em que enfrentei tantas dificuldades e sofrimentos pessoais, fez com que eu voltasse a acreditar que é possível seguir em frente mesmo que a realidade da vida, por tantas vezes teime em nos apontar o contrário. A ela serei eternamente grata por ter acreditado em mim.

Ao meu companheiro nesta jornada e em tantas outras, Eduard Montgomery Meira Costa, dedico meus agradecimentos na cumplicidade da experiência da tarefa acadêmica de termos passado por momentos tanto difíceis como prazerosos. Seu amparo, seu amor e sua paciência ajudaram-me em cada linha que escrevi.

Resta-me, ainda a agradecer aos poucos e preciosos amigos que tornaram a vida mais agradável durante o tempo em que vivi em Campina Grande (PB), são eles: Rildemar de Almeida, Robenilda Câmara, Gilvanildo Jeremias e Joana Soares. Também, a Cleildes Santana que me deu uma grande força ao me receber em sua casa quando aportei na cidade para dar início ao curso de

mestrado. Foram pessoas fundamentais e amigas, as minhas médicas de corpo e alma! Thédima Tênis A. Marinho, Adriana Melo e Thereza Raquel D' Amorim. A elas agradeço não somente pela minha vida e a da minha filha Weena, mas também, por indiretamente, terem-me ajudado a voltar ao meu ritmo normal de vida e aos rumos finais desta dissertação.

Por fim, agradeço a toda equipe do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB/Campina Grande, desde os ex-coordenadores ao atual, prof^o Márcio Caniello que tiveram a solidariedade acadêmica sem a qual não teria alcançado esta importante etapa da minha formação profissional. Agradeço aqueles funcionários que acompanharam diretamente esse percurso, cito aqui Joãozinho, Verinha e Rinaldo.

A CAPES, agradeço a colaboração pela concessão da bolsa de estudos por dois anos, permitindo-me estruturar a minha vida pessoal no início do curso e a realização do trabalho de campo, indispensável, portanto, para a elaboração da dissertação. Fico feliz e agradecida por ter cumprido, enfim, com a tarefa que me propus a realizar, utilizando desta verba pública a mim destinada com a responsabilidade cidadã que creio ter alcançado.

*“(...) Eu nasci e criei aqui e nunca saí,
tô com a idade de 50 anos e me permaneci direto aqui.
A única saída que tive foi um ano e oito mês (1966) que tive em São Paulo,
pensando das coisa lá ser melhor e no fim não era (...)
eu achei que a vida lá era muito apertada, corrida, não gostei (...)
e aí, a única solução é aqui mesmo, porque a prática que a gente nasceu e criou é aqui”.*

José Carinhanha, morador do Virote, sub-área de Porção de Baixo e uma das localidades da ex-fazenda Stº Antônio que compõe o assentamento Riacho dos Porcos. Paratinga-BA. Jul/99.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - DO DIREITO COSTUMEIRO AO DIREITO AO USO E À POSSE LEGAL DA TERRA	13
1.1. CAMPESINATO DE POSSEIROS NA OCUPAÇÃO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: USO COMUM DE TERRAS, PARENTESCO E TERRITÓRIO	13
1.2. PASSADO E PRESENTE NAS MEMÓRIAS DO LUGAR: 'FARTURA', SOLIDARIEDADE E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO..	29
CAPÍTULO II - HISTÓRIA E EXPERIÊNCIA DE POSSEIROS	39
AS LUTAS E AS RESISTÊNCIAS: TRADIÇÃO E MEMÓRIA COMO FONTE DE PODER NA DISPUTA PELOS DIREITOS À TERRA	39
CAPÍTULO III - DA DESAPROPRIAÇÃO À COMPOSIÇÃO DO ASSENTAMENTO ..	59
3.1 TRAJETÓRIAS FAMILIARES E SOCIALIZAÇÃO JUNTO AOS MEDIADORES NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA.....	59
3.2 A COMPOSIÇÃO DO ASSENTAMENTO: SUAS DIMENSÕES E SEUS ELEMENTOS.....	78
CAPÍTULO IV - O STATUS DE "ASSENTADO": ENTRE A AUTONOMIA E A SUBORDINAÇÃO	87
4.1 (RE)SOCIALIZAÇÕES DE PRÁTICAS NA RELAÇÃO COM OS MEDIADORES:	87
4.2 AS CONTRADIÇÕES/AMBIGÜIDADES VIVIDAS NA CONDIÇÃO DE "ASSENTADO"	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRAFIA	121

RESUMO

O estudo desenvolvido num quadro analítico de *temporalidade*, trata das características e da dinâmica da reprodução da condição camponesa de grupos familiares que tiveram suas terras transformadas em assentamento de reforma agrária no Médio São Francisco, região oeste do Estado da Bahia. Estes grupos ao se instalarem por um longo tempo em determinada terra e desenvolverem formas de sociabilidades e reciprocidades enquanto normas e regras para o seu acesso, uso e sua permanência, constituíram *patrimônios territoriais* fundamentados por noções de direito calcadas, de modo especial, na *memória* genealógica grupal e em valores sociais particularizados em direitos costumeiros. Partindo das categorias de “posseiro” e “assentado”, enfocamos processos de *continuidades* e *descontinuidades* nessa passagem. Tais processos revelaram que as noções de direito que referenciavam suas antigas práticas de posse e uso da terra são recriadas de modo a incorporar as mudanças ocorridas em decorrência da criação do assentamento e, de outro, resistindo às mesmas, por serem consideradas como uma condição de subordinação, visto terem trazido transformações definitivas em seu modo de vida - seu *habitus* - consolidado historicamente. A análise permitiu formular a conclusão de que, na condição de *assentados*, esses pequenos agricultores buscam reatualizar sua identidade camponesa em um espaço restrito e definido pela política agrícola do governo federal.

ABSTRACT

The study developed in an analytic approach of temporality, deal of the characteristics and dynamics of the reproduction of the peasant condition of familiar groups that had their ownerships converting in agrarian reform settling in the middle São Francisco, west region of the Bahia State. These groups when install by a large time in a determined ground and developed sociability and mutual wise whereas norms and rules for its access, use and its stay, constitute *territorial patrimonies* based through notions of right duty defined, especially, in genealogical groupal *memory* and in social values particularized in customer right duty. Starting of the “ownership” and “settled” classes, we tackle *continuities* and *discontinuities* processes in this turn. Such processes reveal that the right duty notions that make references to their old practices of ownership and use of the earth are recreated in manner to incorporate the occurred changes in consequence of the settling creation and, by other, opposing to the same, by they one be considered like a subordination condition, since that they have taken definitive changes in their life manner – their *habitus* – historically consolidate. The analysis allows to formulate the conclusion that, in the condition of *settled*, these little agriculturists search to reupdate their peasant identity in a restrict space and defined by the agricultural politics of the federal government.

INTRODUÇÃO

CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E EXPERIÊNCIA DE CAMPO

O estudo trata da condição da reprodução sócio-histórica de grupos familiares de pequenos posseiros localizados em terras onde atualmente se situa o município de Paratinga, no Médio São Francisco, região oeste do Estado da Bahia, cujas terras foram desapropriadas pelo INCRA e transformadas em assentamento de reforma agrária. Abordamos as práticas e os discursos desses grupos em torno da posse e uso da terra, as quais fundamentaram a constituição de patrimônios territoriais que lhes asseguraram autonomia e permanência ao longo do tempo. A condição de posse desses camponeses, também, foi marcada, a partir de um certo período, por tensões geradas por conflitos com fazendeiros grileiros, especialmente, por uma tradicional família (sendo um de seus membros, juiz de Direito) da região; que tiveram como desfecho a luta pela permanência na terra e plena liberdade do seu uso pela definitiva intervenção estatal através da Política de Assentamento de Reforma Agrária.

Trabalhamos com a perspectiva de marcação de tempos significativos e suas referências aos componentes de memória familiar e individual. Com isso, interessou evidenciar a relação entre cotidiano vivido e conjuntura sócio-histórica, especialmente, regional.

Considerando as categorias de “posseiro” e “assentado” tomadas num quadro analítico de *temporalidade*, o estudo enfoca processos de *continuidades* e *descontinuidades* a partir da história da constituição original do território pelas famílias de pequenos posseiros, da história da subordinação e do controle sócio-espacial através da grilagem até o disciplinamento do uso e da

posse da área pela intervenção do INCRA. A análise trata da qualificação de aspectos em torno da mobilização de recursos materiais e simbólicos, especialmente, *direitos*¹, ancorados, de um lado, na anterioridade da condição de “posseiro”, e, de outro, na atualidade da condição de “assentado”.

Procuramos explicitar a importância de se analisar a construção das noções de direito sobre a terra, através das relações temporais entre o *passado, presente e o futuro*. Compreendendo que o direito se constitui enquanto *costume* e, como tal, é gestado na experiência histórica de formas tradicionais de apropriação e de uso da terra, calcadas em sociabilidades que fundamentam estratégias de acesso e permanência na terra.

Há de se considerar os condicionantes em torno do qual se definem a *história, o tempo* e o *espaço* em que se dá o processo de luta por direitos. Quanto a isso, privilegia-se o elemento *temporalidade* enquanto contextualização da experiência do cotidiano e da memória dos momentos do processo de luta pelo espaço ocupado. A luta expressa a possibilidade de se efetivar *relações temporais - passado, presente e futuro* - em termos de um vir-a-ser (direito legal de viver na terra que tem como sua de fato, enquanto posseiro) considerando a trajetória da relação que tem com esta terra, com seu espaço social produzido em sua história familiar e individual.

Deste modo, a reivindicação da terra ocupada tradicionalmente emerge segundo valores sociais particularizados em direitos costumeiros, mediante disputas jurídicas em que princípios de *justiça* são evidenciados por aqueles que, a partir de dados concretos da experiência de que são portadores, buscam legitimar seus modos de vida, seus vínculos com a terra, enfim, a própria reprodução da sua condição camponesa. Esta perspectiva de análise encontra-se desenvolvida no Capítulo II deste trabalho.

Por tratar-se de histórias familiares com fortes vínculos com a terra conquistada legalmente; o seu valor cultural confere um conteúdo simbólico particular, denotando que cada

¹ Trata-se aqui das representações que os indivíduos qualificam como seus direitos e que são expressos nos seus discursos, tomando-os a partir do entendimento do “*direito vivido*”, calcado na experiência tanto individual quanto coletiva. Procurando, de modo especial, refletir acerca da relação entre valores e direitos.

situação de luta por direitos, em especial à terra, faz refletir uma experiência social que dá os contornos aos aspectos das suas reivindicações, isto é, define o que é um direito segundo valores e necessidades. Neste sentido, a noção de *posse* como vivência e maneira de interpretar o mundo, expressa-se na reivindicação de direitos. No caso em que a posse da terra assume caráter tradicional em trajetórias familiares de camponeses, explicita-se o *costume* como *direito*, relacionando tempo e valores vividos na experiência da posse. Cabe aqui ressaltar o conteúdo *moral* demarcador da idéia de *direito* contra a nomeação de invasores prevista em lei. Busca-se, assim, sua valoração na tensão motivada pela própria ambigüidade da legislação, considerando-se o tempo estabelecido de ocupação da terra em que vive. Esta ambigüidade se expressa pelo confronto entre o estatuto legal vigente de propriedade e as representações em torno da legalidade da posse elaboradas pelo agente social, o posseiro.

Cabe aqui, ainda ressaltar que a autonominação de “posseiro”, no caso estudado, se dá em decorrência da qualificação do processo jurídico, encaminhado pelos mediadores, visando a desapropriação das terras griladas pelos fazendeiros. Antes do desencadeamento desse processo, o uso da categoria discursiva nativa “dono”, observada nesses grupos familiares em foco, refere-se ao sentido de soberania que a terra possui. Como abordamos no Capítulo I, esta categoria é pensada não só como patrimônio familiar que passa “de pai para filho”, mas, em especial, como um *território* com suas regras e normas de acesso calcadas em reciprocidades, dialogando, portanto, com a história da constituição das parentelas - o que envolve uma prática e uma representação territorial no campo dos direitos quanto a forma de posse e de uso da terra.

Levando em conta a questão do espaço enquanto *cotidiano vivido* e *construído* e suas relações quanto à *temporalidade*, a abordagem contempla de um lado, o histórico do assentamento (este enquanto criação formal realizada pelo INCRA e, a partir da luta pela terra); e, de outro, o histórico da ocupação (esta enquanto fruto da dinâmica tradicional da produção e ocupação do espaço). Com isso, pretendeu-se entender em que medida a anterioridade em termos da ocupação tradicional de famílias na terra em que vivem como “assentadas” pelo INCRA,

conforma *habitus*² e estratégias particulares de organização sócio-espacial, face aos valores e representações que se constróem segundo as noções de “legitimidade” e direitos em termos de posse e uso da terra no assentamento.

O referencial teórico-metodológico que respalda a categoria analítica *trajetória* utilizada aqui, segue as indicações de Françoise Battagliola, Isabelle Bertaux-Wiame, Michèle Ferrand e Françoise Imbert³. Estes pesquisadores, partindo da perspectiva Bourdieusiana, analisam a constituição das trajetórias sociais a partir de entrevistas e questionários, realizando uma confrontação destes dois tipos de materiais utilizando-os para os mesmos indivíduos, visando uma análise que possa identificar os princípios da construção sociológica de suas trajetórias e, neste sentido, seus traços pertinentes, seus eventos ou categorias próprias ao entendimento das práticas, suas periodizações através da identificação de momentos de reorientação, de mudança de posição dentro de um ou vários campos, visando nessa caracterização global, detectar a inclinação da trajetória, o seu sentido em termos de alterações ou de manutenção da posição social., considerando a origem social enquanto seu ponto de partida. (pp. 10-11).

O emprego do sentido do referencial de análise *trajetória* volta-se à sua construção social, enquanto *trajetória social*, tal como se referem Battagliola, Bertaux-Wiame, Ferrand e Imbert, ou seja, para indicar “o encadeamento temporal das posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos dentro dos diferentes campos do espaço social”. Esta abordagem considera a importância da dimensão familiar, traçando uma relação entre as características sociais da família de origem, condições de vida passada na infância e as condições atuais de vida. Buscando localizar a importância das solidariedades intergeracionais, como central para a compreensão das

² Em suas análises acerca da prática dos indivíduos, **Bourdieu** define o *habitus* como “produtos de diferentes modos de engendramento, isto é, de condições de existência”. Deste modo, reflete que “(...) a prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* - entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionando como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações. “(...) só podemos, portanto, explicar essas práticas se colocarmos em relação a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção desse *habitus* (que engendrou essas práticas) com as condições do exercício desse *habitus*, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura”. 1983, pp 64-65.

³ 1991, pp. 3-4; 143-150.

trajetórias sociais, particularmente em termos da mobilização de capitais e sua transmissão no plano das estratégias familiares de reprodução.

Na caracterização das histórias familiares, a proposta de Garcia Jr., Medeiros e outros⁴. acerca da investigação da memória genealógica, apresentou-se como satisfatória no sentido de verificar tradições familiares entre os seus membros, particularmente, no que diz respeito à ocupação da terra e atividades econômicas.

Utilizamos, para tanto, instrumental de pesquisa caracterizado em História oral por técnicas de coleta de dados compreendidas por histórias de vida, buscando relacionar memória, identidade social e trajetória de vida, levando-se em conta, elementos da socialização e da experiência biográfica. E, deste modo, a relação entre tempo *existencial* e tempo *social*, entre experiência individual e experiência coletiva. Na medida em que as experiências biográficas estão historicamente ligadas a um contexto e são reprocessadas continuamente durante o curso da vida. Logo, a socialização não se produz exclusivamente através de atores e instituições convencionais tais como família, escola, igreja, etc.; mas inclui a própria vida, aparecendo como um particular agente socializador em seu curso - Como indica Barbieri (1997), ao abordar a relação entre, de um lado, relato de vida, tempo e experiência; e, de outro, contexto e trajetória de vida. Buscando analisar os paralelos entre experiências individuais, condições de construção de identidades e trajetórias sociais, verificando tanto as mudanças quanto as transmissões intergeracionais. Trabalhando, portanto, com histórias de vida e histórias familiares.⁵

Na medida em que buscamos resgatar a história do assentamento, focamos *histórias familiares e individuais* que se confundem com a própria história do local; e, por isto, privilegamos o estudo de *trajetórias* de duas parentelas organizadas em associações representantes do assentamento pesquisado, destacando as características da antiga relação dos

⁴ "Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental". In: Assentamentos rurais: propostas de pesquisa. Debates Cpda, número 4/Dezembro/1997, pp.46.

⁵ Barbieri desenvolve a abordagem particularizando aspectos de classe e de gênero, em seus exemplos, analisados em sua tese de Doutorado "Perspectiva antropológica de la Socialización y roles femeninos en mujeres del medio urbano". Universidade de Buenos Aires, 1997. In: **Barbieri**, Mirta Ana. "Relatos de vida, transmisión y cambio cultural";1998, pp.885-888.

membros de cada uma das famílias com o ex-fazendeiro (com o qual aconteceram as disputas que desencadearam o processo de desapropriação das terras); e, atualmente com a política local, sobretudo, com a prefeitura e os demais agentes mediadores representantes do INCRA, órgão oficial de apoio técnico rural (EBDA: EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA) e a ONG FUNDIFRAN (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO).

Ao relacionar memória e identidade, é importante registrar, como faz Pollak que: “(...) a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”(1992:204); é certo dizer que “(...) memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”(1992:204). Pollak busca ressaltar aqui as possibilidades de confronto entre a memória individual e a memória dos outros, o que denota, segundo ele, que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais; focando, inclusive, a importância em se observar, por exemplo, disputa pelos valores familiares (1992:204-205).

Através da utilização de história de vida podemos não só identificar valores inerentes aos sistemas sociais em que vivem os informantes, conhecendo aspectos importantes de sua sociedade e de seu grupo, como indica Queiroz⁶; mas, também, é uma excelente oportunidade de *revisitar o passado através do presente*, como coloca Thomson “(...) As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”(1997:57). No mesmo sentido, Barbieri afirma que as histórias são exemplos reveladores de experiências de negociação entre velhos e novos valores sociais, indicativos de continuidades ou mudanças. (1998:887).

É, ainda, neste sentido, que Barbieri (1998:886) cita a importância da utilização de histórias familiares enfocando seus segmentos geracionais. Mencionando, entre outras, as análises

⁶ Queiróz, Maria Isaura Pereira de. 1988.

de Bertaux e Thompson (1993) como contribuições importantes em termos de entendimento do papel do *sujeito* e da *família* em processos de mudança e mobilidade social. Indicando quais relações se estabelecem entre projetos pessoais e trajetória familiar, Barbieri coloca que, através do enfoque *biográfico* é possível observar a importância da família como principal instituição socializadora e transmissora de valores culturais e ideologia. E, quanto a isso, em que medida, trajetórias individuais se conjugam a outras, a partir de experiências do passado, de seus predecessores e também, se incorporam as suas próprias (1998:886).

Utilizamos a noção de *experiência* de acordo com o quadro conceitual com o qual trabalha Edward Thompson e seu desdobramento nas análises de James Scott. Considerando que esta categoria analítica assume fundamental importância no estudo das atitudes do campesinato frente as relações de dominação e exploração, adotou-se a compreensão de que “pensar classe como experiência é entender que consciência se expressa a nível do pensamento e da ação, bem como da cultura e da história de seus agentes”⁷

Buscando captar as dimensões significativas da experiência do campesinato em foco, ao nível da luta pela terra, propôs-se uma investigação que contemplasse tanto o universo das suas histórias/trajetórias familiares, quanto suas relações com setores envolvidos com suas questões. E, neste sentido, traçando referências aos aspectos ideológicos/sócio-culturais interpretados segundo a perspectiva da *economia moral* desenvolvida por Edward Thompson.

No tocante à abordagem da organização interna das famílias assentadas e de suas relações externas, pareceu especialmente relevante compreender que a idéia do funcionamento da unidade doméstica como um campo, como indica Bourdieu (1996)⁸, deve ser levada em consideração mediante sua estrutura de relações de força entre os membros do grupo familiar. Quanto a isso, Bourdieu diz que: “Não podemos dar conta das práticas das quais a família é o “sujeito”, como, por exemplo, as “escolhas” em questões de fecundidade, de educação, de casamento, de consumo

⁷ Scott, 1985:45. In: Menezes, 1998.

⁸ Apêndice: *O espírito de família*. In: *Razões práticas sobre a teoria da ação*/ Pierre Bourdieu: Tradução; Mariza Corrêa, SP: Papirus, 1996.

etc., a não ser levando em conta a estrutura das relações de força entre os membros do grupo familiar funcionando como campo (e, portanto, a história da qual esse estado é o resultado), estrutura que estará sempre em jogo nas lutas no interior do campo doméstico”.

Ainda quanto à compreensão acerca do trabalho de integração familiar, Bourdieu reflete que a família “para existir e subsistir deve se afirmar como *corpo*, sempre tende a funcionar como um *campo*, com suas relações de força física, econômica e sobretudo simbólica (vinculadas, por exemplo, ao volume e à estrutura dos capitais que seus diferentes membros possuem) e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações de força”. É, nesta perspectiva que podemos relacionar a questão do *habitus* ao *capital* e a idéia de família como *campo*. Importante lembrar que, o *capital simbólico*, como define Bourdieu⁹, “é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”. Mais precisamente, observa, que, “é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital”.

É nesta perspectiva teórico-metodológica que aponta o interesse da análise comparativa de duas trajetórias familiares em termos da dinâmica de suas práticas organizativas (em especial, da sua socialização) e de suas relações; tanto do ponto de vista interno como externo.

Aqui podemos relacionar a importância da análise de *trajetórias familiares* com o objeto de estudo aqui proposto, particularmente no que se refere à questão da *temporalidade*, estudos como o de Franco (1994) revelam a importância em se observar *continuidades e descontinuidades* nos processos sociais que se desenvolvem nos assentamentos e reservas, considerando-se a criação de espaços e formas organizativas e a questão das mudanças e permanências na dinâmica social em suas relações e práticas.

⁹ *O capital simbólico*. In: **Razões práticas sobre a teoria da ação**/ Pierre Bourdieu: Tradução; Mariza Corrêa, SP: Papirus, 1996.

Por outro lado, neste aspecto, Romano (1994) ao comentar o trabalho de Franco (1994), chama à atenção para um enfoque que possa dar conta de situações sociais em termos de absorção de aspectos de modo readequado e *re-semantizado*; o que indica, “estar atento aos efeitos de continuidade das próprias ‘descontinuidades’ nas relações sociais e nos significados presentes nos assentamentos (...)”; ou sejam, as suas contradições.

Ao desenvolver o estudo num quadro analítico de *temporalidade*, buscando qualificar processos de *continuidades* e de *descontinuidades* presentes em termos de significado no espaço social (assentamento), particularmente no que concerne à dinâmica das relações de poder constituídas interna e externamente, interessei-me em perceber, sobretudo, aspectos que denotassem contradições vividas na condição de “assentado” pelo INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Tomando, deste modo, como elemento de análise, a dinâmica organizativa do assentamento no que concerne à distribuição e organização internas dos recursos; e, às relações dos assentados com os agentes mediadores externos principais e seus respectivos graus de influências: INCRA; órgão de assistência técnica estadual (ex-EMATER-BA atual EBDA para o estado da Bahia); FUNDIFRAN (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO - ONG que atua na região baiana do Médio São Francisco desenvolvendo ações de apoio às famílias pequeno agricultoras) e a prefeitura local (município de Paratinga).

A análise exposta nos dois últimos capítulos demonstra como as noções de direitos que referenciavam suas antigas práticas de posse e uso da terra são recriadas de modo a incorporar as mudanças ocorridas em decorrência da criação do assentamento e, de outro, resistindo às mesmas, visto terem trazido transformações definitivas em seu modo de vida - seu *habitus* - consolidado historicamente. O estudo permitiu formular a conclusão de que, na condição de *assentados*, esses pequenos agricultores buscam reatualizar sua identidade camponesa em um espaço restrito e definido pela política agrícola do governo federal.

TRABALHO DE CAMPO

As experiências iniciais no levantamento de informações que visaram a elaboração do que viria a ser os dados deste estudo, foram motivadas por um interesse pessoal surgido do contato obtido via trabalho prestado para o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA), quando participei como coordenadora de uma das equipes de campo composta por estudantes de universidades federais visando a realização do I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA abrangendo todo o território brasileiro. Na ocasião, era estudante de graduação do curso de Ciências Sociais da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA e fui selecionada para trabalhar durante quinze dias entre os meses de novembro e dezembro de 1996 na região oeste deste Estado, basicamente abrangendo alguns dos principais municípios banhados pelo Rio São Francisco, entre os quais, o município de Paratinga localizado no Médio São Francisco, onde se encontra o assentamento *Riacho dos Porcos*, escolhido para o estudo.

Neste sentido, devo dizer que a escolha deste assentamento baseou-se em vários critérios, dentre os de ordem subjetiva foi a simpatia e a curiosidade despertada em mim no contato com as pessoas do lugar. E, depois, em termos objetivos o mais importante foi a comparação que fiz em relação a outros assentamentos da região, que embora tenha algumas similitudes em termos da origem das famílias assentadas, guarda algumas particularidades em termos do histórico do processo de luta pela posse e uso da terra, ou seja, a natureza das relações estabelecidas com a vivência de longa data na terra reivindicada. Esse dado chamou-me à atenção desde o início do trabalho com o Censo da Reforma Agrária, citado anteriormente.

Com relação as experiências de campo desenvolvidas nas fases compreendidas entre os períodos 1997 a 1999 (com duração de permanência em campo numa média de quinze a dezessete dias por ano), é relevante ressaltar a dinâmica da minha relação com o ambiente social pesquisado, especialmente, no que se refere, à imagem e expectativas iniciais que os pesquisados formularam a meu respeito. Iniciei um conhecimento acerca da realidade deles enquanto

participava da realização do I Censo da Reforma Agrária em 1996, e, isso, condicionou, uma imagem, mais tarde superada, de que eu era representante do INCRA (“trabalhava para o INCRA”). Essa imagem inicial colocou-me numa posição que gerou expectativas por parte de pesquisados que procuravam-me na esperança de que eu pudesse ajudá-los a resolver problemas de ordem burocrática junto ao INCRA ou, até mesmo, quanto aos conflitos cotidianos internos e soluções, por exemplo, para o caso de um grupo de famílias, em sua maioria pescadoras, que viviam em situação de marginalidade em termos de acesso e uso da terra no assentamento, estabelecendo-se durante anos em áreas ribeirinhas e de alagadiço, o que, àquele período, existiam tanto tensões como articulações no sentido, inclusive, das mesmas criarem ou não uma associação independente, visando reivindicar, junto ao INCRA, a formalização da condição de “assentadas” e, assim, obterem os conseqüentes benefícios possíveis face à esta condição. Essas tensões citadas, eram geradas pela posição das associações dos assentados que não concordavam com a formalização da posse e uso da terra por parte dessas famílias por a considerarem pescadoras e não agricultoras, além dessas áreas ocupadas serem qualificadas como patrimônio das associações e utilizadas como fundo de pasto.

Essa gama de situações as quais de uma maneira ou de outra me envolvi, trouxe alguns percalços e ao mesmo tempo ganhos de grande valor tanto subjetivo como objetivo no processo de estabelecimento dos objetivos da pesquisa e, para o meu papel de pesquisadora que busquei construir na relação com os pesquisados. Quanto a isso, devo dizer que, curiosamente, em momentos que foi necessário afastar-me da neutralidade (tão cara e discutida academicamente), sentia-me mais próxima da definição do que seria realmente importante abordar em minha dissertação. Claro que vivi conflitos pessoais oriundos da própria situação de pesquisa concreta, considerando-se o caso da observação participante e na adoção de métodos semelhantes, pois constituem-se uma fonte de dados de importante valor para o entendimento, em especial, dos resultados alcançados e suas interpretações, como reflete, também, Aaron Cicourel em seu texto

*“teoria e método em pesquisa de campo”*¹⁰.

E, mais que isso, a concepção que faço de atividade de pesquisa corresponde à mesma a qual, a antropóloga Alba Zaluar (na introdução de seu trabalho *“a máquina e a revolta”*) declara com base na sua própria experiência, ou seja, uma atividade de pesquisa não é mera técnica de obtenção de dados, mas antes uma relação social em que ambas as partes aprendem a se conhecer. Foi exatamente essa conclusão, que busquei transformar em pressuposto na relação com os pesquisados, pois, de ambos os lados, existiam imagens, papéis, expectativas e desejos a serem esclarecidos e enunciados, onde a posição de neutralidade não teria condições de existência.

Algumas barreiras iniciais tiveram que ser vencidas, para que uma situação qualificada por mim como a ideal, viesse a tomar corpo, entre as quais coloco como a mais importante, a quebra do tratamento à minha pessoa, em especial à linguagem utilizada por alguns dos pesquisados ao dirigirem-se à mim como “doutora”, por se tratar de uma “pessoa de estudos”, oriunda de um estrato social diferente do deles e que eles imaginavam que poderia ajudá-los, principalmente porque havia “trabalhado para o INCRA”, órgão no qual eles depositavam esperanças em poderem efetivar o que julgavam seus direitos, apesar de tantos conflitos e queixas em relação ao mesmo.

Ao adentrar em suas casas e em algumas, pernoitar - a convite - pude observar um pouco melhor a importância que cada um dos entrevistados atribuía aos assuntos abordados, a forma da narrativa que cada qual imprimiu a sua história de vida, as suas participações e relações no meio familiar e suas posições em relação a acontecimentos e fatos processados tanto no seu interior como fora dele. Alguns momentos do cotidiano familiar e eventos importantes tais como rituais de cerimônia e comemoração de batismo e festas de aniversário, pareceu-me reveladores do modo de ser tanto pessoal, quanto coletivo, indicando aspectos culturais na construção familiar e, também, dos seus arranjos em termos de rede de relações e de suas normas, noções e valores morais em suas manifestações pessoais, as quais se tornaram personagens principais da expressão coletiva captada e exposta neste trabalho.

¹⁰ In: *desvendando máscaras sociais*, pp. 102-107.

CAPÍTULO I

Do Direito Costumeyro

ao Direito ao uso e à posse legal da terra

“A criação aqui ajuda muito. Mas, agora deram prá criar tudo é preso, olhe, tudo pegado nas roça, não pode criar mais campo fora. Agora negócio de gibão e perneira, acabou. Hoje é só no arame, virou uma civilidade doida. Eu mais a véia (a esposa) ainda de manhã, nós estava conversando, eu digo: ‘ é! véia, da agora em diante, eu mais você vamo comer candeeiro de sebo, vamo ver o que é nosso passar prá mão dos outros e, nós ficar abestando’ ”.

Depoimento concedido em setembro/97
pelo Sr. Vitorino Lino de Souza, “seu Vitorino do Zezé”,
noventa e três anos de idade,
morador da localidade conhecida por “Zezé”,
uma das áreas do assentamento *Riacho dos Porcos*,
formalizado pelo INCRA

1.1. Campesinato de posseiros na ocupação do sertão do São Francisco: uso comum de terras, parentesco e território

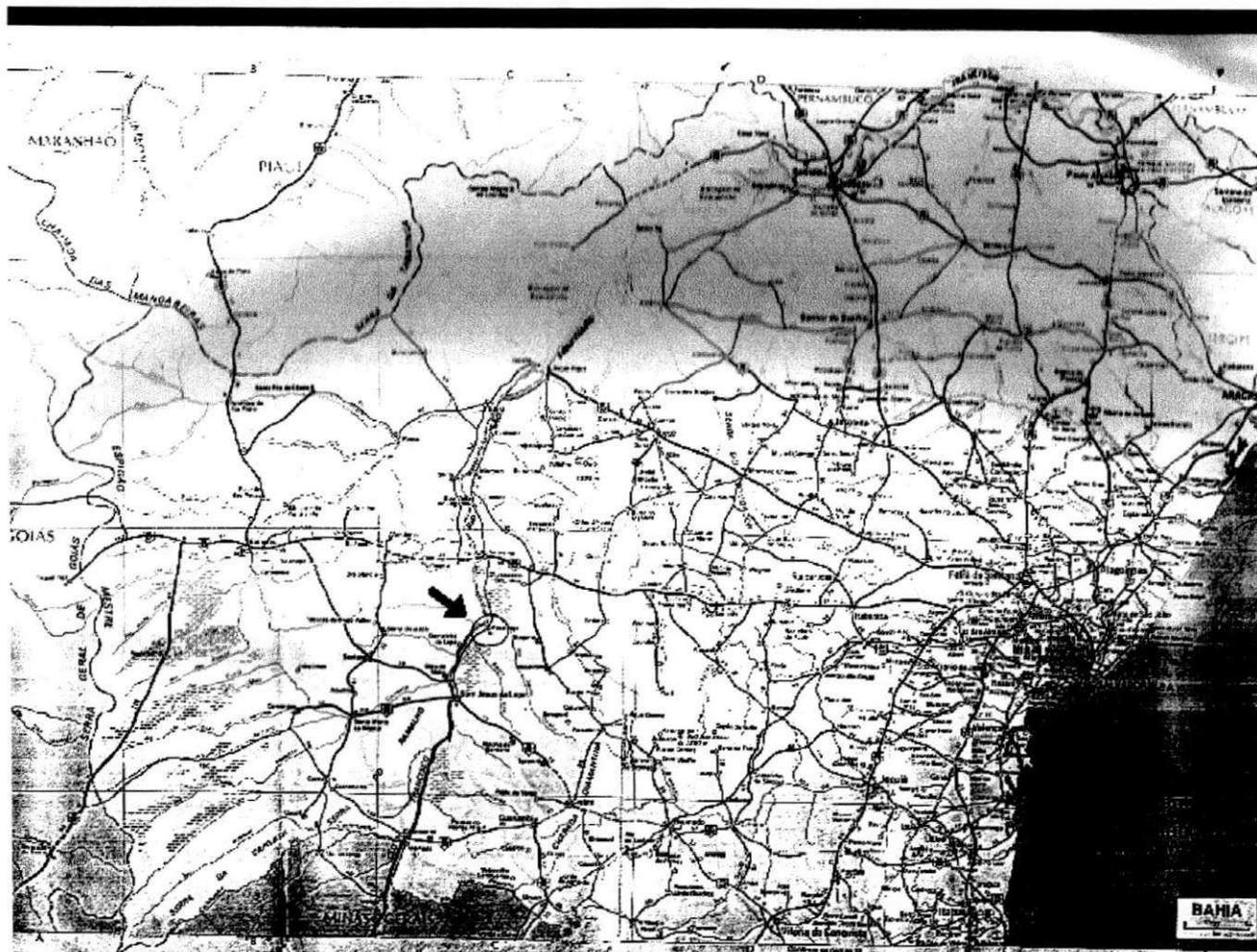
São inúmeras as referências¹¹ acerca da antiguidade da fixação de posseiros na região do sertão do São Francisco, que surge entre os séculos XVIII e XIX.

Woortmann indica que “até a segunda metade do século XIX, parece predominar uma forma de ocupação comunal¹² das terras, onde o direito sobre determinada área é definido pelo trabalho investido na terra”. (1983:205). Neste aspecto, uma parcela da camada camponesa remanescente na região, manteve-se nesse padrão de ocupação, “em vários casos”, como observa Woortmann, “circunscrito a grupos de parentesco que tendem a se confundir com vizinhanças, ou bairros rurais. Inexistia então, a categoria propriedade” (1983:205).

¹¹ Correia de Andrade, Manuel. 1973, p.180-181; Pierson, Donald 1972, p. 350-357, p.451-454.; Woortmann, Klass. 1983, pp. 205; Neves, Erivaldo Fagundes. 1998; pp. 67-68.

¹² Alfredo Wagner Berno de Almeida faz uma revisão conceitual quanto à adoção da noção “posse comunal”, em artigo intitulado: “Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito”. In: Na Trilha dos

Os dados estudados por Woortmann, na região de Sergipe, indicam que até o final da década de 20 do século XX (1995:238), as transações monetárias que ocorriam não envolviam a terra em si, mas as benfeitorias, “isto é, o produto de um trabalho realizado, um trabalho pretérito domesticador da natureza” e “apenas o trabalho transformador da natureza legitima a transmissão de terras”. Portanto, “terras não trabalhadas, ‘natureza pura’, não eram vendidas, eram ‘soltas’. Ademais, a maior parte das transações ocorre entre parentes”. (1995:225).



Mapa parcial do Estado da Bahia, contendo a localização do município de Paratinga, situado às margens do rio São Francisco em seu ponto médio, região oeste deste Estado.

Grandes Projetos. Edna Ramos de Castro e Jean Hébette (orgs). Cadernos do NAEA, N° 10, UFPA, Belém, 1989, pp. 163-196. Berno de Almeida faz criteriosa referência ao emprego da expressão “uso comum” e não “comunal”. O autor esclarece que o termo “comunal” tem um sentido não hierárquico, em termos de ocupação e da exploração do espaço. Uma conotação, portanto, não classificatória, não discriminatória e indistintiva. No caso que estudamos, o termo “uso comum” se adequa, pois as terras eram utilizadas tradicionalmente segundo critérios classificatórios de usufruto familiar (roçado) e coletivo (pastagens e recursos naturais tais como mananciais de água, madeira, caça e ervas medicinais. Existindo, portanto, normas de acesso e uso desses recursos.

A formação histórica dos grupos camponeses que estudamos, situados na região do Médio São Francisco, a oeste do Estado da Bahia, no município de Paratinga, seguem esse mesmo padrão de apropriação de terras como domínio familiar e, por meio de significados tradicionais acerca do seu uso, particularmente, em relação às terras *soltas* que têm uma conotação de direitos de apropriação coletiva, por serem *livres*.

Como expressa esse depoimento do membro mais antigo e um dos fundadores das várias parentelas existentes na área ocupada por sucessivas gerações:

“(...) Porque nunca faltou terreno prá mim, daqui para Paratinga¹³, eu boto roça aqui, trabalhava lá pelos Caldeirão, trabalhava na Lagoa de Dentro. agora fiquei veizinho, eu mais a véia (a esposa), agora estamos trabalhando ao redor da casa”.

“(...) Ele (o pai do entrevistado) disse: ‘Eu vou vender isso aqui (as benfeitorias) prá você, você gosta muito daqui’. Eu disse: ‘gosto! isso aqui é para mim e, tá no meio do meu negócio’ ”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Vitorino Lino de Souza, “*Vitorino do Zezé*”, 93 anos).

Neste aspecto, mantendo-se a terra “na família”, manteve-se a tradição da permanência no lugar e no cultivo da terra. Assim, o parentesco é fundamental na reprodução das áreas de posse.

Nesta perspectiva, também, apontam os estudos¹⁴ de Paoliello e Pietrafesa de Godoi no sentido de demonstrar que a *posse* é um instrumento essencial pelos quais pequenos lavradores posseiros constituem patrimônios territoriais que lhes asseguram autonomia e permanência, articulando por critérios de parentesco, o uso comum de um patrimônio indiviso (que se constitui

¹³ Município situado no oeste da Bahia, na região do médio São Francisco, onde localiza-se a sua morada, embora o entrevistado queira distinguir da sua localidade denominada de *Zezé*. Um aspecto presente no discurso dos entrevistados e que é objeto de análise no decorrer, particularmente, deste capítulo, mas que é recorrente nos capítulos subseqüentes, no sentido do norteamento da análise acerca da constituição sócio-espacial das famílias em seu sentido histórico e antropológico e, na questão da constituição de identidades enquanto “assentado” e “posseiro”, situada, particularmente, no cap.IV deste trabalho.

¹⁴ Paoliello, Renata M. *Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira: a Posse como Direito e estratégia de*

de áreas de recursos naturais, tais como madeira, mananciais de água, caça e pastagens) e a apropriação familiar sob o padrão casa/quintal/roçado. Estando a apropriação da terra, embasada no trabalho investido pela unidade familiar a cada ciclo agrícola.

A constituição sócio-espacial das várias localidades que, atualmente, integram o assentamento *Riacho dos Porcos*, situado no município de Paratinga na região do médio São Francisco baiano, revela esse traço característico da cultura camponesa, ou seja, a coincidência entre laços de parentesco e território, também observado por Mendras (1978:87), tal como abordam Ellen F. Woortmann e Klaas Woortmann⁵ na caracterização de *Sítio* no nordeste brasileiro, indicando que em seu significado mais amplo, este termo pode designar “uma comunidade de parentesco, um espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral fundador comum” (1990:30).

Neste sentido, o depoimento do Sr. Vitorino (“*Seu Vitorino do Zezé*”) apresenta-se como ilustrativo do valor e do significado das experiências dos antepassados nas trajetórias familiares de seus descendentes, considerando os seus vínculos com a terra e a dinâmica da construção do espaço social que se estrutura através do parentesco, como uma espécie de “cidadania local”⁶. De acordo com esta idéia, o parentesco confere a “cidadania” numa modalidade de *kinship polity*, onde a descendência associada à residência, é o princípio fundamental, e onde as alianças sejam

apropriação. Campinas, PPGAS/UNICAMP, dissertação de mestrado, 1992; “*Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira*”. In: *Além dos territórios: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Niemeyer, Ana Maria. Pietrafesa de Godoi, Emília, Orgs. Ed. Mercado das Letras, Campinas-SP. 1998.

Pietrafesa de Godoi, Emília *O trabalho da Memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí*. Campinas, PPGAS/UNICAMP, dissertação de mestrado, 1993; “*O sistema do lugar: história, território e memória no sertão*”. In: *Além dos territórios: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Niemeyer, Ana Maria. Pietrafesa de Godoi, Emília, Orgs. Ed. Mercado das Letras, Campinas-SP. 1998.

⁵ **Woortmann, Klaas**. 1990:11-71; **Woortmann, Ellen F.** 1985: 192-219. De acordo com esses autores, “existem *Sítios* mais ou menos abertos a não-parentes, mas aquele que é aqui tomado como situação-limite é inteiramente fechado a *estranhos*, isto é, às pessoas que não descendem do referido ancestral. Neste plano de significado, o *Sítio* é território de parentesco, definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais, como domínio quase-corporativo do conjunto de suas terras”. Neste sentido, enfocam o *Sítio* enquanto “patrimônio construído pelo trabalho da família e transmitido de pai para filho, segundo regras definidas”.(1990:30-31).

⁶ :Esta idéia de “cidadania local” abordada por Soares (1987: *O forte e o fraco: O Dentro e o Fora: Categorias culturais e Estrutura da comunidade*) é mencionada por Klaas Woortmann. 1990, pp 34. Soares num caso

de casamento, sejam de compadrio, reiteram a descendência. A “cidadania” no plano da comunidade indica o sentido da pessoa relacional com direitos e deveres relativos à terra e ao grupo como um todo. Um desses deveres, é o de manter a terra ancestral como patrimônio da família:

Meu pai era pequeno nesse tempo, meu pai criou, casou, e eu nasci, hoje eu sou dono desse “Zezé” (nome da localidade, integrante do assentamento Riacho dos Porcos). Tá criado! Esse nome aqui tá registrado no mundo inteiro: de São Paulo, de Mato Grosso prá cá que nós temos muita gente em Mato Grosso.

Essa véia (a esposa) tem um irmão lá, então, sempre ele vem aqui passear donde está nós. Agora por esse mundo todo eles só conhece “Zezé”⁷ no município de Paratinga. É um lugar conhecido aqui, tem, também, “Alagoinha” (localidade integrante do assentamento Riacho dos Porcos), é nova, não tinha não, já foi meus neto que abriram aquilo ali, aqueles que estão morando lá, tudo é meus neto, um é genro aquele mais prá lá do sindicato (associação dos produtores rurais assentados na área), aquele mais prá lá é genro e, aqueles de cá é tudo sobrinho, é neto, é afilhado, tudo povinho novo. Sairam tudo do muniz, mudaram tudo prá aí, porque as terra é melhor prá trabalhar e no muniz já acabou tudo, virou tudo um capoeirão dos tronco véio (A expressão “capoeirão dos tronco véio” indica o testemunho de um trabalho passado, expressando um ciclo evolutivo da parentela. O termo “tronco véio”¹⁵ refere-se, também, em especial, à ideologia da descendência familiar).

Agora, os novo vão mudando, eu é que nunca mudei, porque

estudado no Nordeste da Bahia, analisa uma comunidade que se *estrutura* através das *categorias parente/não parente e de dentro/de fora*. E, por Ellen Woortmann. 1995, pp. 310-312.

⁷ Esse nome consta em registro civil de certidão de nascimento e, também, de batismo católico de habitantes mais antigos do local, como o Sr. Vitorino.

¹⁵ a categoria discursiva nativa “tronco” - como também, registram, em suas pesquisas, **Woortmann (1995:247)** e **Pietrafesa de Godoi (1993)** como um elemento que faz referência ao tempo genealógico e à continuidade grupal. Deste modo, diz Woortmann : “(...) os discursos sobre a genealogia, tal como a reconstrução genealógica tem sempre um ponto de referência sobre a linha ascendente, o ancestral comum. (...) Essas reconstruções inscrevem as unidades familiares na história do grupo, donde resulta que as relações de parentesco vividas ou pensadas têm sempre uma conotação temporal. Esse tempo genealógico é estruturante da continuidade do grupo”.

nunca faltou terreno prá mim daqui prá Paratinga, eu boto roça aqui, trabalhava pelos Caldeirão (localidade integrante do assentamento Riacho dos Porcos), trabalhava pela Lagoa de Dentro (localidade integrante do assentamento Riacho dos Porcos), agora fiquei véiozinho, eu mais a véia, agora estamos trabalhando ao redor da casa, e nem ao redor da casa estamos agüentando mais. (...) Agora, filho, meus filho mora aqui prá Lagoa de Dentro (localidade integrante do assentamento Riacho dos Porcos), aí, olhe, mora um, mora uma aqui, mora dois, mora outro lá perto de Paratinga, lá encostado no Muricí (localidade integrante do assentamento Riacho dos Porcos), aí pro lado do Carro Quebrado (localidade integrante do assentamento Riacho dos Porcos), alí de junto do Largo (localidade integrante do assentamento Riacho dos Porcos), na ponta do morro, o Valdomiro mora lá, nesse ponto, e, o Maçú, que é o mais véio, mora aqui na Lagoa de Dentro com a família dele, neto, já tem é neto muito, filho casado; a mulher dele morreu, ele casou outra vez, teve quatro filho da primeira e quatro dessa da agora.”.

(Entrevista concedida em setembro/97).

A constituição dessa parentela, teve origem no local, inicialmente denominado de “Muniz” no município de Paratinga, com a fixação do bisavô do entrevistado que migrou de *Macaúbas*, município vizinho, a partir da segunda metade do século XIX (em 1850) segundo sua narrativa, e que através do casamento do filho, o avô do Sr. Vitorino, deu origem aos descendentes, entre os quais, o próprio Sr. Vitorino que ao casar-se e ter filhos no local, deu continuidade à formação de famílias nucleares e redes de parentesco que foram constituindo-se em localidades próximas, segundo seus ciclos evolutivos. Deste modo, tem-se a localidade “Zezê” - onde mora o Sr. Vitorino, sua esposa e uma filha solteira - e as demais localidades formadas pelos filhos, netos e bisnetos: “Muniz”, “Alagoinha”, “Lagoa de Dentro”; “Carro Quebrado” e, assim, sucessivamente, como ele indica em seu depoimento.

Este depoimento aponta para o aspecto básico das ocupações tradicionais de parentelas rurais e segundo gerações sucessivas, constituindo-se enquanto *território de parentesco* definido por *descendência e trocas matrimoniais* (particularmente, alguns significativos casamentos entre primos, indicado uma certa “endogamia de lugar”¹⁶ e de “grupo”), em que existe a estreita relação entre espaço e parentesco e a tradição centrada no *valor-família* associa-se à *terra-patrimônio-trabalho familiar*⁸.

Nesta perspectiva, a terra como domínio de parentesco, constitui-se enquanto *território* e expressão da reprodução de relações de parentesco, em que o espaço é permanentemente criado e recriado pela memória genealógica familiar, a partir do que, portanto, como reflete Ellen Woortmann, acerca dos sítios de *Lagoa da Mata* em Sergipe: “a genealogia se funde com a história-mito fundante da identidade”(1995:324). E, de acordo com Woortmann, “essa história-memória, construída pela genealogia-ideologia, é a base da legitimação do território”, de forma especial “face a ameaças externas, seja a ameaça menor da entrada de *estranhos*, seja a ameaça maior da desapropriação”. (1995:324). Exatamente como ocorreu nas localidades tradicionalmente ocupadas por grupos familiares de posseiros que tiveram suas terras transformadas em assentamento de reforma agrária na região do médio *São Francisco*, oeste da Bahia.

Tanto Paoliello (1992;1998), quanto Pietrafesa de Godoi (1993;1998) ao analisarem a questão da constituição de grupos de parentesco referidos à noção de *território*, indicam que essa noção orienta estratégias, especialmente em situações de pressão externa sobre as áreas de posse, e que conforma os contextos de terra comum, aspecto também analisado por Andrade (1990).

¹⁶ Ellen Woortmann. (1995: 319 e 320-321), registra e analisa como sendo essa uma importante prática de reprodução social do campesinato. Por meio de um estudo comparativo do campesinato europeu e o exemplo brasileiro por ela estudado em Sergipe, Woortmann afirma que a maior parte dos grupos camponeses são endogâmicos, em termos de endogamia de lugar, ou seja, tende a se casar “perto”, estabelecendo aliança e reciprocidade para compor padrão de herança do patrimônio.

⁸ Como analisam Klaas Woortmann.1990:30-31; 15; e Ellen Woortman. 1995: 243-324.

Neste sentido, podemos colocar que a idéia de *dono* - expressa no depoimento do Sr. 'Vitorino do Zezé': "Meu pai era pequeno nesse tempo, meu pai criou, casou, e eu nasci. Hoje eu sou dono desse Zezé - implica numa relação de soberania e não de propriedade, pois a terra é pensada não só como patrimônio familiar que passa "de pai para filho", mas, em especial como um *território*, dialogando, portanto, com a história da constituição da parentela - o que envolve uma prática e uma representação territorial no campo dos direitos quanto a forma de posse e de uso da terra.

O antigo uso comum das terras *soltas* (terras de livre acesso) por parte dos grupos familiares de pequenos posseiros da região do médio São Francisco, é expresso com o saudosismo de tempos muito além da existência de grileiros ou das intervenções governamentais com fins de reforma agrária na região, em que pode-se notar uma clara divisão do tempo em antes e depois do surgimento imposto do uso das cercas de arame farpado e o conseqüente desaparecimento do tradicional uso das terras *soltas*:

"A criação aqui ajuda muito. Mas, agora deram prá criar tudo é preso, olhe, tudo pegado nas roça, não pode criar mais campo fora. Agora negócio de gibão e perneira, acabou. Hoje é só no arame, virou uma civilidade doída.

Eu mais a véia (a esposa: Antônia Virgínia de Souza, oitenta e quatro anos de idade) ainda de manhã, nós estava conversando, eu digo: 'é! véia, da agora em diante, eu mais você vamo comer 'candeeiro de sebo', vamo ver o que é nosso passar prá mão dos outros e, nós ficar abestando' "

(Depoimento concedido em set/97 pelo Sr. Vitorino Lino de Souza, "Vitorino do Zezé", 93 anos).

Esse depoimento faz referência a um conjunto de antigas práticas e noções em torno do uso e da apropriação da terra nessa região, conformando um *habitus*¹⁷ que fundamentou, historicamente, um padrão de reprodução de grupos familiares de pequenos lavradores posseiros.

Essa parcela do campesinato local manteve-se através da pequena criação (caprinos e suínos) praticada livremente nas chamadas terras *soltas* e, da pecuária. Sendo esta atividade, uma importante e tradicional estratégia de reprodução da economia camponesa na região, tendo origem a partir da colonização das terras no começo do século XVII (1600-1700), quando por determinação do *Conde da Ponte*, Antônio Guedes de Brito, deu-se início à criação extensiva de gado, com a introdução nesta região, dos famosos “currais” situados às margens do Rio *São Francisco*. As terras da região fizeram parte de uma enorme sesmaria.

As condições históricas do surgimento entre os séculos XVIII e XIX dos camponeses na região do São Francisco se dão, portanto, a partir da expansão pecuarista. Gerando suas condições de produção e reprodução familiar, em boa parte, também, em função da não ocupação efetiva de sesmarias, pelos seus titulares, que no caso das terras situadas no médio São Francisco no Estado da Bahia, eram os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes de Brito, da famosa *Casa da Ponte*, cujos membros possuíam currais espalhados por essa vasta área ou arrendavam fazendas a outras famílias, como mencionam Woortmann¹⁸ e Pierson¹⁹.

¹⁷ Que significa igualmente em outros termos, *ethos*, *senso comum* ou *modus operandi*. Em suas análises acerca da prática social dos indivíduos, Bourdieu define o *Habitus* como “produtos de diferentes modos de engendramento, isto é, de condições de existência”. Também pode ser entendido como “(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionando como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações”. 1983, pp 64-65. Ou ainda, “princípios geradores e organizadores de práticas e representações”. 1978, pp 87.

Bourdieu ao conceber a idéia que relaciona *Habitus* e temporalização, ou seja, a mobilização prática do passado, indica que: “(...) Por implicar uma referência prática ao porvir implicado no passado do qual é o produto, o *Habitus* temporaliza-se no próprio ato pelo qual se realiza”. Bourdieu, analisa a diferença básica e a importância desta construção de uma teoria da prática, evidenciando que: “(...) Além de possibilitar o rompimento com a representação metafísica do tempo e da história como realidades em si, exteriores à prática, sem por isso obrigar a aceitação da filosofia da consciência que fundamenta a teoria husserliana da temporalidade, essa teoria da prática possibilita fundamentar antropológicamente a lógica real da reprodução social: longe de ser o produto de um processo mecânico, a reprodução da estrutura só se realiza com a colaboração de agentes que incorporam a necessidade sob a forma de *Habitus* e que ainda são produtores (...)”. 1996, pp. 5-6.

¹⁸ In: *A transformação da Subordinação*. 1983, pp. 205.

¹⁹ “*A terra e seu uso*”. pp. 346-347. In: *O Homem no Vale do São Francisco*. Tomo II, 1972.

O depoimento exposto anteriormente, portanto, guarda reminiscências de um modo de vida que é a expressão típica de um passado regional, quando o Sr. Vitorino diz: “*gibão e perneira, acabou*”, ele faz referência, não só à roupa tradicional usada pelos vaqueiros das caatingas na região do São Francisco, mas também, a todo um modo de vida que tinha o seu eixo na pecuária extensiva e no comércio do gado. Ele próprio, foi condutor de tropas (tropeiro)²⁰ de gado e mula (espécie híbrida do equino e do asinino) para o comércio de mercadorias durante sessenta anos. Esta atividade rendeu-lhe os bens que possui, como as benfeitorias na terra e a sua casa, compradas do seu pai, o qual recebeu de herança do seu bisavô.

Quanto às lembranças desse *modo de vida*, seu depoimento revela como sendo este, o mais oportuno em termos de estratégias de reprodução camponesa, pois, articulava as atividades de comércio e criação, ligadas ao gado, à pequena criação (caprinos e suínos) e à agricultura familiar, com o uso de terras *soltas*.

Quando o Sr. “*Vitorino do Zezé*” diz que : “*não pode criar mais campo fora*”, refere-se, portanto, a limitação à apropriação possessória em termos de uso comum e livre da terra. Da mesma forma, sua reflexão: “*Hoje é só no arame, virou uma civilidade doida*”, marca o diferencial entre racionalidades no que se refere à forma de uso e posse da terra e no que dela deriva quanto aos significados atribuídos à terra. Esta perspectiva implica, portanto, a existência de concepções de direitos diferenciadas entre si: uma baseada no costume constituído e respaldado pelo tempo e, outra derivada da noção capitalista de valor da terra. Trata-se aqui das representações que os indivíduos qualificam como seus direitos e que são expressos nos seus discursos, tomando-os a partir do entendimento do “direito vivido”, calcado, portanto, na

²⁰ Em referência à importância do seu papel, Goulart em seu texto: “*Tropas e tropeiros na formação do Brasil*”, José A. Goulart, 1961; APUD Neves, 1998: *Uma comunidade sertaneja: da Sesmaria ao minifúndio*. Neves (1998:172) coloca que “o povoamento do interior compeliu à produção do autoabastecimento, capaz de gerar excedente para o mercado regional e interprovincial. Essa nova dinâmica integrou várias regiões interioranas, promovendo acumulação interna e formação da pequena propriedade fundiária, antítese da planificação do colonizador. Boiadeiros e mais acentuadamente tropeiros sertanejos expandiram seus negócios até o Recôncavo baiano, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo”.

experiência tanto individual quanto coletiva. Consideramos, neste aspecto, a relação entre valores e direitos em seu sentido temporal.

No que concerne aos limites criados às possibilidades de reprodução autônoma do campesinato, sobretudo no Sertão do *São Francisco*, Woortmann indica que ao longo do século XIX, e até a segunda metade do século XX, “segue-se um conjunto de dispositivos legais que objetivam, seja a restrição do acesso às *soltas*, seja limitar as possibilidades da criação de miúna, fundamental na economia camponesa. Em particular, uma legislação que se voltava contra a criação de porcos, somente viável quando fosse uma criação “solta”. Ao mesmo tempo que se alteram as condições de acesso aos recursos naturais, (...) O acesso, não apenas ao solo agricultável, mas igualmente à madeira e à lenha, implica cada vez mais uma subordinação à *propriedade*”.

“(...) A própria expressão *soltas* muda de significado; deixa de designar terras de livre acesso (não cultivadas ou em longo pousio), para ganhar o sentido de “soltas de criar gados”, e passam a ser designadas pelo nome do respectivo proprietário. *Soltas* passa a significar terras cultiváveis no interior de uma *propriedade*”.

E, que: “(...) Enquanto recurso natural, *as soltas* continuam abundantes até recentemente e, em alguns municípios, até hoje, mas não mais como natureza livre”. (1983:206-208).

No caso que estudamos, entretanto, observamos que o uso das terras *soltas* como natureza livre existia até meados da década de 60 do século XX, até que uma situação semelhante à descrita por Woortmann - “soltas de criar gado” nos limites de uma propriedade - havia sido criada nas terras contíguas à fazenda *Riacho dos Porcos*, ocupadas na maior parte por posseiros, além de poucos pequenos proprietários com escrituras de posse. Eles, historicamente, foram ameaçados por um longo e intenso processo de grilagem, por meio da construção de cercas que açambarcavam suas terras, passando a violentar os direitos de posse familiar e os costumes quanto ao uso comum das terras e dos recursos naturais. Essas terras, destinadas à criação

'miúda' ou miunça (basicamente porcos e caprinos), eram chamadas *soltas* (conforme expressão local, usada para designar terras de livre acesso) num período anterior à grilagem, à desapropriação das terras em litígio e à criação do assentamento *Riacho dos Porcos*.

Esta nova situação - abordada nos capítulos subseqüentes - por sua vez, também, acarretou uma interferência na forma do uso e da apropriação tradicionais das terras, visto que as mesmas passaram a ter jurisdição no âmbito da política governamental de reforma agrária. A reflexão do Sr. "*Vitorino do Zezé*" expressa de modo claro sua preocupação com a natureza do disciplinamento ocorrido: "(...) *vamo ver o que é nosso passar prá mão dos outros e, nós ficar abestando*".

O depoimento a seguir expressa o sentido da ocupação tradicional desses camponeses e do uso das suas terras:

"A fazenda aqui, (que limitava com a ex-fazenda Riacho dos Porcos e chamada antigamente de Fazenda S^o Antônio, área conhecida como Sambaíba, onde vive o entrevistado e toda a sua família: esposa e filhos, pais, irmãos casados e solteiros) se dizia, uma fazenda comum onde a gente poderia trabalhar à vontade.

Mas, só que a partir de 80 (período em que os posseiros começaram a encaminhar, juridicamente, reivindicações visando a defesa de seus direitos costumeiros, devido à grilagem e aos conflitos crescentes), já apareceu a coisa ficar difícil novamente. Além da questão da realidade da sobrevivência, das dificuldades que surge, ainda enfrentei, mesmo, tivemos que enfrentar já uma questão pela posse da terra.

Um tempo atrás a gente achava que não tinha problema, mas apareceu uns outros donos, dizendo ser donos da fazenda e, aí, começou a aborrecer, também, a gente.

(Depoimento concedido em agosto/99 pelo Sr. Gerson de Souza, 43 anos).

A idéia de '*fazenda comum*' em relação ao uso das terras, como também, registra Pietrafesa de Godoi acerca de um grupo camponês no Piauí, implica numa situação de condomínio, ou seja, seus direitos de posse e uso traduzem a idéia de donos *na fazenda* e nunca *da fazenda*. O sentido de *patrimonialidade* que esta situação confere, o diferencia da concepção de *propriedade*, pois, neste caso, o indivíduo é responsável pela terra e demais recursos naturais perante o grupo, já que seu usufruto é coletivo. Ao passo que, ser proprietário é ter o "direito de abusar"²¹ (Pietrafesa de Godoi, 1998:114).

A noção de *fazenda*, conforme o depoimento do Sr. Gerson, encontra interessante correspondência com a analisada por Motta Santos em Goiás (1986) e mencionado por Woortmann (1990:38), em que a *fazenda* tem um sentido de *território de parentesco e reciprocidade* (1990:36), indicando uma continuidade entre as pessoas e as coisas. Ou seja, a relação entre os produtores e os produtos do trabalho na terra, estes como bens inalienáveis.

Dentro dessa perspectiva, podemos analisar os impactos da grilagem na vida desses pequenos posseiros. A grilagem, realizada por uma influente família local, os *Borges*, visando o controle sócio-espacial das áreas constituídas originalmente como fazendas de terras de uso comum, tornou-se o mais sério problema enfrentado pelos posseiros mais antigos. Nos anos 80 encontravam-se na área 250 famílias que ali viviam desde 1965, além de 70 que moravam há mais de 80 anos, portanto, nasceram e criaram seus descendentes na terra, mantendo assim, vínculos tradicionais com a mesma.

A fazenda *Riacho dos Porcos*, de propriedade dos *Borges*, tornou-se um latifúndio, com a extensão de 31.842,00 ha, que foi se constituindo nesse processo de grilagem, destinado apenas a pecuária extensiva, conjugada a um mecanismo de subordinação e exploração da mão-de-obra pesqueira do município através do tradicional uso do "*quarto*", pois, existem inúmeras lagoas, de grande extensão, no seu interior, formadas pela proximidade com o rio *São Francisco*, além, da

²¹ A autora ressalta aqui com o termo "abusar", a idéia de alienação e de expropriação em relação ao uso da terra e de seus recursos.

cobrança pela madeira para uso doméstico desses camponeses tradicionalmente instalados nas várias áreas vizinhas aos antigos limites da fazenda *Riacho dos Porcos*, propriedade do grileiro.

Tal mecanismo de exploração ganhava força à medida em que aumentava a extensão das terras por grilagem, ocasionando os conflitos iniciais, mais acirrados, a partir da década de 60, quando da ida à Brasília do precursor das lutas contra a grilagem, para reivindicar seus direitos de posse, junto aos órgãos competentes, culminando com a desapropriação da fazenda *Riacho dos Porcos* com suas terras griladas pelo fazendeiro, somente em 1988 pelo INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

Esse mecanismo de exploração de mão-de-obra que se deu com esse processo de grilagem desenvolvido por parte da família proprietária da fazenda *Riacho dos Porcos*, consistia em exigir 72,5% do produto da pesca além de obrigarem os pescadores a venderem o restante a ela, por preços previamente estipulados.

Esse aspecto da exploração sócio-econômica guarda dimensões históricas embasadas em relações de traços pré-capitalistas; fala-se ainda na região, por exemplo, da cobrança do “quinto” e da “quarta” nas relações de produção tanto na pecuária (mais conhecida localmente pelos antigos vaqueiros como “tirar a sorte”, que consistia num pagamento do trabalho em forma de produção, ou seja, de cada quatro bezerro, o vaqueiro tinha um, o chamado “quarto” ou “quarta”), como na pesca nas lagoas existentes na área, que era, neste caso, até o período da existência desta fazenda, o procedimento em que a produção era repartida em cinco ou em quatro partes, sendo entregues ao fazendeiro a quinta ou a quarta parte da produção e, quem desobedecesse esta determinação ficava proibido de pescar naquela área.

Assim, com a exploração da pesca que se mostrava lucrativa, os proprietários da fazenda tentavam impedir que os ocupantes cultivassem as terras e construíssem ou fizessem melhoramentos de moradias. Tentando, desta forma, evitar vínculos mais sólidos do posseiro com a terra.

Desta forma, várias eram as ocorrências de casos em que se queimavam casas e até proibiam a utilização dos recursos naturais como a água e a madeira, além de destruírem roças e derrubarem suas cercas.

Em contrapartida, os proprietários da fazenda *Riacho dos Porcos* não exploravam as terras para a agricultura; e, apesar da tradição da pecuária extensiva²² na região, não chegavam, entretanto, a transformá-las em produtivas, em sua totalidade.

Com o acirramento da exploração e da violência contra os ocupantes tradicionais, a luta pela posse legal da terra foi assumindo seus contornos através da realização de acampamentos na sede do INCRA em Salvador, das denúncias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Colônia de Pescadores de Paratinga em meados de 1987²³.

Com a intervenção do INCRA através da Comissão Agrária (composta também, por membros mediadores representantes dos ocupantes da terra, inclusive de ONGS: FUNDIFRAN - FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO; FETAG/BA - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA; CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; advogados e deputados do PARTIDO DOS TRABALHADORES) foi determinada a desapropriação parcial de somente 20 mil hectares, proposição dos fazendeiros em acordo com este órgão. Esta decisão não agradou os moradores das terras. Para eles, o acordo do INCRA com os fazendeiros, ao deixar de desapropriar uma área de 11 mil hectares, só traria a piora para a situação de conflito existente na área. Pois, além de nesta área (conhecida como “*Largo*”) viverem 70 famílias há mais de 80 anos; esta era considerada a melhor parte das terras.

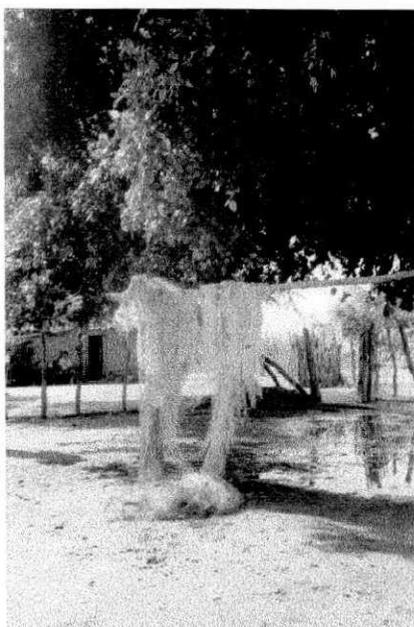
Ainda com relação ao acordo em paralelo feito entre o INCRA e os fazendeiros com respeito aos 11 mil hectares, a Colônia de Pescadores de Paratinga denunciou que isto iria prejudicar mais de mil trabalhadores que viviam, também, das lagoas existentes na área. Dali sempre tiraram o seu sustento, plantando nas margens do rio *São Francisco* (os “*lameiros*”) e pescando também, nessas lagoas.

²² De acordo com um ex-vaqueiro, o Sr. *Manoel Neres*, 62 anos de idade, que trabalhou durante sete anos na fazenda *Riacho dos Porcos*, na década de 70, haviam aproximadamente três mil cabeças de gado e doze vaqueiros encarregados de cuidar, cada qual, de uma quantidade de animais que eram ferrados com a identificação correspondente. (depoimento cedido em set/97).

²³ Na época, em 1987, os conflitos entre os posseiros e o fazendeiro grileiro da fazenda *Riacho dos Porcos*, foram noticiados na imprensa escrita, a exemplo do jornal *A Tarde* dos dias 02 e 03 de outubro. Salvador-Ba.



Nesta foto, pode-se ver a lagoa do *Largo*, uma das localidades que compõem o assentamento *Riacho dos Porcos*. Esta lagoa possui doze quilômetros de comprimento.



Rede de pesca, ‘casieira’, como é conhecida localmente, utilizada nas lagoas localizadas no assentamento. Antes da intervenção do IBAMA (iniciada na década de 70) na atividade pesqueira na região do médio São Francisco, a rede era confeccionada artesanalmente, em linha de algodão ou em fibra vegetal nativa das caatingas da região, ‘caroá’. Mas, atualmente é confeccionada com naylor, após a atuação desse órgão, sua confecção passou a ter as especificações exigidas, buscando evitar a pesca indiscriminada, sobretudo, em termos do tamanho do peixe. O IBAMA define como padrão de rede a malha 14, os pescadores, porém, questionam, alegando que essa medida, ‘bitola’, não corresponde às oportunidades de pesca local, ocasionando sua limitação a quase um tipo de peixe, o ‘curimatá’, por ser de fácil captura neste padrão de rede. Vários depoimentos de pescadores do município de Paratinga, observam um aumento de cardumes de piranha e, vêm na construção das barragens, as conseqüências atuais pelas quais passa o rio São Francisco.

1.2. Passado e presente nas memórias do lugar: *'fartura', solidariedade e sentimento de pertencimento*

As memórias do lugar ao explicitar a constituição sócio-espacial das várias localidades formadas a partir das ocupações tradicionais dessas famílias, evocam lembranças de antigas práticas que compunham modos de vida, expressando a dinâmica das transformações ocorridas nas condições da organização sócio-espacial, inclusive, do ponto de vista ambiental e de seus recursos disponíveis na área, co-relacionando situações de solidariedade e sobrevivência fundamentadas em relações de vizinhança, parentesco e amizade. Evidenciando, neste sentido, traços comunitários característicos da cultura camponesa que dizem respeito ao sentimento de pertencimento grupal e local ("comunidade") quanto ao aspecto que Mendras² caracteriza como *sociedade de interconhecimento*, ou seja, "um território construído que serve a seus habitantes de residência, de instrumento de trabalho e de quadro de sociabilidade". Constituindo-se, portanto, de relações que "combina a vida doméstica e a vida coletiva".

Nesta perspectiva, o sentimento de pertencimento grupal e local é um aspecto presente no discurso das famílias, pois, estas organizam-se a partir de referenciais que têm como fundamento a área em que vivem. Deste modo, têm-se os moradores do *Zeze*, de *Alagoinha*, de *Sambaíba*, do *Largo*, do *Espinheiro*, de *Porção de Cima* (ou *Porção de S^o Antônio*); de *Porção de Baixo*, de *Taboa*; além de suas respectivas sub-áreas e outras áreas menores situadas próximas às referidas localidades, cada qual com seu nome.

As antigas práticas de solidariedade e sobrevivência fundamentaram, historicamente, relações sócio-espaciais tecidas numa ética fundada na reciprocidade, particularmente, no que diz respeito ao significado da troca de alimentos e de trabalho, num quadro de ajuda mútua, em que, este como troca simbólica com a terra, assume expressão de um *espaço moral*³, um contexto

² Mendras, Henri. *Sociedades Camponesas*. Cap.4: Coletividades Locais. 1978, pp.86-88.

³ Como bem coloca Mota Santos (1986): "A Constituição simbólica da troca de alimentos e trabalho numa fazenda

característico de um contrato social fundado na *reciprocidade* enquanto valor⁴: o de uso enquanto valor, como componente da ética camponesa. Como expressa esse depoimento:

“Aí, minha avó sustentou essa família de gente, a seca todinha, até entrou as águas (período das chuvas).

Esse homem (chefe de uma família de agricultores que migrou, temporariamente, devido a seca na região, buscando ajuda na terra ocupada pela família do entrevistado) ficou devendo obrigação, trabalhava muito prá essa véia (a avó do entrevistado), mas ficou devendo, que ela deu tudo gratuito, até sal grosso.

Entrou o tempo bom e eles lá a pisar, fez um lugar aqui, as rocinha, fez um tanquinho (poço) aí, botaram o nome “Zezé” (que era o nome do chefe da família que a avó do entrevistado abrigou e que motivou o nome desse lugar onde ele se instalou), ele (esse chefe dessa família) era da Lapa (município de Bom Jesus da Lapa no Médio São Francisco, Estado da Bahia).

Aí, agora, quando foi o tempo, ele voltou prá terra dele, pegou o lugarzinho, deu a véia (a avó do entrevistado). A véia: ‘ não! Quero dado não! Eu lhe pago seu trabalho, suas roça, sua casinha, seu buraquinho de tanque’(poço). Pagou a ele tudo, tudo, tudo. Ele, então, foi embora prá terra dele. O homem chamava Zezé, José, o povo tratava ele de “Zezé”, “Zezé” (...) aqui, botaram esse nome “Zezé”, de Zezé tá até hoje.”

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Vitorino - “Seu Vitorino do Zezé”, 93 anos).

No contexto desse depoimento, a noção de *reciprocidade* implícita na expressão: “*devendo obrigação*”, caracteriza um *espaço moral* suscitado a partir das relações sócio-espaciais, tanto em situações de *fartura*, quanto de *penúria*. Este *espaço moral* se expressa na *memória*

tradicional de Goiás”, manuscrito.), citado por Klaas **Woortmann**, In: “*Com parente não se neguceia*”, PP. 38.. 1990.

⁴ Klaas **Woortmann** (In:“*Com parente não se neguceia*”, pp. 12.. 1990) faz a abordagem acerca do contexto de um contrato social fundado na *reciprocidade* enquanto valor, citando Marshall **Sahlins** (In: *Stone Age Economics*, 1978), desenvolvendo a perspectiva em que o *conceito* de *valor-de-uso* ganha outro valor: *o de uso enquanto valor, como componente da ética camponesa*.

destas antigas situações, em *sentimento de pertencimento local*, por tratar-se da história da sobrevivência enquanto grupo, como transparece no relato do Sr. Vitorino o sentido da história sobre a origem do nome da localidade “Zezé”, onde viveram seus pais e avós e, onde ele vive.

O depoimento do Sr. *Vitorino do Zezé* revela, ainda, particularmente, um aspecto referente à noção de *direitos* na relação com a terra, efetivamente, a concepção de que a valorização e o direito sobre a terra são derivados do trabalho investido na mesma: “*Eu lhe pago seu trabalho, suas roça, sua casinha, seu buraquinho de tanque (poço)*”.

No tocante ao *sentimento de pertencimento local*, as memórias acerca do aspecto do espaço físico e da história da sua ocupação, misturam-se às memórias das relações na infância e às do convívio e da constituição familiar:

“Aquele pé de quixabeira se eu me lembro dela, tá lá uns tantos tempo, quando eu fui prá escola em 28 (1928), meu tio morava lá, que era meu padrinho, eu passei lá prá dar bença (benção) a ele, era ainda garoto, com meu pai, estava lá o pé de quixabeira tava assim, e não marrava (amarrava) nem cavalo lá, mode não (para não) estragar. Os menino meu nasceu tudo lá”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Manoel Carinhanha, 84 anos).

Esse depoimento reflete os sentidos tradicionais de *tempo* e *espaço*, situando suas relações enquanto um “*lugar*” - na perspectiva antropológica -tradicionalmente vivido e pensado em termos de sua experiência²⁴ pessoal e coletiva.

²⁴ Sobre a discussão da experiência contemporânea acerca do impacto de aspectos da modernidade sobre os sentidos de tempo e de espaço e suas conseqüências no cotidiano das relações e de suas referências, podemos ver: **Giddens** (*As conseqüências da Modernidade*, 1991); **Harvey** (*A condição Pós-Moderna*, 1993) e **Augé** (*Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*, 1994). Interessante observar a reflexão de **Paoliello** (1998:224) acerca da importância da terra como referencial às “tentativas concretas ou simbólicas de repor o “lugar” e/ou um espaço de relações mais alargado, ainda percebido como necessário e possível”. Esta abordagem é colocada por Paoliello seguindo a perspectiva de Marc Augé sobre a idéia de “não-lugares”, isto é, “espaços de trânsito de indivíduos anônimos, portanto, excludentes de relações propriamente sociais, que, em suas formas desumanas, manifestam-se no que o autor define como ‘campos de trânsito em que estão estacionados os refugiados do planeta’, incluindo todas formas de ocupação transitória e precária”. Neste aspecto, Paoliello indica que “pode-se supor que esta experiência do “não-lugar” , que Augé vê como componente de toda a experiência individual e coletiva no presente, surge como realidade ou possibilidade iminente para todos os que perderam ou estão ameaçados de perder a terra (...)”.

Quanto a antiga lógica da sobrevivência local, alguns relatos são bastantes significativos da sua relação com a sociabilidade, como a antiga prática de trocar gêneros alimentícios tendo o peixe como uma espécie de moeda corrente e a chamada “*farra de peixe*”, que era a prática coletiva de pesca e salga do peixe para o comércio:

“Olha! Naquela época, isso tem mais ou menos uns trinta e poucos anos, prá os mais novos e uns cinqüenta prá os antigos, existia muita fartura de peixe aqui. As pessoas trocavam peixe por mel de cana, farinha, abóbora.

(...) Nós chegava lá no Largo (localidade que faz parte do assentamento), ia fazer farra de peixe, nós curioso, a cada farra, um fardo de peixe.

Era assim: Bota um com a cabeça prá lá, outro com a cabeça prá cá. Era deste tamanho assim, olhe, o fardo! ...

Botava o surubim (nome de um peixe muito apreciado na região do rio São Francisco), agora ia subindo a cabeça com as cabeça certinha, certinha, chegava em riba (em cima), agora botava as corda e marrava (amarrava), ficava o fardin (fardinho) deste tamanho, quadradinho, né?. Passava semanas lá, fazendo isso! Era gostoso demais, moça!”.

(Depoimento concedido em jan/98 pelo Sr. Regino Barreto. 69 anos).

Desse quadro de recorrências ao passado emergem das falas, situações de fartura que dizem respeito às antigas condições de reprodução camponesa, tal como se explicita neste depoimento:

“Olha, se eu voltasse no tempo que eu convivia no Virote (uma das áreas que integram atualmente o assentamento Riacho dos Porcos e que constitui-se como uma sub-área ocupada pela parentela da qual o entrevistado é membro) com meu pai, lá. O que nós possuía lá, o que nós tinha, o gado, a criação miúda que nós tinha, a criação de porco que nós tinha, eu queria antes, porque a fartura era mais!”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Joaquim Carinhanha, 48 anos).

Ainda em outro trecho deste mesmo depoimento, as memórias das antigas condições que garantiam *fartura*, dimensionam práticas que expressam uma racionalidade econômica calcada numa *solidariedade* e num sentido *comunitário* em que as transações monetárias não eram consideradas fundamentais:

“Cansei de ver mainha (a mãe) fazer requeijão, fazia queijo, fazia essa coisa todinha e não vendia. A gente passava, comia aquilo, chegava um vizinho, não vendia, fazia era dar, e, hoje em dia é só no dinheiro, no dinheiro. O leite, esse aí (um vizinho que se encontrava presente durante a entrevista), o pai dele era também criador. Quando era de manhã cedo, ajuntava mais de vinte, dez, cinco pessoa pobre, chegava na casa, cada um com uma garrafa, uma combuca de leite, enchia, não vendia. E, hoje em dia, se quiser é vendido”. (...) É que hoje, o que eu vejo é o seguinte: a força do dinheiro afastou muitas coisa da terra. Eu conheci aqui, eu tô com 48 ano, nasci e criei nessa área aí, dali prá aqui. O que eu vejo hoje em dia, a diferença, é muito! No tempo do meu pai, chegava qualquer uma pessoa de lá, chega assim, dizia: ‘Manoel, seu Manoel Carinhanha, me dá um lugar prá mim botar uma roça’. Ele mandava botar, aquele cara plantava, colhia, não tinha orgulho (ambição) de tomar a área dele não, você tá entendendo? A hora que ele precisava trabalhar, chamava agregado, não era empregado, era agregado, ele tinha a casa dele num terreno de paim (pai), tinha as roça dele, tinha tudo. (...) Mais prá frente dava um filho prá paim (pai) batizar, era compadre²⁵, e, tinha gente que não tinha nada a ver e, não tinha interesse nenhum, e, assim, a produção crescia muito, a gente vivia muito mais melhor”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Joaquim Carinhanha, 48 anos).

²⁵ Com relação às formas e características do compadrio e os seus papéis, Ellen Woortmann (1995:63-64) observa que o compadrio que é mais enfatizado na literatura é o compadrio extensivo, aquele que corresponde às relações verticais do campesinato (patronagem). Quanto à outra forma, aquela que Woortmann enfoca, trata-se das relações horizontais e que se constitui como forma de ampliar relações de solidariedade para além da rede de parentesco, vizinhança e amizade, ou para reforçar os laços dessas relações.

O discurso acerca da *comida* (fatura de alimentos) e do *trabalho* (pelo acesso livre à terra em troca de ajuda na relação de agregado) assume, neste depoimento, expressão de um *espaço de reciprocidade* e, neste aspecto, um *espaço moral* como indica Woortmann²⁶ tomando como referência interpretativa as reflexões de Motta Santos (1986) sobre a *troca* como uma *linguagem*.

O caráter simbólico da comida foi assinalado por Marshall Sahlins (1978) com referência a sociedades produtoras de alimentos, tal como os sitiantes no Nordeste brasileiro, como observa Woortmann (p.37). Sahlins, mencionado por Woortmann, analisa que “(...) as transações com comida são um delicado barômetro, uma afirmação ritual, por assim dizer, das relações sociais”. (1978:215, 216).

Aparece implícito no discurso anterior, a expectativa de reciprocidade (troca) indicada pela ênfase na doação, no dar: “*chegava um vizinho, não vendia, fazia era dar*”. Nesta perspectiva, como coloca Woortmann: “comida, trabalho e terra enquanto categorias centrais do discurso camponês, expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza”. E, citando Motta Santos (1986:13), Woortmann conclui que: “se a troca é uma linguagem, é fundamental o ponto desenvolvido por Motta Santos de que o simbolismo da troca estabelece o entrelaçamento das representações simbólicas entre terra e trabalho: ‘(...) Um princípio moral que emerge no momento da troca, articula os elementos *terra, trabalho e alimentos* e investe-os de um sentido simbólico preciso’ ”(1990:38).

Esse caráter simbólico da comida, ressaltado por Motta Santos, citado por Woortmann, indica que: “(...) O que é trocado é altamente significativo (...) o elemento central é a comida. Ela tem um valor social grande demais para ser mercadoria. É por seu valor de uso que ela tem valor de troca no contexto da reciprocidade, onde o dinheiro nenhum valor de troca tem, porque pertence ao domínio do mercado”. Tal como expressa o trecho do depoimento anterior do Sr. Joaquim Carinhanha: “*A força do dinheiro afastou muitas coisa da terra*”.

²⁶ Woortmann, Klaas. 1990: 37-38.

É significativo afirmar, portanto, que os elementos *terra, trabalho e comida* integram uma concepção de *território* marcada pelo costume no uso e práticas de apropriação coletiva da terra e que são estabelecidas por relações de vizinhança implicadas na contínua troca de serviço e favores (sem nenhum pagamento em dinheiro) - o que caracterizava, como observa Thompsom, “a maioria das sociedades camponesas”, e neste aspecto, indica que “(...) é possível supor normas comunitárias, expectativas e sentimentos de obrigação da vizinhança que regiam os usos das terras comunais”. (1998:124).

Thompsom ao comentar as análises de James Scott, diz que “para os camponeses, a subsistência depende do acesso à terra, e o que está no centro da análise, mais do que a venda de alimentos, são os costumes relativos ao uso da terra e ao direito de acesso aos seus produtos. E o costume é visto (contra um pano de fundo de memórias da fome) como algo que perpetua imperativos de subsistência e usos que protegem a comunidade contra riscos”. (1998:259).

Quanto a isso, outro relato refere-se à antigas condições sócio-ambientais mais favoráveis em termos de situações que compunham o quadro da lógica de sobrevivência local, particularmente, em períodos difíceis e, em que se ressalta ainda, a importância da troca de gêneros alimentícios:

“Naquela época da crise, eu não era nascido ainda, nasci em 35, eles (os pais) vieram prá aqui em 32, o meu avô pescava muito, era muito bom prá pescar de tarrafa (tipo de cercado, geralmente de fibra vegetal). Vieram prá aqui se salvar aqui da situação. Ele pegava o peixe, trocava tudo de abóbora, essas coisas”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Manoel. Neres. 62 anos).

Esse depoimento, como outros de pessoas idosas, ao rememorar a trajetória de vida familiar, retrata como sendo a década de 30 um período particularmente marcante em termos do

quadro de vida regional, devido a grande estiagem registrada e um conseqüente e significativo fluxo migratório, tanto para fora do Vale do São Francisco, quanto dentro dele.

Tal como outro depoimento:

“Depois... chegou essa época de 32 (1932), que a Sra. não alcançou, mas vou falar: muito dura!. A gente esparramou pelo mundo para ganhar o pão, ficava um ano, tornava a voltar, saí umas três vezes, mas não passou nem um (01) ano. (...) Uma vez fui prá Barreiras (município do oeste da Bahia) e outra vez eu fui prá Palmeira de Lençóis, não é muito longe não”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo “Seu Antonin da Brauninha”, 88 anos).



Na foto de 1997: O casal “Antonin da Baralninha” e Maria. Migraram de Macaúbas, município vizinho e vivem na localidade conhecida como *Brauninha* ou *Baralninha* desde 1955. Têm como vizinhança, os filhos, netos (“*uns cem netos*”) e bisnetos (“*quem sabe?! Já tenho bisneto casado que tem filho...*”). Possuem doze filhos, apenas três moram em outro município vizinho.

Este registro de memória encontra correspondência em pesquisas realizadas nesta parte do Vale (Médio São Francisco), a exemplo de Taunay e Carvalho, citados por Pierson²⁷, que relatam a abrangência da “febre migratória” para fora do Vale, neste mesmo período de tempo, em direção às áreas agrícolas dos Estados de São Paulo, Goiás e Paraná. Embora, Pierson, observe, também, com respeito às características do movimento da população do Vale, que parte considerável, se não a maior desse movimento, dirige-se meramente para as áreas internas ao Vale. Como indicam as trajetórias de várias famílias que fixaram-se, a bastante tempo, em terras que compõem o assentamento *Riacho dos Porcos*, no município de *Paratinga* (localizado às margens do Rio São Francisco) e, vindas de *Macaúbas*, município vizinho. Neste município, registrou-se, sobretudo, no período de 1940 a 1950, uma média migratória anual de 4,6 por cento, segundo Pierson (1972: 67).

Quanto ao movimento interno da população do Vale do São Francisco, como registra Pierson, “pode resultar em localização relativamente permanente; em residência durante período considerável de tempo, depois do qual o migrante e a família transferem-se para alguma comunidade; ou, mais uma vez, em apenas breve estada, depois da qual os migrantes retornam aos antigos lares, como habitualmente ocorre, por exemplo, embora nem sempre, no caso dos flagelados pelas secas. O deslocamento temporário da população por este motivo tem sido ocorrência bastante comum, pois há registro de 34 secas graves na região desde 1603” (1972:42).

Outro motivo de caráter ambiental que provoca a migração temporária de habitantes do Vale e, no caso, entre áreas de pequenas distâncias é a inundação de zonas às margens do rio São Francisco, mais freqüentes em épocas passadas, sobretudo décadas de 60 e 70, como a enchente de 1979 que deixou muitos desabrigados em Paratinga e municípios circunvizinhos. Evento que aparece em várias narrativas.

Neste sentido, a memória da constituição sócio-espacial das várias áreas de posse tradicional transformadas em assentamento de reforma agrária revela, ainda, antigos traços de

²⁷ In: *O Homem no Vale do São Francisco*. Tomo II. Cap. II: *Mobilidade*; pp. 46-53. 1972.

solidariedade e sociabilidade camponesa na região, ligando-se à diversidade quanto ao modo de vida e, implícito às características de ocupação e exploração do espaço, a exemplo dos moradores ribeirinhos que são pescadores (“o pessoal de beira de rio”) e dos agricultores (“pessoal das caatingas”):

“Eles (moradores ribeirinhos que praticam uma agricultura de vazante, agricultura que aproveita as terras fertilizadas pelo rio e que ficam a descoberto uma parte do ano, os chamados ‘lameiros’) só corre prá cá quando vem cheia (inundação do rio São Francisco).

Aqui mesmo já morou uns dois meses, escorrido de lá prá cá, chegou aqui. Estava dentro d’ água, então tem que sair prá fora, ficou aqui. Esses um, tem deles que tem um trechozinho, aqui também, pediram pouso, ficou aqui em casa, aqui na cozinha, passando uns tempo, até que o rio desocupou lá o terreno deles, depois eles voltou. Com menino pequeno, família, tudo. (...) É uma luta! É o jeito apoiar eles. E, os bichinho que têm! Tem hora que vem é gato, cachorro, é um animalzinho de criação, corre tudo prá cá.

Então a gente apara (ampara) eles. Já dei um apoio prá eles, tem um trechozinho de chão, porque na hora que o rio vim (vir), eles vem, faz uma casinha. Dentro do rio eles não pode ficar, eles ficam na frente da fazenda, então eu acho que tem um direitozinho de vim (vir) aqui combinar com a gente um trechozinho de terra, né?(...) São daí da fazenda, só que mora na beira do rio”.

(Entrevista concedida pelo Sr. Hidelfonso Souza – “Seu Hidé da Sambaíba” - em setembro/97).

Desse depoimento anterior, podemos perceber, também, como se constituem, tradicionalmente, os direitos de uso e posse da terra segundo a dinâmica ocupacional. Particularmente, o último trecho: “(...) eles vem, faz uma casinha. Dentro do rio eles não pode ficar, eles ficam na frente da fazenda, então eu acho que tem um direitozinho de vim (vir) aqui combinar com a gente um trechozinho de terra, né?(...) São daí da fazenda, só que mora na beira do rio”. Exploramos essa perspectiva no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

História e experiência de posseiros

As lutas e as resistências: Tradição e memória como fonte de poder na disputa pelos direitos à terra

O histórico dos conflitos entre os grupos familiares de camponeses e os fazendeiros grileiros, proprietários da ex-fazenda *Riacho dos Porcos* descortina práticas de direitos em torno do uso comum e da posse familiar das terras ocupadas por sucessivas gerações, que ao reproduzirem-se no espaço-tempo, constituíram-se enquanto uma ‘consciência costumeira’, ou seja, um ambiente vivido que inclui a memória do passado reatualizada tanto em suas práticas quanto em sua oralidade, como ‘fonte de poder’ na disputa desses direitos, como reflete Edward Thompson²⁸.

Thompson ao discutir acerca de aspectos concernentes à constituição sócio-histórica e cultural de reivindicações de direitos em relação à formas de uso e posse da terra baseadas em costumes na Inglaterra, sobretudo, do séc. XVIII, menciona a importância das tradições orais a respeito dos direitos e que podiam, até estar fundadas, inclusive, em documentos muito antigos, onde haviam prescrições em relação aos mesmos.

No caso que analisamos, a disputa pelos direitos legais no processo do conflito instalado pela grilagem das terras trouxe à tona não só o sentimento de pertencimento e de posse do lugar, mas, de modo especial, a memória contida na oralidade familiar, através da história de sua trajetória e da importância do papel dos seus ancestrais, enquanto não só fundadores das

²⁸ Thompson, Edward. In: *Costumes em Comum*. Cap. 3: “Costume, lei e direito comum”. pp. 90; 130. 1998.

parentelas, mas, especialmente, como aqueles que lhes conferiram direitos originais e efetivos, em termos das formas do uso e da posse da terra que ocupam.

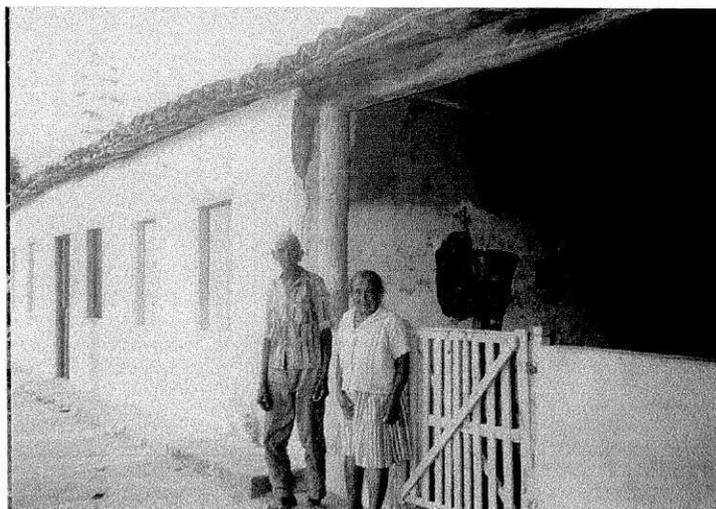
O tema do conflito entre posseiros, pequenos proprietários e grandes pecuaristas grileiros, apresenta-se como exemplar na reconstituição histórica da região do São Francisco, em termos do uso e da apropriação de terras. Como podemos observar através do caso que estudamos. Isto porque a discussão desencadeada pelo processo de desapropriação de terras junto ao INCRA (no final da década de 1980), com relação às disputas (iniciadas nos anos de 1960) por direitos de limites de propriedade entre três fazendas, trouxe à tona o uso da memória dos mais velhos como importante componente na luta pela posse legal e pelo direito de viver com autonomia na terra que ocupam desde que nasceram. Estas fazendas são: a fazenda *Fechada* - constituída por uma enorme parentela camponesa, a do 'tronco véio' do Sr. *Vitorino do Zezé*; a fazenda *S^o Antônio* - constituída basicamente por duas parentelas camponesas, a família *Carinhanha* e a família *Souza*; e a fazenda *Riacho dos Porcos* - propriedade da família *Borges*, pecuarista e grande grileira na região.

Visto que, no processo jurídico, foram consideradas inválidas as antigas escrituras particulares de posse que alguns ocupantes possuem, o caminho viável para a permanência dos grupos familiares (considerando seus segmentos geracionais: pais, avós, filhos, netos e bisnetos) em seus locais de origem, foi o encaminhamento jurídico pela reivindicação de direitos de propriedade via "usucapião"²⁹, que se caracteriza tanto como concessão do direito ao uso da terra, quanto como direito de propriedade por posse ininterrupta da terra durante aproximadamente 30 anos.

No caso em questão, haviam situações com mais de 80 anos de posse familiar por várias gerações. Como expressa, de modo contundente, este depoimento do precursor das lutas contra o processo de grilagem das terras, o Sr. *Vitorino Lino de Souza*, noventa e três anos de idade,

²⁹ O uso da identidade de "posseiro" passa a existir no período do processo jurídico encaminhado pelos mediadores. Antes a categoria discursiva nativa "dono" é a referência utilizada para se autodefinir em relação aos direitos sobre a terra em termos de seus vínculos tradicionais com a mesma.

conhecido por “Vitorino do Zezé”, bisneto do fundador de uma das parentelas e de uma das várias localidades e o mais antigo guardião da tradição oral a respeito da história local/regional e da ocupação das terras, que, atualmente, compõem o assentamento *Riacho dos Porcos*:



Na foto de 1997: o Sr. “Vitorino do Zezé” e sua esposa, Sr^a Antônia Virgínia de Souza. O casal tem cinco filhos e “mais de oitenta netos”.

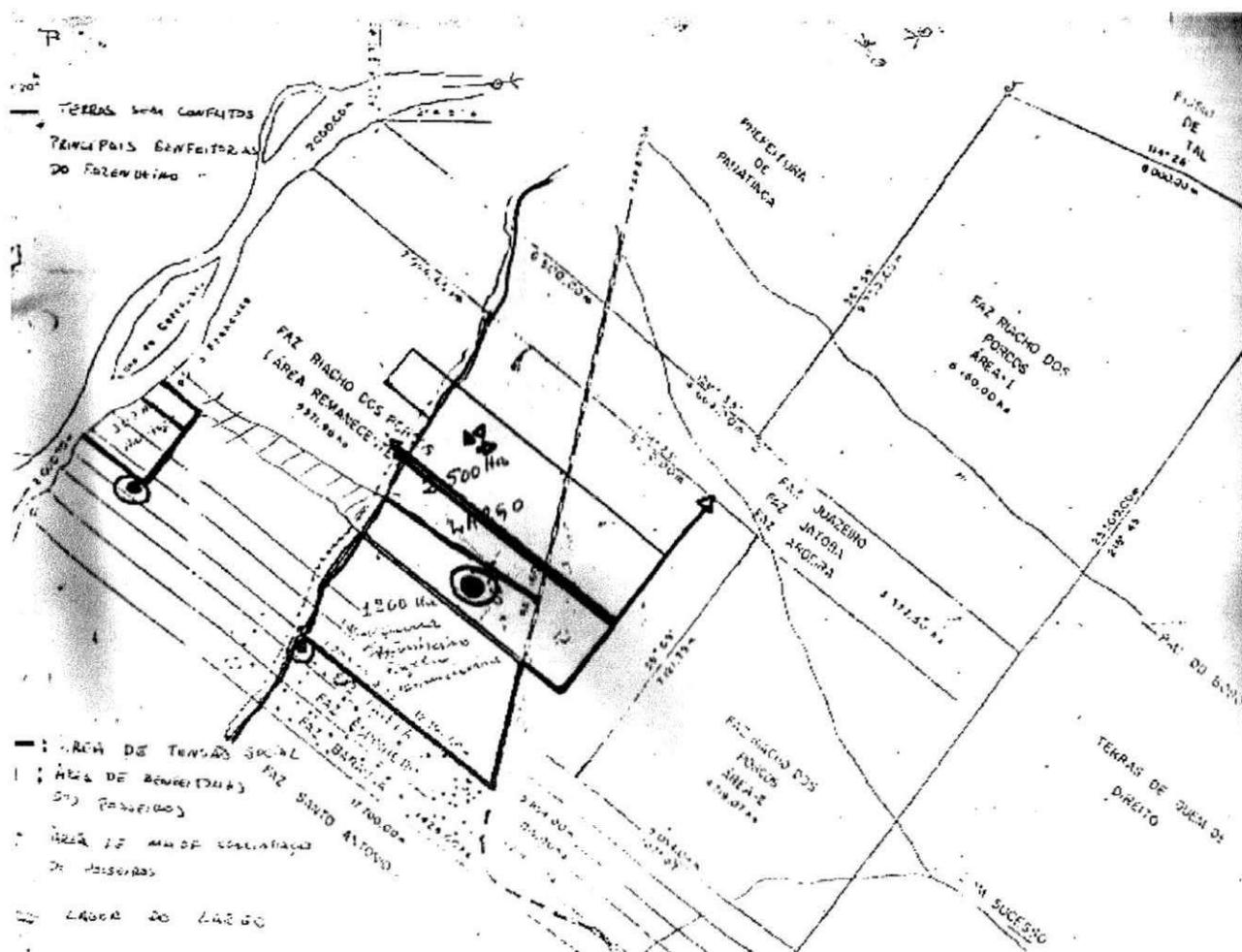
“Meu bisavô comprou da mão do Conde da Ponte. Agora os terreno aqui é dessa moça (referência à proprietária-herdeira, nos tempos coloniais, Joana da Silva Guedes de Brito, titular do morgado Conde da Ponte), diz que era dessa moça que tinha esses terreno aqui, chamava Conde da Ponte, os pai morreu e tal e ela ficou e resolveu vender, vendeu essa parte daqui para Theodoro do Espírito Santo, que é de lá do São João, lá do município de Macaúbas (município também situado no Médio São Francisco), vendeu.

Aí agora, esse meu Bisavô é do município de Macaúbas, de lá da Serra, aí comprou essa parte aqui só prá criar: Ah! Vamo prá lá pro lado das caatinga,. lá tem muito imbú, muita caça, caititú, porco do mato, tem onça, tem tudo e eu gosto de caçar. E, quando meu bisavô, meus tronco véio (os antepassados do entrevistado), mudou prá aqui, era cada mata esquisita, daqui prá o comércio (cidade) não tinha casa nem roça não! Era mata.

(...) Eu nasci na era de quatro (1904), quando eles compraram (a família de grileiros: os Borges) em 20 (1920), eu já estava rapagão nascido e criado aqui. Meu bisavô comprou isso aqui na mão de

Conde da Ponte em 1850, quando meu bisavô Joaquim Barbosa comprou ali nos Caldeirão; agora, as rama: os filho, neto, genro, neto e tudo, foi espalhando, tomaram conta da Alagoinha, outros tomou no Zezé, outros ali do Muniz e tudo aqui é fazenda Fechada, comprada na mão do Conde da Ponte.

(Depoimento concedido em setembro/97).



Mapa das terras com suas marcações de limites entre as antigas fazendas Riacho dos Porcos e Stº Antônio e as áreas em que haviam maiores tensões decorrentes da grilagem. Material cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paratinga-BA.

Estas terras que faziam parte da enorme sesmaria da *Casa da Ponte*, constam do início do século XVIII, situadas à margem direita do *São Francisco* em *Paratinga*, hoje município baiano, que, à época, chamava-se *Villa de Santo Antônio do Urubu*, eram administradas por procuradores

de *Joana da Silva Guedes de Brito*³⁰, titular do morgado criado pelo seu bisavô. (Neves,1998:64-67).

É importante registrar (Neves,1973:91-92) que entre as inúmeras propriedades dos descendentes do morgado *Guedes de Brito* (Conde da Ponte), estavam incluídas as fazendas, mantidas com seus nomes originais, *Riacho dos Porcos* e *Santo Antônio* e, que, hoje fazem parte das terras desapropriadas em 1988 e, transformadas no assentamento *Riacho dos Porcos* criado oficialmente em 1995.

De acordo com Neves “instituído no século XVII, por verba testamentária do Tabelião Antônio de Brito Correia e sua mulher Maria Guedes. Esse patrimônio de origem sesmeira, em poder do filho Antônio Guedes de Brito, expandiu de tal modo, que somente o superou, em extensão, as terras da Casa da Torre, domínio dos descendentes de Garcia d’Ávila, seus rivais, que se estendiam por zonas atualmente sob jurisdição de vários estados nordestinos. Não se conhecem as exatas dimensões das propriedades desses dois maiores latifúndios brasileiros. A historiografia remete quase invariavelmente às vagas informações do jesuíta Giovanni Antonio

³⁰ Neves (1998:60-63) informa fatos curiosos nessa composição de herança familiar: “a cadeia sucessória do morgado Guedes de Brito obedeceu o legado testamental que o instituiu. Antônio Guedes de Brito não teve filho com a viúva Guiomar Ximenes de Aragão, com quem casara em 1677, transferindo toda sua enorme fortuna para Isabel Maria Guedes de Brito, filha extraconjugal com Serafina de Souza Dormundo, que ele instituiu em testamento sua ‘herdeira universal’. (...) Isabel Maria Guedes de Brito casou-se com o coronel Antônio da Silva Pimentel, com o qual teve apenas a filha Joana da Silva Guedes de Brito, que muito cedo, sem filho, enviuvou-se de João de Mascarenhas. Desejando casar-se novamente, a rica latifundiária da América Portuguesa optou por outro nobre da corte metropolitana, recaindo a escolha em Manoel de Saldanha da Gama. A abastada viúva formalizou antes do casamento um contrato com o candidato a marido, segundo o qual, se tivessem algum filho, ‘todos os bens ficariam no casal’ e ‘em hipótese contrária’, a ‘meação reverteria em proveito dos parentes’ dela. (...) O marido contratado somente herdaria o morgado e os bens desvinculados, se sobrevivesse à contratante e abdicasse seus sobrenomes “de Saldanha da Gama”, adotando ‘Guedes de Brito’. Desse modo, a afortunada e caprichosa cabocla, descendente de Diogo Álvares Correia, o ‘Caramuru’, e da índia Catarina Paraguassu, teria ‘comprado’ o nobre em decadência econômica. (...) Dona Joana morreu sem ter filho e seu viúvo, de posse da fortuna, casou-se novamente em Portugal com Francisca Joana Josefa da Câmara Coutinho, também viúva. Desse segundo casamento nasceu João de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes de Brito e toda a fortuna da família. Curiosamente, talvez para não subordinar ou ofuscar seus nobres nomes de família, em nenhum documento examinado Manoel de Saldanha deixou de assinar seu sobrenome, omitindo sempre o ‘da Gama’. Seu filho João de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes de Brito e o primogênito deste, também chamado Manoel, na condição de sucessores na administração do morgado, receberam *Guedes de Brito* após os nobiliárquicos apelidos familiares. Mas do mesmo modo que o marido de Dona Joana, não os usavam ao assinar. Estes dois últimos, titulares de nobreza, assinavam somente ‘Conde da Ponte’ “. Referências: ARQUIVO da Casa da Ponte. Lisboa. “Testamento de Antônio Guedes de Brito”. Apud PIRES, Simeão Ribeiro. Raízes de Minas, p. 57.; CALMON, Pedro. Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias, de Frei Antônio de Santa Maria de Jaboatão. Salvador: EGBA, 1985, v. I. p. 297.

Andreoni, que usou o pseudônimo de André João Antonil. Segundo sua obra de 1711, quase todo o sertão da Bahia pertencia à família d'Ávila, que dispunha de 270 léguas de terras à margem esquerda do rio São Francisco, “indo para o sul”, e 80 desse rio “para o norte”: e os “herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes de Brito”, que possuíam 160 léguas “desde o morro dos Chapéus até a nasença do rio das Velhas”, em cujas terras haviam “currais próprios” e sítios “ordinariamente de “uma légua”, arrendados anualmente por “dez mil-réis de foro” anual”³¹.

Informa, ainda Neves, que : “Desse modo, os imensos latifúndios, deixados por Guedes de Brito avançavam à margem direita do rio São Francisco, do norte da Bahia ao sul de Minas Gerais. Simeão Pires³² julgou ‘admirável’ a ‘precisão’ de Antonil, considerando a distância linear entre as cidades de Morro do Chapéu-BA e Ouro Preto-MG, onde nasce o Rio das Velhas, de 1.035 km, correspondentes a 156 léguas de sesmaria, seis mil e 600 metros. Entretanto, não se conhece toda a titulação dessas terras”. O mais remoto registro que se tem notícia é “a carta de sesmaria de 16 de outubro de 1652”³³.

Interessante, observar o fato da data citada no depoimento do Sr. Vitorino (“*Vitorino do Zezé*”), como o ano em que o seu bisavô comprou as terras em que , atualmente, ele vive, indicar o ano da *Lei de Terras* (1850)³⁴ sancionada muito tempo após a extinção em 1835 do morgadio (estatuto jurídico português de origem feudal) no direito brasileiro, que implicava na propriedade vinculada por título de descendência. Antes, porém, da extinção desta instituição em 1835, os herdeiros desse morgado (que reunia hereditariamente a nobiliarquia metropolitana do *Melo e*

³¹ Neves (1998: 54-55) Op cit. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. (1ª ed. 1711). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982. P. 200.

³² Op cit Neves: In: *Raízes de Minas*.1979, P. 76.

³³ Referências de Neves (1998:55): “PUBLICAÇÕES do Arquivo Nacional”. v. XXVIII. P. 12. Apud FREIRE, Felisbello. *História Territorial...*, p. 31; apud COSTA FILHO, Miguel. “Dois séculos de latifúndio”. Rio de Janeiro: Livraria São José e Departamento de Imprensa Nacional. (Separate da *Revista do IHGB*, v. 214). 1959, p. 7; e BIBLIOTECA Nacional. *Documentos históricos (1639-1655)*. Provisões, Alvarás e Sesmarias. V. XVIII. Série E, fs.346-347. Apud PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*, p. 49.

³⁴ A lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como *Lei das Terras*, foi, como faz ver **Lígia Osório Silva** (In: *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. 1996, p. 136), citada por **Neves (1998:112)**, de importância fundamental para a transição lenta, gradual e segura do trabalho escravo ao livre, implementada também com a imigração de europeus para o sistema de parceria agrícola, principalmente na cafeicultura que se expandia surpreendentemente no sudeste. Com essa lei pretendeu-se, antes de tudo, “regulamentar o acesso à

Torres com o patrimônio colonial dos *Guedes de Brito*, tornando-se conhecido como *Casa do Conde da Ponte* ou simplesmente *Casa da Ponte*, sendo *Manuel de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes de Brito*, o sétimo *Conde da Ponte*, último titular deste morgado) sustentaram no judiciário muitas questões pela propriedade de terras, sob alegação de não as cultivarem, conforme prescrevia a legislação pertinente, ou pela posse não reconhecida, o que demonstra um contexto de grilagem antiga e de conflitos com o campesinato de posseiros na região (Neves,1998:65-67).

Neves informa, através de suas pesquisas documentais, quanto às questões de posse e propriedade das terras, particularmente no Médio *São Francisco*, que em 1854 houve um recurso da Câmara Municipal de Urubu (atual Paratinga) contra os procuradores da Casa do Conde da Ponte, “que se apossara de ilhas do rio São Francisco, propriedades daquela comuna” (1998:66).

Coloca que o presidente da Província da Bahia determinou ao juiz da Comarca de Santo Antônio do Urubu que empregasse todos “os meios ao seu alcance para evitar a usurpação dos terrenos públicos”.³⁵.

Neves indica, ainda, que nesse mesmo recurso de 1854 da Câmara Municipal de Urubu (atual Paratinga), menciona-se, “depois de reclamarem do excesso de ‘opressão desta colônia’ e pedirem ‘o mais prompto remedio’, acusaram os ‘procuradores de D. Francisca da Câmara, viúva de Manoel de Saldanha’, de praticarem ‘violências e despotismos’, na cobrança das rendas que pretende se lhe deva’. Alegaram que das suas ‘quasi 3000 legoas de terras’ Antônio Guedes de Brito e seus herdeiros teriam aproveitado apenas ‘12 ou 15 fazendas na margem do rio São Francisco’, não acatando ‘as condições da Ley das Sesmarias’, que determinou o cultivo das

terra”, tanto para brasileiros quanto para estrangeiros, estancando o “processo de apossamento que havia ocorrendo indiscriminadamente”, tumultuando a ordem jurídica, e não “vetar o acesso à terra aos imigrantes”.

Importante ainda observar, que a Lei de Terras de 1850, ocorreu no mesmo ano e mês da criação da Lei Eusébio de Queirós que representou a proibição do tráfico legal de africanos escravizados para o Brasil.

³⁵ Neves (1998:66) op. cit. APEB. Seção Colonial e Povincial. Serie Policia. Maço 6.384. Oficio de João Mauricio Wanderlei, presidente da Província da Bahia ao juiz da Comarca de Urubü.

terras concedidas ‘dentro de cinco anos’, e desse modo teriam perdido ‘todo o jus’, ficando as terras ‘como dantes eram’ ”(1998:66-67).

Neste contexto em que se colocava em questão a legitimidade da propriedade, abriu-se, então, precedentes para as disputas de direitos, já que o próprio morgadio no Direito brasileiro já havia sido abolido em 1835, o que colocava em questão as transações empreendidas pelos procuradores da Casa da Ponte, tanto que, como registra, também, Neves com relação a situação de *posseiros e arrendatários*, estes “respaldaram-se numa provisão régia de 12 de dezembro de 1736, que determinava a interrupção dos pagamentos exigidos pela herdeira Joana da Silva Guedes de Brito. A titular do morgado resolveu, então, ‘tirar executoria contra todos’, obtendo sentença favorável do ‘juiz privativo das causas e pendências’ da sua casa. ‘O povo então ‘apelou para a suplicação’, onde a causa permanecia há ‘mais de quarenta annos’ sem julgamento”. (1998:67-68).

Segundo, Neves, “não se conhece resposta da regente portuguesa, mas no curso desses anos, ordens e cartas régias, a pedido dos titulares do morgado, reativaram as cobranças de rendas das terras em litígio. Os autores da representação diziam ser ‘havidas por falsa informação’ e pediam sua nulidade, lembrando o fato de se tratarem de áreas mineradoras, ‘isentas de todo fôro e renda de terceiros’. Até que a corrupção e a acumulação de cargos públicos denunciaram a governante metropolitana: acusaram um dos procuradores dos sesmeiros, que também exercia a função de juiz dos órfãos, de usar o cargo e envolver ‘interessados outros’ com ‘notório esculpado, repartindo entre si as cobranças’.

Interessante a menção de Neves de que o morgado *Guedes de Brito* foi “uma das poucas instituições a gozar do raro privilégio de um ‘juiz privativo’, obtendo, sempre que solicitou, esse juizado exclusivo para deliberar sobre suas causas e pendências”. Também, o fato de que o sexto Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, governou a Bahia de 1805 a 1809. (1998:68-69).

Curiosamente, nos tempos atuais, a existência de “juiz privativo” figurou na pessoa do juiz de Direito da Comarca de Paratinga e pertencente à tradicional família local (os Borges) que empreendeu uma das maiores grilagens ocorridas na região do médio *São Francisco*, oeste da Bahia, num período de grande especulação fundiária e de frentes de expansão agropecuária, a partir da década de 70, criando conflito com lavradores que possuíam vínculo secular com as terras, como indica ainda o longo depoimento do Sr. Vitorino Lino de Souza. – “*Seu Vitorino do Zezé*”, o precursor das lutas contra essa grilagem, justamente por ser o mais antigo ocupante e aquele que buscou confrontá-la através de seus documentos particulares de transmissão de posse, no sentido de inscrever legalmente seu direito à terra ocupada desde os seus bisavôs:

“(...) E, a fazenda do Riacho dos Porcos, ela (referência à proprietária-herdeira, nos tempos coloniais, Joana da Silva Guedes de Brito) diz que não vendia não, que o lugar era muito bom, lugar de vazante, lugar muito bom. Passou muitos anos... de forma que eu tenho meu terreno aqui porque já comprei na mão do meu pai, meu pai tocou de herança da parte do meu bisavô Joaquim Barbosa. E, ele (o proprietário da Fazenda Riacho dos Porcos, o juiz de Direito, Anísio Borges) cercando nós tudo. Eu digo: ‘não senhor! A fazenda do seu pai, ele comprou, desagüou dos morro prá lá, não é dos morro prá cá não!. Prá cá é fazenda Fechada’; a extrema deles, extrema só com a fazenda S^o Antônio, fazenda S^o Onofre e prá o poente, no veio d’água do São Francisco, nascente, extrema com quem for de direita. A escritura do véio Cláudio é assim, o pai dele, o pai de dotô Anísio, Cláudio Domingues Borges, ele comprou a fazenda mais o cunhado, eles compraram na era de 1920. Meu bisavô já estava aqui de 1850. Prá quem comprou em 1920... mas, Dotô lá da fazenda, era juiz de Direito, muito ladino, muito sabido, pegou rusga mais eu: ‘é preciso botar adevogado!’. ‘Eu não vou botar adevogado! sou pobre, sou fraco, não agüento botar adevogado não!’.

(...) O Dotô da fazenda, ele não sabia como é que tirava as pontuação da fazenda dele, que quando ele pegou meus documento e pegou o mapa da fazenda do Riacho, que era prá provar que nós era

dono disso aqui, ele pegou aquilo tudo, tirou as extrema: pam, pam, pam! Tirou as extrema tudo, correu, foi fazer uma escritura falsa, fez uma escritura ao gosto dele, que é juiz de Direito, sabe fazer né? Fez a escritura, levou no tribunal, aquilo ali tudo amigo dele, já prá assinar a favor dele e quando representou o governo dizendo que a fazenda era tudo Riacho dos Porcos.

Eu peguei aqui o burrinho, aqui montei no burrinho, puxei, deixei meu burro lá em São Fidélio. Peguei um caminhão, nesse tempo não tinha ônibus, de lá em Barreiras (município do extremo oeste baiano) fui bater em Brasília (no ano de 1962) junto aos governo, fui bater lá no salão onde tá os governo, representei onze escritura³⁶ e o mapa da fazenda, que eles tudo aí, disse: 'Ah! Vou tomar uma providência, não pode!'. Eu disse: 'Olhe Dotô, o negócio é assim, assim e assim!'. Ele disse: 'Eu tô vendo os documento, está tudo marcado'. Eu disse: 'e, como é que faz? Esse homem nos cercando, tomando de nós tudo, dizendo que é dele, para amanhã ou depois vender os pedacinho de terra...'

Me mandaram prá Salvador, duas vez, na capital de Salvador, eu mexi muito. Até que eles tomaram providência, é queixa e mais queixa prá nós meter uma reforma agrária, prá tomar os terreno dos grande e dar tudo aos pequeno. Bom! Tomaram mesmo os terreno dos grande, deram aos pequeno, mas, o meu tá na escritura, tá nas extrema deles, que topa na serra, né?. Mas, achou que tudo era dentro dele”.

(Depoimento concedido em setembro/97).

Nos tempos coloniais, diante do contexto de conflitos de direitos com a camada de posseiros e, à medida que avançava o povoamento dos sertões da Bahia, temendo, portanto, mais contestações dos direitos sobre as terras dos titulares do morgado *Guedes de Brito* (Conde da

³⁶ De acordo com o ex-secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paratinga, Sr. Regino Barreto. (assentado em Riacho dos Porcos) uma das escrituras da fazenda (*Fechada*) onde o Sr. Vitorino de Souza nasceu, tinha em 1983 (período inicial do encaminhamento ao INCRA) 333 anos de feita. Diz ainda, sobre os antigos limites das posses: “Ela (a fazenda *Fechada*) ficou pequena porque a picada (cercamento) passou e adquiriu metade. Porque ela era assim, redonda no meio das outras fazendas: fazenda *Riacho dos Porcos*, era uma, fazenda *Sf^o Antônio*, depois teve a fazenda *Boqueirão*, e a fazenda *Fechada* ficou no meio, depois veio a fazenda *Sítio Porco* que era a fazenda de um dono só, os donos venderam as cabeceira lá e botaram o nome Sítio Porco e cá ficou Riacho dos Porcos” (Entrevista concedida em 21/09/97).

Ponte), os seus procuradores (*os Saldanha da Gama*) trataram de conseguir que mineradores, pecuaristas e agricultores, ocupantes de terras, passassem arrendamentos e outros comprassem suas posses (Neves,1998:67). Como demonstra o depoimento do Sr. Vitorino, ao afirmar que seu bisavô comprou as terras “*na mão do Conde da Ponte em 1850*”.

Quanto a isso, no que diz respeito a referência à categoria histórica *Conde da Ponte*, além de indicar a sua sobrevivência na memória coletiva local, indica a apropriação desta referência no sentido da disputa em torno da legitimidade da posse da terra ocupada, pois, há de se observar, também, que um dos efeitos da *Lei de Terras* de 1850, é a introdução da noção de propriedade relacionada à questão da obrigatoriedade legal da compra da terra a partir desse período, como um marco sócio-histórico diferencial, como coloca Woortmann, é que “(...) a elite regional ganha condições de impor seus interesses ao campesinato. Declarada a ilegitimidade da posse e do princípio de que a terra pertence a quem a trabalha, surge uma nova categoria: a *propriedade*, sempre associada ao gado”(1983:207).

Esta deslegitimação histórica do direito possessório, como também analisa Paoliello (1998:217-218), é que parece estar na raiz das tensões expressas nos depoimentos de pequenos lavradores que têm na posse tradicional sua forma de ocupação, refletindo-se em estratégias de inscrever o direito à terra em documentos privados, ou de conseguir o título pela intervenção direta do Estado. Como expressa o depoimento anterior do Sr. *Vitorino do Zezé* : “(...) *eu mexi muito. Até que eles tomaram providência, é queixa e mais queixa prá nós meter uma reforma agrária, prá tomar os terreno dos grande e dar tudo aos pequeno. Bom! Tomaram mesmo os terreno dos grande, deram aos pequeno, mas, o meu tá na escritura, tá nas extrema deles, que topa na serra, né?. Mas, achou que tudo era dentro dele*”.

Quanto às concepções populares de direitos, é interessante registrar a reflexão de Martins³⁷ acerca da importância em perceber as *dimensões da memória* que situem e revelem o sentido desta memória, pois, a questão das reivindicações concretas das populações camponesas,

³⁷ José de Souza Martins, *A chegada do Estranho*, 1993.

no caso do Brasil, a respeito do direito de propriedade, demandam a restauração de direitos que foram arbitrariamente abolidos com a Lei de Terras de 1850.

Ainda quanto a lei de terras de 1850, esta passa a opor a posse à propriedade titular, perante a exigência legal que privilegia o título, e, impõe a medição da terra titulada. No tocante à titulação (algumas existentes) das terras de lavradores assentados em *Riacho dos Porcos*, suas características indicam que esta se restringe às escrituras particulares de venda e compra de *direitos hereditários e possessórios* - como observa, também, Paoliello ao analisar as práticas possessórias na Baixada do Ribeira no sudoeste paulista - que “no entanto, por sua recorrência, revelam um reconhecimento da imposição legal do documento escrito, ainda que particular como comprovante do direito, o ‘justo título’ da lei civil” (1998:216). Tal como expressa o depoimento anterior: “(...) *eu tenho meu terreno aqui porque já comprei na mão do meu pai, meu pai tocou de herança da parte do meu bisavô...*”. (...) *o meu tá na escritura, tá nas extrema deles, que topa na serra, né?. Mas, achou que tudo era dentro dele*”.

Quanto a alguns outros efeitos ideológicos decorrentes da deslegitimação da posse tradicional pela Lei de Terras de 1850, o acesso ao cartório indica que “um novo saber se faz necessário - o saber dos sabidos”, como reflete Woortamnn (1995:230). Neste sentido, um outro trecho do mesmo depoimento anterior, revela: “(...) *Dotô lá da fazenda, era juiz de Direito, muito ladino, muito sabido, pegou rusga mais eu: ‘é preciso botar adevogado!’* (...) *Tirou as extrema tudo, correu, foi fazer uma escritura falsa, fez uma escritura ao gosto dele, que é juiz de Direito, sabe fazer né? Fez a escritura, levou no tribunal, aquilo ali tudo amigo dele, já prá assinar a favor dele e quando representou o governo dizendo que a fazenda era tudo Riacho dos Porcos*”.

A necessidade de demarcação das terras surge somente diante da ameaça de se verem expropriados de seus direitos devido ao processo crescente da grilagem, pois, antes dessa pressão e da intervenção do INCRA visando a divisão, separação e demarcação das antigas fazendas - a

Fechada ocupada pela parentela do Sr. Vitorino e, a *Stº Antônio* ocupada, também, basicamente por duas parentelas- o sistema de apossamento se caracterizava pela *indivisibilidade* do território, o que garantia tanto as tradições sucessórias em termos de posse familiar - como também registra Pietrafesa de Godoi (1998:129) - como o uso comum das terras *soltas*.

Neste aspecto, diante da imposição externa no sentido de demarcar as fronteiras das terras envolvidas no conflito, emerge a memória acerca do conhecimento dessas fronteiras como um patrimônio simbólico:

“Eles (os fazendeiros grileiros da Riacho dos Porcos) queriam justamente que a gente dissesse coisa prá nos prejudicar, prá nós dizer que nós morava dentro mesmo da fazenda Riacho dos Porcos, porque essa fazenda aqui não era Riacho dos Porcos, porque a gente sabia dos mais velho antigo que a divisa, a linha demarcatória passava mais ou menos naquela serra, num lugar, jatobá, então o pessoal tinha aquilo na cabeça e, a gente conhecia isso aqui, fazenda Stº Antônio e eles queriam que a gente dissesse que era Riacho dos Porcos”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Gerson de Souza, 39 anos).

Um outro depoimento, também, de uma liderança dos ex-posseiros, hoje assentados, expressa, também, a importância da tradição oral como instrumento na luta quanto aos direitos à terra:

“Eu conheci os mais velho dizendo que ali não pertencia a eles (os grileiros), essa coisa assim, e aí, o pessoal ia se revoltando e entraram na luta”. “(...) Sempre eu ouvia falar que a luta, a primeira, a luta maior deles (dos mais antigos na área) foi com Vitorino que é o avô dela (referência à sua esposa e prima), sabe contar muita história e, diziam a Vitorino que não adiantava nós tá lutando não, que essa, a gente ia perder”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Durval Manoel da Costa. 38 anos).

Por outro lado, a ênfase na existência de algumas antigas escrituras de posse, por parte de alguns poucos ocupantes, embora faça referência ao aspecto legal da disputa, evoca o conhecimento sobre a história da ocupação das terras e de suas antigas demarcações físicas, como um aspecto simbólico que legitima a luta coletiva pelos direitos costumeiros de posse e de uso comum da terra, de modo a reinterpretar o aspecto legal da disputa:

“Aí, agora foi onde nós metemo o pé. Disse: ‘Agora, vamo vê! Porque é nosso, nós não entrega’. Como é que se diz?: Nós tem o direito, documento, moça!. Nós ia prá tudo quanto é canto, os documento não tava servindo, tinha os deles (dos grileiros), diz que tava passando por riba (cima). Botou o juiz de fora prá vir ajeitar isso aí.

Tinha uma véia aqui de riba (moradora de Sambaíba, uma das áreas do assentamento Riacho dos Porcos e mesma localidade do entrevistado) que tinha uns documentação velho do tempo que venderam a fazenda, moça!, do tempo da monarquia, tinha esse documentação velho, antigo!. Então, nós foi lá, arrumou, ela deu, disse: ‘Olhe! tá aqui, dos meus avô, olha, então, tá aqui! vocês querendo fazer uma roça aqui, tá bom!’. (...) Foi aqui na Sambaíba mesmo, que ela tinha esse documento, então contava duas légua de terra de cada fazenda, tabva escrito. Aí, agora, nós representemo esse documento na justiça, aí, o juiz disse: ‘Esse documento aqui, tá mais véio de que o seu!’ (o do fazendeiro grileiro). Ainda era mais véio, mas, com tudo isso, ainda deu o direito deles”.

(...) Esse documento, esse documentação véio marcava lá no jatobá torto, marcando direitinho, moça! Olhe, quixabeira grande, boca das antão, o pau ferrado, jatobá torto, marcava lá, olhe”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Hidelfonso de Souza: “seu Hidé” da Sambaíba, 67 anos).

Nesta perspectiva, quanto à representação do direito de posse como um direito costumeiro constituído na prática social, Donald Pierson³⁸ em suas pesquisas realizadas em diferentes extensões do Vale do São Francisco, no início dos anos 60, registra também, que nos Gerais, no Planalto Ocidental da Bahia, ao chegar a uma área, o indivíduo pode meramente “roçar um pedacinho”, como dizem os informantes, a fim de *indicar a posse*, isto é, pode simplesmente mexer um pouco no chão com a enxada. Ou apenas “*lavrado o pau*”, isto é, cortar a casca de árvores próximas *como marca*, ou como “*sinatura de brejo*”. Pessoas que chegam posteriormente, observando as indicações de posse, continuam até encontrar outro promissor pedaço de terra, assinala o *respeito pela marca de posse* inicial colocada (1972:354).

Pierson observou, também, que entre os donos de 11 propriedades estudadas em detalhes por Pires da Nóbrega na área em torno de Petrolândia (Pernambuco), apenas 7, ou aproximadamente metade, possuía documento legal de posse. As propriedades originais eram grosseiramente delimitadas pela especificação de serem fronteiras ao rio de determinado ponto ao outro, não sendo precisamente declarada a extensão a partir da água, quanto mais medidas e registradas (pp.355).

Indica que: “Tem sido *rara* em grandes regiões do Vale a divisão da propriedade herdada, recebendo cada herdeiro sua parte. Especialmente nos casos de terra de pequeno valor, as linhas divisórias entre propriedades continuam tão imprecisas como inexistentes são os registros dos títulos. Grandes extensões de terra são hoje reivindicadas por tantos descendentes dos proprietários originais que as áreas distantes do rio ou das planícies baixas de inundação de outras correntes perenes, excluindo também elevações melhor servidas de água e, por isso mesmo, mais valiosas, são comumente consideradas e usadas em grande parte como propriedades comunais. Na região ocidental do município do Rio Rico, por exemplo, existem grandes extensões de pastos nativos, a maioria sem proprietários. Durante a seca, os criadores da zona oriental utilizam-nos para apascentar seus rebanhos”. (pp. 355).

³⁸ In: *O Homem no Vale do São Francisco*; Tomo II, *A terra e seu uso* :Cap. VIII, pp. 354-356.1972.

Pierson coloca, ainda, que na área em torno da Cachoeira de Paulo Afonso “não raro é encontrar uma propriedade rural cujos proprietários chegam a centenas e incluem representantes de cinco gerações”. Os limites quase nunca são claramente definidos ou os títulos baseados na lei” (pp. 356).



Aspecto espacial do assentamento *Riacho dos Porcos*.
No trecho mostrado nessa foto pode-se ver a presença de cercas, outrora inexistentes.

As memórias dos conflitos, no que concerne ao avanço da grilagem sobre as *soltas* para transformá-las em propriedade privada, expressam aspectos em termos da mobilização de direitos costumeiros de posse da terra e de uso comum e livre dos recursos naturais da área na disputa, dividindo o tempo em um tempo de *liberdade* e um tempo de *sujeição*:

“(…) *Naquela época* (período dos conflitos devido a grilagem: década de 60 a 80 do século XX) *quando a área era pertencida dos Borges, nós vivia numa luta terrível prá adquirir essa terra, a gente até corria risco de vida, lutando pelo direito da gente nessa terra. E, a gente, naquele tempo não podia nem trabalhar direito, porque, quantas vezes, nós mesmo tem roça, nós colocou, na hora de cercar, os Borges botava o pé em cima e não deixava, então a gente fazia uns, assim, trabalho isolado que não podia nem trabalhar, né?*

(...) *Aquele tempo era difícil, quando os Borges mandava nessa área, aí, que a terra passou a ser dos Borges, tinha muita dificuldade. Então, eles não queria que a gente fizesse nenhum benefício, não queria que a gente fizesse uma roça, não queria que a gente construísse uma casa. No tempo que eu construí essa casa aqui, que eu risquei, limpei aqui a área, prá fazer uma casa, eles vieram me proibir, disse que eu não teimasse, não fizesse a casa, que o dia que eles vieram aqui, tava a madeira, tudo aqui, eles (os capatazes da fazenda Riacho dos Porcos) disse que ia apanhar a madeira e que a gente não ia fazer casa aqui e tinha que conversar com os Borges. Aí, eu ainda respondi a pessoa que foi, que era mandado por eles. Eu respondi que eu tinha que tirar a madeira prá fazer minha casa era aqui, eu tinha que fazer minha casa era aqui, porque se a gente mora aqui, eu até falei prá ele: ‘Então, você queria que eu fosse tirar a madeira de outra fazenda, da fazenda Curralinho? Eu ia morar lá?. Eu tenho que morar aqui, que foi onde eu nasci e criei’.*

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Durval Manoel da Costa. 38 anos).

Essa última parte do depoimento, denota o *sentimento de pertencimento da terra e à terra* pela narrativa *de origem* de constituição do *território por descendência* e, portanto, seu sentido de patrimônio: “(...) ‘*eu tinha que tirar a madeira prá fazer minha casa era aqui, eu tinha que fazer minha casa era aqui (...) ‘Eu tenho que morar aqui, que foi onde eu nasci e criei’*”.

Sobre as memórias dos conflitos e seus aspectos em termos da construção das estratégias de enfrentamento e resistência cotidiana na luta contra a grilagem e pela permanência na terra, estas revelam *solidariedades* - como também, observa Martins (1993:135-136) - referenciadas às *tradições de vizinhança* no meio rural, como o mutirão, o trabalho coletivo, as roças coletivas, nos momentos de maior perigo e de maior insegurança:

“*Ele (um vizinho do entrevistado que é um aparentado por consideração como ‘filho’) serviu de isca prá os fazendeiros fazer a extrema (limites entre as fazendas Riacho dos Porcos e Stº Antônio,*

esta última, pertencentes aos posseiros), *porque prá fazer a extrema, a gente foi, agora, eles (o vizinho e seus familiares) querendo terra e, as terra tava apertadinha. Agora, nós combinemo com eles, eu falei: 'Vamo botar uma roça aqui, prá fazer a extrema aqui. Ai, metemo o resto, botamo roça, juntou oitenta home botando roça. Depois que botou a roça, eles (os fazendeiros grileiros da fazenda Riacho dos Porcos) viu que não tinha jeito. Agora, o INCRA foi, desapropriou eles. Mas, ficou prá mode deles (os fazendeiros da Riacho dos Porcos) mais o povo, tirar o que é deles, combinado com o povo, prá mode poder vim, cortar a terra pro povo, esses Borges. Agora, nós se ajuntou tudo e foi, com esse povo da FUNDIFRAN (Ong que acompanhou todo o processo de luta contra a grilagem) acompanhando, nós foi prá fazer a divisa. E, eles marcou, e aí, é vai! é vai! Tem que tirar 25% (um acordo definido entre os fazendeiros e o INCRA previa uma parte de terras para os mesmos), então, bom! Então, daqui pra riba, vocês tira 25% prá cá. Foi onde Gonçalo (o vizinho mencionado anteriormente), já tinha vindo, tava assentado lá e já com essa roça que nós botemo, eles tomou conta. Se não fosse ele, a extrema arriscava ficar mais prá riba, prejudicava mais''.*

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Hidelfonso de Souza, 67 anos. Morador de *Sambaíba*, uma das áreas da antiga fazenda Stº Antônio.).

(...) Então, naquele tempo tinha muita dificuldade, eu sei que foi uma luta, a gente correu até perigo, quando a gente ia marcar cerca, cerca que eles cercava as pessoas, um Sr. por nome de Manoel Antônio de Macêdo, aí, essa pessoa, eles cercaram até o lugar dele ir prá o tanque (poço), passou um arame aí, e o pessoal resolveu aí, e botou tudo no chão, ajuntou muita gente, botou tudo no chão. Na hora que a gente tava derrubando essa cerca, só que a gente não cortou arame, só derrubando, aí, chegou um carro com polícia e tudo armado, aí, nos falou: 'nós não vamo dizer nada, não vamo parar o serviço'. Aí, a gente ficou, não gritou, não fez nada, disse: 'agora, se eles chegar perto de nós, nós rodeia (cerca) eles'. E, tudo isso nós já fez aqui na época dessa luta, já correu perigo quantas vez, nós, tinha

hora que nós ia derrubar uma cerca de noite, que dizia: 'As coisas de noite não tem testemunho'. De repente, era um lumiado de lâmpada, a gente escondia detrás de um pé de pau. Aí, eles dizia: 'Quem sair, vai tomar tiro, aí!'. Aí, nós saía pegando pedra, jogando, assim, no mato, prá ver se tinha gente por aí, e, nós, também, na hora de fazer o serviço, tinha umas pessoa na frente tomando conta".

"(...) Eles cercavam as área melhor, mas eles tinha uma maneira, assim, eles mexia com o pessoal não era tudo de vez, não. Uma comparação (exemplo): eles tinha uma área aqui, eles passava uma picada³⁹ aqui, alaçava (açambarcava as terras) assim, umas cinqüenta pessoa. Aí, o pessoal revoltava: 'Ê! Meu Deus! Como é que vai se fazer? Os Borges já passou a picada lá!'. Aí, quando o povo apaziguava um pouquinho ali, já nascia outra picada de lá, já alaçava (açambarcava) mais cinqüenta aqui prá cima, e vai dessa maneira até... Parece que ia tomar era quase uma banda do Brasil! Mas, com muita luta, cada vez eles ia alaçando (açambarcando) mais gente, mas ia revoltando mais pessoa. Quer dizer, já era um meio do pessoal reunir mais, aqueles que eles apanhava lá dentro do círculo (tinham suas áreas cercadas), eles também, revoltava". (...) Graças a Deus, não teve morte, nunca aconteceu, ninguém, nem do lado deles, não, nunca teve. Foi uma luta, mas graças a Deus não teve morte. Depois, o INCRA tomou parte, desapropriou e não aconteceu".

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Durval Manoel da Costa, 38 anos. Morador de *Alagoinha*, um das áreas da antiga fazenda *Fechada*.)

As histórias de resistências, figuram como exemplos do valor da luta pela terra e são instrumentos acionados pela memória, tanto em seu aspecto individual quanto coletivo:

"(...) Quando chegava em barraco, aí, fazia uma bagaceira (bagunça, balbúrdia, destruição) quem era mais era os puxa ('puxa-saco', capatazes) deles lá, que chegava e destruía roça, tem um

³⁹ Cerca para delimitar. Expressão utilizada para caracterizar uma vizinhança rural. Para uma análise sobre o sentido da expressão "picada" como um padrão tradicional de organização espacial e social, ver Ellen Woortmann (1995:21).

companheiro, mesmo, de nome de Ramiro, foi destruída a roça dele, quatorze vez. Era milho, mandioca, sentava foice, quebrava tudo, queimava cerca, fazia bramura (agressões, desrespeito). Quem plantava era seu Ramiro, quando era na hora de colher, eles acabavam com tudo. Foi quatorze vez nessa vida e ele ateimou (teimou, persistiu). Jogaram óleo queimado dentro da cisterna, é coisa esquisita! que eles faziam com seu Ramiro. Seu Ramiro é um dos pessoal que tá aí muitos ano, foi um lutador forte da área. Zezinho do Morro, também, foi um homem lutador, tem muito lutador aí. Muitos deles já morreram, pessoa mais de idade, seu Zacarias, Manoel Antônio de Macêdo, pessoal aí, é falecido, pessoas que lutou muito.

(...) Ficou prá mim na história, as luta. O dia que eu casei foi desse dito dia que combinaram no meu casamento ali na festa, ali à noite: 'Vamo derrubar o arame dos Borges amanhã! Na festa, vamo comunicar com o noivo!'. E, eu atendendo ali, o pessoal, falaram comigo e eu disse: 'Eu topo!'. Assunta (veja) bem! Quando amanheceu o dia, joguei o paletó prá lá, tirei a gravata e sair prá lá, prá derrubar a cerca. Polícia veio com rifle na mão. Escapei de morrer no dia do casamento, deixava a noiva aí, olhe [risos]. Ficou na história prá mim! Isso aí, é fato acontecido! (...) Desde de 80 (1980) que eu já tô acostumado a lutar aqui.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Durval Manoel da Costa, 38 anos).

Aparece, portanto, a ligação das histórias de lutas individuais numa trajetória de experiência coletiva de luta pela terra. Neste sentido, a perspectiva que toma enquanto categoria a noção de “*experiência*”, assume centralidade em termos interpretativos; particularmente no quadro conceitual com o qual trabalha Edward Thompson e o seu desdobramento nas análises de James Scott.

Esta categoria assume fundamental importância na compreensão das atitudes do campesinato frente as relações de dominação e exploração, em se tratando, especialmente, de análises particularizadas em que estudos de casos põem em ênfase características e elementos que dão contornos à vida societária em termos cotidianos. Como conceitua Scott, citado por Menezes (1998): “pensar classe como experiência é entender que consciência se expressa a nível do pensamento e da ação, bem como da cultura e da história de seus agentes” (Scott, 1985:45).

Buscando captar as dimensões significativas da experiência do campesinato ao nível da luta pela terra, propomos - no capítulo seguinte - uma investigação que contempla tanto o universo da suas histórias/trajetórias familiares, quanto suas relações com setores sociais envolvidos com suas questões.

CAPÍTULO III

Da Desapropriação à Composição do Assentamento

“uma vitória, que foi a vitória pela desapropriação, porque, isso foi pela desapropriação da fazenda, porque, os fazendeiros dessa fazenda eram os famosos da região. A cidade de Paratinga ficava que nem, digamos assim, as pessoas achavam que não tinha jeito, que era esses homens que comandava a região, do qual a fazenda circulava um pouco a cidade, e, o juiz da região era o próprio fazendeiro e, porisso, dá prá ver que a jornada não foi fácil”.

Gerson de Souza. 41 anos Morador de Sambaíba, sub-área da antiga fazenda Stº Antônio e uma das localidades do assentamento Riacho dos Porcos. Depoimento concedido em agosto/99.

3.1 Trajetórias familiares e socialização junto aos mediadores no processo de luta pela terra

“(...) Eu nasci e criei aqui e nunca saí, tô com a idade de 50 anos e me permaneci direto aqui. A única saída que tive foi um ano e oito mês (1966) que tive em São Paulo, pensando das coisa lá ser melhor e no fim não era (...) eu achei que a vida lá era muito apertada, corrida, não gostei (...) e aí, a única solução é aqui mesmo, porque a prática que a gente nasceu e criou é aqui”.

“(...) Uma coisa qua a gente dar pros filho e não tira é só o saber (educação escolar). Então, essa opinião eu tenho prá sempre dar pro meus filho: que o saber onde ele andar, anda junto com ele (...) E esse poder de criação, essas coisas só tem no local”.

José Carinhanha, 50 anos, morador do Virote, uma sub-área de Porção de Baixo e uma das localidades da ex-fazenda Stº Antônio que compõe o assentamento Riacho dos Porcos. Jul/99.

“Com esse incentivo do sindicato, a gente já começou, também, a se fazer aquelas pequenas reuniões que a gente nem sabia o que era isso. Se começou juntar e se começou a trocar de idéias. E, aí, isso foi um princípio de uma caminhada, que hoje, na história de hoje, a gente se deu uma grande história que essa Riacho dos Porcos, aqui, essa fazenda que antes dava o nome da fazenda Stº Antônio. Mas, com essa esperteza dos proprietário, ela passou a ser Riacho dos Porcos, toda ela, no caso aqui a gente tá bem pertinho da linha da divisão das fazendas, bem aqui, uns cem metro prá lá, passa a divisão das fazendas”.

Gerson de Souza. 41 anos Morador de Sambaíba, sub-área da antiga fazenda Stº Antônio e uma das localidades que compõe o assentamento Riacho dos Porcos. Depoimento concedido em agosto/99.

Na construção do processo de luta dos posseiros contra a grilagem que provocava uma subordinação e um controle do espaço pelos fazendeiros da *Riacho dos Porcos*, várias dimensões da vida societária se manifestaram como importantes na socialização política e organizativa: a *experiência familiar*, a *experiência individual* e a *relação* com as chamadas *entidades de apoio* ou *mediadores*.

Na medida em que buscamos recompor a história da transformação das terras, tradicionalmente ocupadas, em assentamento, surgiu a oportunidade de resgatar *histórias familiares e individuais* que se confundem com a própria história do local.

Inicialmente, o estudo particulariza sua abordagem via enfoque de *trajetórias* de duas famílias extensas - os *Carinhanha* e os *Souza*. Consideramos como níveis de *socialização política e organizativa*, as experiências resultantes das *trajetórias/histórias familiares* e de alguns *indivíduos (lideranças)* integrantes dessas famílias. Ao tomar como eixo de investigação, esses dois universos familiares que integram o assentamento *Riacho dos Porcos*, buscou-se considerar a importância de componentes de *memória familiar* dos mesmos no que concerne à história de ocupação local e na caracterização do perfil dessa parcela do campesinato regional.

No dimensionamento da organização sócio espacial local, os relatos familiares que fazem referência a narrativa *de origem*, funda o espaço social sob o qual a *descendência* e o *trabalho* familiares organizam-se segundo *noções de direitos* e do *sentimento de pertencimento local*, constituindo-se enquanto um *domínio*, um *território construído* na reprodução de relações e práticas num espaço criado e recriado pela *memória familiar*.

A escolha pelas famílias *Carinhanha* e *Souza*, deveu-se - além, da importância de ambas na história de ocupação das terras - ao destaque que as mesmas tiveram no contexto dos conflitos e da luta pela desapropriação das terras griladas pelo fazendeiro, no dimensionamento da organização sócio-espacial local com a transformação em assentamento e na criação de associações de produtores rurais, aspecto abordado no capítulo seguinte.

O histórico da luta das famílias *Souza* e *Carinhanha* com a grilagem empreendida pelos fazendeiros da *Riacho dos Porcos*, comporta significados que envolvem não só os seus vínculos com a terra, mas também, a trajetória de suas relações sociais de produção.

Nesta perspectiva, o filho mais velho do casal *Souza* - Sr. Hidelfonso e Sr^a Dionísia - que é uma liderança da associação de produtores rurais (entidade que congrega toda esta família na

localidade denominada de *Sambaíba*) ao refletir sobre sua experiência de vida familiar, aponta em sua trajetória para o significado da relação com a terra:

“Então, prá começar, a gente falar um pouco a infância da gente, a primeira coisa que ficou mais marcante na história da caminhada desse longo tempo desde a idade de cinco anos até hoje, quando a gente se começou a se compreender a, digamos, assim, a vida no trabalho, primeira coisa que a gente percebeu é que os pais da gente não se tinha onde trabalhar, vivia em determinado local que se tinha que trabalhar de ameia (meia) prá sobrevivência, trabalhar pros outro, porque não tinha aquele pedaço de chão prá trabalhar.

(...) E, aí, que até que a gente conseguiu deslocar dessa região, que era da região de Macaúbas (município próximo, o qual registramos, no Capítulo I, a grande incidência de famílias vindas em décadas passadas para a área do assentamento. Muitas delas eram vizinhas em seus locais de origem e continuaram sendo ao instalarem-se) e, viemos prá essa aqui de Paratinga. E, aí, os pais da gente com esforços adquiriu esse pedaço de chão aqui, aí que a gente mudamos prá cá, isso foi, mais ou menos no ano de 64 (1964). A gente veio prá essa região aqui e começamos a trabalhar. Aí, eu já pequeno, mas já tava percebendo, também, essa caminhada, já começamos a trabalhar (...) A terra tinha uma diferença de lá, porque lá, trabalhava além de ser de ‘ameia’, era de cima de pedra e, aqui, uma terra mais arenosa e onde a gente se podia trabalhar mais à vontade”.

(Depoimento concedido em agosto/99 pelo Sr. Gerson de Souza, 41 anos, morador da *Sambaíba*, sub-área da antiga fazenda St^o Antônio, localidade do assentamento *Riacho dos Porcos*. O Sr. Gerson tem sete irmãos e quatro filhos menores).

No depoimento do Sr. Gerson de Souza, ressalta o sentido de *autonomia* que a posse familiar da terra representa: *“(...) a vida no trabalho, primeira coisa que a gente percebeu é que os pais da gente não se tinha onde trabalhar, vivia em determinado local que se tinha que*

trabalhar de ameia (meia) prá sobrevivência, trabalhar pros outro, porque não tinha aquele pedaço de chão prá trabalhar”.



Na foto de 1997: A Sr^a Dionísia de Souza e netos. Moradores da localidade *Sambaíba*, antiga fazenda St^o Antônio, uma das áreas do assentamento *Riacho dos Porcos*. A Sr^a Dionísia de Souza é madrinha de um dos filhos do casal *Carinhanha*, moradores da localidade de *Porção de Baixo*.

Quanto às memórias - de filho e pai - acerca da história dos antepassados e do nome da família *Carinhanha*, estas resgatam o sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo, grupal e local. Sua narrativa revela ainda, a tradição familiar da profissão de vaqueiro:

“Sou filho de uma família, aquilo que eu lhe falei, a história de ontem, né? que meu nome é Joaquim Vaz Carinhanha, mas essa família do meu pai (Manoel Carinhanha), naquela época de coronel, que ela (a família) saiu de Carinhanha (município situado, também, no Médio São Francisco, oeste da Bahia), foi saída de Carinhanha, naquele tempo de patente de coronel⁴⁰, ele (o bisavô do entrevistado) veio corrido de lá, da perseguição política, ele veio parar aqui na fazenda aqui do St^o Antônio (a mesma em que o entrevistado e a sua família vive, sendo a localidade Porção de Baixo, uma das áreas desta

⁴⁰ Abordamos no Capítulo seguinte alguns aspectos das relações sócio-políticas do passado regional expressas nas memórias acerca do coronelismo.

antiga fazenda). *Aí, foi ser vaqueiro (o bisavô do entrevistado) e, meu avô chegou menino do tamanho desse aqui [disse apontando para o filho de cinco anos]. Ele chegou aqui, naquela época não tinha documento, aí quando foi casar, aí faltou o nome, aí ele disse: 'o povo trata aqui, bota José de Carinhanha mesmo!'. Colocou José de Carinhanha, mas a origem minha, a dos Carinhanha, são os Rodrigues Montalvão de lá de Carinhanha. Porisso, ficou a família por Carinhanha e, a família nossa aqui é de Paratinga, aqui do Porção de Baixo, é uma família só, aqui, unida".*

(Depoimento cedido em jul/99 pelo Sr. Joaquim Carinhanha. 48 anos).

"(...) O meu avô era vaqueiro de uma mulher aqui de Paratinga, fazendeira. (...) Ele (o avô) teve dois filhos, meu pai e um irmão. Quando meu avô morreu, aí, lá muito gado, aí o pessoal disse: 'tem que procurar outro vaqueiro'. Aí, foram a ela (a patroa do avô do entrevistado) prá arrumar (encontrar, providenciar) vaqueiro. Ela disse: 'não! Eu tenho meus vaqueiro, os filho de José Carinhanha (avô do entrevistado) porque eles se acostumaram desde de novo, trabalhando com ele (o avô falecido do entrevistado), tem o costume e, eles já estão rapazinho, conhece'. Agora, tinha outros vaqueiro mais velho do tempo do meu avô, ficou com eles, aí ele (o pai do entrevistado) foi ficando rapaz, menino inteligente, muito trabalhador. Meu pai casou (...) teve dez filhos: de homem só teve eu. (...) minha mãe morreu em 34 (1934), meu pai morreu em 36 (1936), eu tava com dezoito ano".

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Manoel Carinhanha. 84 anos).

Riacho dos Porcos e as duas fazendas *Fechada* (ocupada pela parentela do Sr. *Vitorino do Zezé*, tendo sido iniciada em 1850, como mencionamos nos capítulos anteriores) e a fazenda *Sfº Antônio*, esta última, ocupada pelas famílias *Carinhanha* (desde o início do século XX) e *Souza* (desde 1964).

O fazendeiro utilizou como estratégia para continuar ampliando a quantidade de terras sob seu poder, a compra de benfeitorias dos moradores localizadas em pontos estratégicos, visando a marcação de limites entre sua fazenda *Riacho dos Porcos* e a fazenda *Sfº Antônio*. O caso da compra (em meados da década de 70) de uma área dos *Carinhanha*, por conta de dívidas, ocasionou a partir de 1983, um forte conflito, pois, além de gerar problemas para os seus vizinhos, inclusive, os *Souza*, acirrou a disputa pelo controle da compra e venda da pesca na lagoa do *Jacaré*, situada nesta área. Tanto que, por interesse, um grande comprador, o pai do prefeito do município (mandato/exercício 1997-2000), incentivou os pescadores a não aceitarem as cercas instaladas a partir da área comprada da família *Carinhanha*. A compra pelo fazendeiro grileiro, desta parte de terras, ameaçou a integridade do *território* que se caracterizava como “*uma fazenda comum, onde se podia trabalhar à vontade*” - diga-se de passagem, um território organizado, social e culturalmente, pelas formas de uso e posse da terra ao longo do tempo.

Os relatos de dois membros da família *Carinhanha*, pai e filho, que trabalharam como vaqueiros, aproximadamente cinco anos, em meados da década de 70, para a família *Borges*, na época em que esta era proprietária da fazenda *Riacho dos Porcos*, indicam a origem dos conflitos:

“Tinha um conflito, o seguinte: da fazenda Sfº Antônio, que é essa aqui (onde vive o entrevistado e toda a sua parentela) e, a fazenda Riacho dos Porcos, não conheciam aonde era a divisa, uns dizia que era ali. Agora, depois que os Borges, o velho, estudou os filho, os filho tentou dividir, aí dividiu, aí o conflito criou, aí. (...) Eles (os fazendeiros da Riacho dos Porcos, os antigos patrões do entrevistado) tiraram a picada (divisa) sem medir a fazenda e o pessoal do Sfº Antônio não queria que fosse naquele limite, aí eles cortaram, entupiu a picada, eles (os fazendeiros) abriram outra, ficou essa, tirou a

primeira e parou um ano, aí, foi pro juiz, aí o juiz decretou abrir mais em cima, que saiu aqui [diz mostrando uma área próxima à sua]. Parou (o conflito) quando a fazenda desapropriou.

O pessoal da Sambaíba (localidade constituída pela família Souza) era um pessoal que não morava aqui, eles veio de Macaúbas, aí adquiriu uma posse aí, na mão de um Sr. que era dono justamente dessa casa que eu comprei, nesse tempo, trabalhava até com os Borges (os fazendeiros da Riacho dos Porcos), o véio hidé (Sr. Hidelfonso de Souza). Aí, depois que entrou esse conflito, eles (a família Souza) caminha com nós”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Manoel Carinhanha, 84 anos. Morador de *Porção de Baixo*, uma das localidades da antiga fazenda *Sfº Antônio*.).

“(...) Aí, com esse assunto das divisa das fazenda, aí, começou a impedir de pescar nas lagoas de cá, que tava de fora, que não tava dentro da fazenda. O povo não queria mais pagar o “quarto” prá eles, aí, começou a briga, foi começando a briga por aí.”

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Joaquim Carinhanha, 48 anos).

De acordo com o levantamento de *trajetória e história familiar*, através da memória dos seus membros mais velhos, observou-se que da geração dos pais dos mais velhos - final do século XIX e início do século XX - tanto na família *Carinhanha*, quanto na família *Souza*, aqueles que eram vaqueiros, muitos eram compadres⁴¹ dos patrões fazendeiros. O que demonstra que o antigo quadro de relações de trabalho nas fazendas dessa parte média do Vale do São Francisco, fundamentava-se em obrigações pessoais e compromissos morais reforçados por valores e regras que poderiam funcionar como inibidores de diferenças sociais (especialmente simbólicas) e reforçar normas de conduta que garantiam a coesão entre indivíduos com papéis e funções complementares.

⁴¹ Refere-se aqui ao compadrio extensivo, aquele que corresponde às relações verticais do campesinato (patronagem).

Ao analisar essas trajetórias familiares, traçando uma comparação entre suas experiências familiares passada e a presente (em termos geracionais), observamos mudanças significativas em termos das suas relações verticais, no caso específico mencionado, registra-se a ausência de relações de compadrio na situação de patronagem que os membros de ambas as famílias mantiveram, por algum tempo (década de 70), com a família Borges, ex-proprietária da antiga fazenda *Riacho dos Porcos*, a qual aconteceram os conflitos devido a grilagem.

Com esta menção acerca da não continuidade do compadrio vertical nessas trajetórias familiares em termos da sucessão das gerações, não se trata, porém, de sugerir uma identificação e caracterização de um período de ruptura com um padrão comportamental, mas, tão somente perceber indícios de que o desaparecimento dessa estratégia do campesinato, enquanto uma prática num contexto sócio-cultural, poderia significar um enfraquecimento nas relações tradicionais de patronagem.

Por outro lado, no caso da quebra das relações de patronagem ocorrida entre essas famílias camponesas e esses fazendeiros grileiros, a mesma estava baseada numa *ética* que tem por referência princípios *hierárquicos* relacionados a obrigações e expectativas morais recíprocas. Especificamente, significou a defesa de uma representação e de uma prática territoriais tradicionalmente consolidadas ao longo do processo de ocupação da terra por estas famílias e, com isso, a defesa da reprodução da sua condição camponesa.

O depoimento a seguir expressa os sentidos dessa condição:

“Antigamente (até ao longo da década de 60 do século XX), a cerca era de madeira, de madeira todinha, fazia aquela roça todinha e a criação era solta. Aí, chegou o fazendeiro prá fazer a cerca de arame de quatro fio e, a cabra e a ovelha dos pobre que entrasse lá, ele matava. Mas eles criava aí tudo e, assim, começou a grilar! Começou a grilar as terra dos pequeno. Paim (o pai do entrevistado) mesmo perdeu duas áreas, ele saiu corrido deles, veio prá essa área

aqui e passou a picada” (cerca para delimitar, utilizada no sentido de vizinhança rural).

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Joaquim Carinhonha, 48 anos.).

Quanto as estratégias da grilagem, o seguinte relato indica que, em determinado momento, no final da década de 70⁴², estas significaram uma tentativa de recorrer a práticas tradicionais de cooptação desenvolvidas no contexto das relações de trabalho de vaqueiro:

“De primeiro, o fazendeiro quis fazer um tipo de uma armadilha prá que a gente não assustasse, começou a se oferecer na qualidade de trabalho, a ficar melhor para as pessoas, oferecer gado prá poder tirar porcentagem (“o quarto” ou “tirar a sorte”- pagamento do trabalho em forma de produção) essa coisa. Prá poder a gente se comodar (acomodar). Mas, só que com esse incentivo do sindicato (o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paratinga-BA, fundado em 78), a gente já começou, também a se fazer aquelas pequenas reuniões que a gente nem sabia o que era isso. Se começou juntar e, se começou a trocar de idéias e, aí, foi um princípio de uma caminhada que hoje, na história de hoje, a gente se deu uma grande história que essa Riacho dos Porcos, aqui, essa fazenda que antes dava o nome da fazenda St^o Antônio. Mas, com essa esperteza dos proprietário, ela passou a ser Riacho dos Porcos, toda ela, no caso aqui, a gente tá bem pertinho da linha da divisão das fazendas”.

(Depoimento concedido em agosto/99 pelo Sr Gerson de Souza, 41 anos.).

⁴² Período em que se processa nesta região, desde o fim dos anos 60, o declínio de um sistema constituído por relações de trabalho caracterizadas por pré-capitalistas, fundamentadas em regras de conduta social tendo por referência a hierarquia e a posição social na definição e no desempenho de papéis em termos de proteção e de sujeição num contexto de relações pautadas em princípios de reciprocidade, como mencionamos no capítulo seguinte.

Na gestação do processo de socialização dos posseiros na luta contra a grilagem, o papel da Igreja Católica foi fundamental para a organização inicial. Pois, sendo um espaço extremamente importante da vida societária no meio rural, e considerando o período de fechamento político no país, foi responsável pela formação do Sindicato dos trabalhadores rurais do município de Paratinga-BA em 1978⁴³ :

“Da igreja, o primeiro incentivo que apareceu foi do padre Getúlio aqui da região (da paróquia de Stº Antônio de Paratinga) e, foi um padre que ele nunca quis se meter nessa questão da terra, nessa coisa. Mas, aí, ele achou por bem a divulgar essa criação do sindicato. E, aí, principalmente, essas pessoas que sempre acompanhava a igreja, se viu aquela idéia e achou que era importante, porque já via, também, e, o padre começou a contar um pouco de história de outras região e, aí, apareceu a fundação do sindicato. E, nesse momento também, apareceu a CPT (Comissão Pastoral da Terra) da diocese aqui da Lapa (município vizinho) que era essa mesma de Stª Maria da Vitória (município também localizado no médio São Francisco, região oeste da Bahia) e, aí, continuou o incentivo, incentivou e, o sindicato foi ficando forte e, a questão foi crescendo”.

(Depoimento concedido em agosto/99 pelo Sr. Gerson de Souza, 41 anos.).

A Igreja Católica vista como aliada ideológica através da participação direta de seus membros locais no enfrentamento da grilagem:

“A Igreja sempre é ao lado do pequeno, não é?. Até o Bispo da Lapa (Bom Jesus da Lapa, município vizinho) veio aqui em casa, veio duas vez aí, fez reunião no terreiro daqui. (...) veio muita gente aqui, a favor de nós, da parte nossa”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Manoel Carinhanha, 84 anos).

⁴³ José de Souza Martins (In: *A Chegada do Estranho*. 1993) observa que houve um crescimento da sindicalização rural no Brasil relativo aos períodos 1978 e 1979.

Outro relato ressalta ainda a importância do papel da Igreja Católica na organização da luta, sendo o foco de socialização primária, a dimensão simbólica e moral do seu espaço ritual, ou seja, a celebração da missa como um momento pedagógico:

“Olhe, vinha o Bispo da Lapa (Bom Jesus da Lapa, município vizinho), Dom José, pregava, dizia missa, chegava dizia: ‘é assim, é assim’!”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Hidelfonso de Souza, 67 anos.).

Na fase inicial da luta contra a grilagem, a composição do quadro de socialização político-organizativa desses lavradores, girava em torno das influências da Igreja Católica na região. Tanto que existe uma ONG que atua especificamente na região do médio São Francisco, no Estado da Bahia, desde 1971 - FUNDIFRAN Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco) e, que possui ligações com a mesma, pois foi fundada pelo Bispo do município de Barra, Dom Thiago Coim. Esta ONG acompanha os lavradores assentados em *Riacho dos Porcos* desde o começo das suas reivindicações no início dos anos 70, até a atualidade.

O relato de um membro representante dessa entidade, caracteriza o contexto histórico do seu surgimento e a natureza do seu papel na luta dos trabalhadores rurais da região:

“Então, naquela época, quando criou a FUNDIFRAN, ela assumiu um papel, assim, muito grande na área social, como se pode dizer, é como se fosse um braço da Igreja, na época, a questão do serviço social, como tornou um braço do Estado no sentido de trazer assistência aos trabalhadores na parte da educação, de assistência médica, de produção, mas, principalmente, da organização. Naquela época não existia sindicato, associação muito menos, né?. Aqui nesse Médio São Francisco era totalmente intransitável, só através de rio, não é? . Então, era muito isolado e, aí, a uns quinze, vinte anos atrás onde nessa região do oeste da Bahia, a luta, a grilagem da terra era muito grande. Inclusive, os fazendeiros de vários estados do país, grilaram a terra na região, tomaram ou tentaram tomar a terra de pequenos

posseiros, a exemplo, daqui da fazenda Riacho dos Porcos onde o pessoal nasceram e criaram, vivem famílias a mais de cem anos, são pessoas antigas.

E, aí, simplesmente os fazendeiros pela ambição pela terra que era muito valorizada., Na verdade, foi um período de grande especulação na região, principalmente nessa região oeste da Bahia. E, aí, o pessoal da Riacho dos Porcos foram vítima, também, desse tipo de grilagem, eram posseiros e, aí, na luta deles, o caminho que se achou na época foi trabalhar a questão da reforma agrária, não é?, que poderia ser, também, ter sido a titulação não é? Mas, o caminho viável prá eles, na época, era o caminho da reforma agrária, porisso, o governo desapropriou através da luta e da resistência deles, essa enorme quantidade de terras que é Riacho dos Porcos.

A Riacho dos Porcos é uma das áreas que a gente acompanha desde o tempo dessa grilagem, desde o início. Nós acompanhamos também, mais umas doze áreas de algumas fazendas de reforma agrária aqui no oeste, pega aqui do município de Taquaçu da Bahia, Xique-Xique, Barra, Ibotirama, Paratinga e até Oliveira dos Brejinhos, são vários municípios onde se mantém, também, a luta pela terra.

Então, a FUNDIFRAN, ela no início era um trabalho mais social, mais de assistência social, depois ficou um trabalho mais direto na luta pela terra e, também, na oposição sindical, porque, a maioria desses sindicatos daqui da região, a FUNDIFRAN com a sua assessoria, ajudou os trabalhadores a retomar a direção dos seus sindicatos. E depois desse período ela continua tendo como linha de ação, essa questão da terra. (...) Hoje, o trabalho da FUNDIFRAN é basicamente voltado para duas linhas, que é a questão da terra, toda essa questão da luta pela terra que envolve a organização: cooperativas, ocupações deles, as reivindicações, ir à Brasília, Salvador (...) E, além dessa questão da terra, trabalhamos a questão do meio ambiente, porque dentro da questão do meio ambiente, a gente tenta trabalhar algumas práticas alternativas com alguns produtores. (...) Na questão do meio ambiente, também, o rio São Francisco, que a

gente tenta fazer toda uma campanha aqui na região, em prol do rio São Francisco”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Dermeval G. de Oliveira).

A participação dessa entidade não-governamental na organização da luta contra a grilagem e o controle dos fazendeiros, é registrada, não apenas como aliada, mas, sobretudo como um elemento pedagógico:

“A FUNDIFRAN trabalhou muito pro lado nosso, fez muita força, trabalhou muito, fez muita reunião aqui em casa, vinha e orientava”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Manoel Carinhanha, 84 anos).

A construção do processo de luta pela permanência na terra, implicou em referenciais de identidade e direitos, fazendo com que esses posseiros valorizassem o plano institucional, através da ação sindical, como demonstra uma liderança da Associação de *Sambaíba*, uma das localidades que compõe o assentamento, refletindo acerca de sua própria experiência individual:

“Eu já comecei a fazer parte, mais ou menos, a partir de 85 (1985), eu já comecei a fazer parte do sindicato. Então, com essa luta, a gente já começou a fazer parte, também, participar do sindicato. Eu já comecei a fazer parte da diretoria, porque a gente estava vendo uma situação difícil e, prá que a gente enfrentasse essa batalha, a gente tinha, também, que fazer parte de uma entidade que é diretamente do trabalhador.

“(…) Naquela época, a gente tinha um sindicato, também, que cuidava só na questão da posse da terra, ele não trabalhava, naquela época, não se metia com essa coisa que hoje toma o espaço muito do sindicato, essa questão da aposentadoria. Naquela época, o sindicato era mais diretamente a questão, mesmo, da terra, da luta, mesmo. Aí, mostrava resultado, naquela época, o sindicato trabalhava com advogado (...) então, a gente começou com a ferramenta bem afiada e, com isso, mostrou uma, digamos, assim, uma vitória, que foi a

vitória pela desapropriação, porque, isso foi pela desapropriação da fazenda, porque, os fazendeiros dessa fazenda eram os famosos da região. A cidade de Paratinga ficava que nem, digamos assim, as pessoas achavam que não tinha jeito, que era esses homens que comandava a região, do qual a fazenda circulava um pouco a cidade, e, o juiz da região era o próprio fazendeiro e, porisso, dá prá ver que a jornada não foi fácil”.

(Gerson de Souza, 41 anos. Depoimento concedido em agosto/99).

É importante constar como as experiências dos posseiros irromperam no interior dos espaços sindicais, sobretudo no final da década de 70 e início de 80 na região oeste da Bahia. Essas experiências criaram necessidades e deram a esses sindicatos rurais, novas qualidades ao lado das apontadas no depoimento do Sr. Gerson, como as tradicionais, entre as quais, o assistencialismo: *“Naquela época, a gente tinha um sindicato, também, que cuidava só na questão da posse da terra, ele não trabalhava, naquela época, não se metia com essa coisa que hoje toma o espaço muito do sindicato, essa questão da aposentadoria. Naquela época, o sindicato era mais diretamente a questão, mesmo, da terra, da luta, mesmo”.* Por essas novas qualidades, os sindicatos reapareceram no mundo simbólico do campesinato como encaminhadores da luta pela terra.

É interessante registrar, também, que a conformação do perfil do movimento de luta pela terra no oeste da Bahia, especialmente no Médio São Francisco, apresenta-se segundo as características em termos da ocupação da terra nesta região. Essas características fazem referência aos aspectos histórico e sócio-culturais desta ocupação, definindo identidades sociais, como os grupos remanescentes de quilombos e pequenos posseiros, as quais se reatualizam nas reivindicações em torno da terra.

Nesta perspectiva, podemos observar a menção de Oliveira (1995) no tocante ao fato “de ter sido esta região onde ocorreu um dos mais impetuosos processos de intervenção em termos de

arrecadação fundiária no período e conseqüentemente de aplicação de recursos com fins de assentamento de produtores”, durante a implantação efetiva do Plano Nacional de Reforma Agrária I na região entre 1985 a 1989 durante a chamada Nova República.

Embora, por outro lado, Oliveira analise que os impactos da Reforma Agrária através da política de assentamentos rurais a partir do caso concreto da Bahia, “não foram de modo a provocar um confronto com o velho padrão fundiário desde muito estabelecido na região. Os dados fornecidos pelo INCRA, referentes ao período (...) ensejam constatações bastante significativas nesse sentido, apontando para a continuidade de uma tendência histórica já observada em termos de apropriação fundiária”. Desta forma, Oliveira nos diz que “o perfil regional, em seu conjunto não sofreu alterações mais sensíveis durante todo esse período caracterizado por uma intensa presença governamental”. Este levantamento realizado por Oliveira, co-relaciona as ações estatais e os interesses da grande propriedade naquele período em que “a região vivia o auge de um impulso dinâmico, traduzido nos planos agropecuário e agro-industrial, de forte repercussão sobre o otimismo quase generalizado quanto às suas possibilidades futuras” (1995:26-41). Ainda podemos acrescentar quanto aos resultados da política agrária governamental nesse período enfocado, que os mesmos expressam a correlação de forças preponderantes no conjunto da sociedade brasileira, em que o espaço político de exercício da cidadania representado pelo quadro de organização da sociedade civil de cunho popular mantinha, entretanto, sua presença marcante.

As experiências individuais em termos de *vivências* político-organizativas - no caso específico da década de 80 - demonstram que o espaço de relações com grupos de mediação ou de apoio se constituiu através de seus próprios referenciais de identidade, concebendo essa relação como uma relação de *parceria*. como expressa o depoimento de uma das lideranças dos ex-posseiros da localidade de *Sambaíba*, área integrante do assentamento *Riacho dos Porcos*:

“Eu comecei a participar porque a diretoria da FUNDIFRAN, ela é composta por trabalhador, tem a diretoria e os técnicos, as pessoas

formadas, o secretário mais a diretoria é de trabalhador. Então, porisso, que eu já tinha um trabalho, assim, com o povo, trabalhava no sindicato, aí eles me chamaram para fazer parte. (...) Ela, a FUNDIFRAN, trabalha com a CPT de Bom Jesus da Lapa, de Sfª Maria da Vitória e de Barra. É umas entidades que trabalha com parceria, mas não tem recurso assim, não, coisa financeira, assim, não é, é só mesmo o trabalho de parceria mesmo. O trabalho é mais de organização e apoio à luta do trabalhador, principalmente nas área de assentamento, na luta pela terra e na margem do rio também, na questão dos ribeirinho.(...) Ela atua do Bom Jesus da Lapa à Xique-Xique, é um campo de trabalho, de atuação dela é nessa região. Então eu faço parte como um diretor, participo das discussões, das reuniões”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Gerson de Souza, 41 anos.).

Este discurso informa uma dinâmica de construção simbólico-social de exercício de mediação que em si mesmo reproduz mediadores oriundos do próprio grupo mediado. Neste sentido, como também, observa Neves: “(...) o discurso dos mediadores consagra os mediados como autoridade para construir a emancipação política, através da criação, por eles e para eles próprios, do sistema de poder e de autoridade. A criação de um conjunto de regras referenciadas ao bem comum ou a uma comunidade fraterna, harmônica e consensual, tende a ser gestada como proposta alternativa e prática política eficaz” (1998:163).

Aqui cabe colocar a compreensão - como também, indicam Garcia Jr., Medeiros e outros⁴⁴ - de que “é na relação com os mediadores que, em grande parte, aqueles constroem as suas noções de direito, e, assim, de cidadania”(1997:40).

⁴⁴ “Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental”. In: Assentamentos rurais. 1997.

Por outra parte, é pertinente registrar que o caráter da relação entre a ONG FUNDIFRAN e esses pequenos agricultores posseiros, assume um significado novo, pois, tem como referência a história e a cultura que fundamentam suas práticas, preservando, sobretudo, como relevante na luta pelos direitos, a concepção histórica que os rege - aspecto que Martins (1993) ressalta como esquecido pela maioria dos grupos de mediação⁴⁵ política que atuam no campo brasileiro.

Logo, a FUNDIFRAN ao refletir sobre as especificidades da trajetória desses agricultores, indica a consideração às suas concepções não só de direitos, mas, sobretudo, às suas práticas sócio-culturais constituídas historicamente e, que dão base à existência dos mesmos: “(...) *pequenos posseiros, a exemplo, daqui da fazenda Riacho dos Porcos, onde o pessoal nasceram e criaram, vivem famílias a mais de cem anos, são pessoas antigas*”. (Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Dermeval G. de Oliveira).

Considerando esta perspectiva, esta ONG defende, particularmente, a preservação da tradição da agricultura em sua relação com o meio ambiente natural. Com isso, contesta a modificação imposta pela política agrária e agrícola do costume do uso comum das terras soltas para a criação⁴⁶.

⁴⁵ Desenvolvemos o conceito de mediação e a sua abordagem no capítulo seguinte.

⁴⁶ Abordamos este aspecto, sobretudo seus impactos no capítulo seguinte. Quanto às memórias acerca dessa prática sócio-cultural, expomos no capítulo I.

3.2 A composição do assentamento: suas dimensões e seus elementos

“Teve netos meu, tudo nascido e criado aqui, que ficaro sem terra com a desapropriação do INCRA, porque entrou gente de fora. Foi muita injustiça, porque são tudo gente nossa, dos meus filho e dos meus pais, né?”.

Isabel de Souza Costa. Filha do Sr. “Vitorino do Zezé”. Moradora da localidade de *Alagoinha*, área integrante do assentamento *Riacho dos Porcos*. Depoimento concedido em jan/98.

Estudos acerca da composição interna de assentamentos rurais, a exemplo de Medeiros e Leite⁴⁷, enfatizam, sobretudo, que as dimensões - *trajetórias dos assentados e redes de relações* - devam ser privilegiadas em referência à constituição *antes e durante* o processo de *mobilização*; e, em relação às *diferentes formas e efeitos da intervenção estatal* e à *produção de novas identidades* (1997:08).

Também, a *trajetória dos assentamentos* estudados é apontada por Garcia Jr., Medeiros e outros (1997) como sendo de relevância fundamental para entender a *conformação* e a *dinâmica* que as *práticas* dos atores sociais envolvidos realizam.

Nesta perspectiva, Andrade (1992) faz notar, um interessante aspecto verificado em regiões estudadas como o Maranhão e o Pará, em situações em que “os trabalhadores se antecedem - e em muito - à ação do Estado, no que se refere à escolha das áreas a ocupar e às formas de fixação e de organização das famílias. Esses trabalhadores continuam a se chamar *posseiros* e a denominar os assentamentos pelos nomes tradicionais dos povoados ou por nomes conferidos durante o processo de ocupação. Isto indica que, nesses casos, a mobilização e organização dos trabalhadores, que se antecipam à interferência do Estado, marcam mais fortemente essas ocupações de terra, impedindo que a posterior ação dos órgãos oficiais apague ou diminua o caráter de conquista de que se revestem essas experiências” (pp.67).

⁴⁷ “Os impactos regionais dos assentamentos rurais”. In: Assentamentos rurais: Propostas de pesquisa. Debates Cpda, número 4/ Dezembro/ 1997

Tendo como perspectiva a *trajetória* dos assentados e a história da *mobilização* para a luta pela terra, um dos representantes da ONG FUNDIFRAN observa sobre a relação com os assentados em *Riacho dos Porcos* e a percepção sobre às práticas dos mesmos:

“Tem gente que não participou da luta, tem uns grupos aí que não eram da luta, o pessoal que foi da luta mesmo, foi essas comunidades que estão aqui (presentes a reunião que ocorreu após a entrevista para a obtenção deste depoimento). Esses, pegaram para valer, seguraram, que também são posseiros. O pessoal que chegou depois é questão mais... é mais complicado. O jeito de trabalhar é diferente, são mais individualista, eles trabalham diferente”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. José dos Santos).

Este depoimento faz referência às trajetórias diferenciadas observadas e que se constituem num quadro de *temporalidade*, compondo os seus níveis e respectivos indicadores: o período antes da grilagem das terras (em que se tem o uso tradicional das terras *soltas* e a existência das sociabilidades tradicionalmente constituídas no uso comum dos recursos naturais); durante a grilagem das terras (estratégias de enfrentamento e resistência, alianças e dissensões internas); e na implantação do projeto de assentamento (entrada de famílias: conflitos e identidades, a formação de alianças) e na atualidade (o papel das associações dos assentados e de seus mediadores externos).

Desta forma, consideramos a situação de assentamento de reforma agrária em área de posse tradicional de famílias; e, neste sentido, propomos uma problematização, particularizada, da categoria “*assentado*”, tendo em vista a ocorrência de intervenção estatal numa situação de *anterioridade* em termos da relação com a terra - esta perspectiva de análise se encontra desenvolvida no próximo capítulo. De todo modo, apresentamos aqui um depoimento que expressa de modo contundente essa perspectiva:

“Então, eu hoje, nós convive aqui, nós diz o seguinte: ‘nós não recebemos terra de INCRA!’. Eu mesmo falo, lá abertamente nas reunião do INCRA, que nós apenas distribuimos prá o INCRA, demos área prá o INCRA fazer reforma agrária. (...) Porque eles tinha aquele negócio, né? de dizer: ‘não! tem que ser a área tudo igual!’”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Joaquim Carinhanha. 46 anos.).

No processo da luta pela resolução dos conflitos com a grilagem, houveram dissensões em termos de qual perspectiva jurídica adotar: a titulação ou a desapropriação. Tais dissensões, relacionam-se à situação dos indivíduos em relação à terra e à definição acerca de quem tem mais ou menos direitos sobre a mesma. Essas dissensões, que são fundamentadas em discursos referenciados por categorias opostas: “*os de dentro*” (que possuem vínculos de descendência na ocupação da área: “nascidos e criados”) e “*os de fora*” (que chegaram à área durante o processo de luta ou depois da formalização do assentamento), remetem, portanto, ao histórico da formação de um *território* por práticas tradicionais de posse familiar e de uso comum da terra, quando se tinha um controle através de normas e regras implícitas nas características das sociabilidades estabelecidas.

O depoimento de uma das filhas do Sr. “Vitorino do Zezé”, a Sr^a Isabel de Souza Costa, moradora da localidade de *Alagoinha*, uma das áreas da antiga fazenda *Fechada*, evidencia o impacto da desapropriação das áreas ocupadas tradicionalmente e sua posterior transformação em assentamento de reforma agrária:

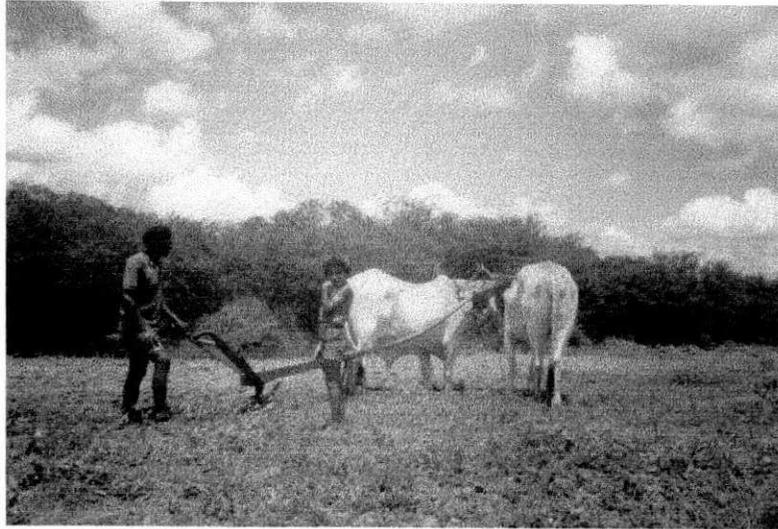
“teve netos meu, tudo nascido e criado aqui, que ficaro sem terra com a desapropriação do INCRA, porque entrou gente de fora. Foi muita injustiça, porque são tudo gente nossa, dos meus filho e dos meus pais, né?”. (Depoimento concedido em jan/98).

No tocante às características do assentamento⁴⁸, são as seguintes: comporta 421 famílias distribuídas espacialmente de modo desigual; extensão da área e dos lotes em termos de média: extensão total 31.842,00 ha (incluindo os 25% do fazendeiro, que estão ocupadas também), com variação no tamanho dos lotes de 20, 60, 40 e 15 ha; condições ecológico-ambientais: diferenciadas quanto à qualidade do solo; ao acesso à água e sua qualidade - áreas mais próximas às lagoas, existência de poucas áreas com poços artesianos construídos pelo INCRA.

Esta configuração faz referência à dinâmica da ocupação sócio-espacial, não só em função da anterioridade dessa ocupação em relação à intervenção do INCRA, como podemos perceber a partir do estudo do perfil das trajetórias das famílias, mas também, em relação à esta própria intervenção, quando a demarcação das terras em lotes, com a entrada de mais famílias nas áreas, gerou disputas, o que suscitou a mobilização de vários destes indicadores de identidades, mencionados anteriormente, em referência à construção de noções de direitos e de legitimidade no usufruto das terras.

Muitos depoimentos de familiares que ocupam a terra a várias gerações, indicam que os filhos “*abriram mão*” de obterem lotes em outras áreas do assentamento para permanecerem perto dos pais, mesmo após casarem-se, apesar da terra ser considerada “*mais fraca*”. Este aspecto indica o sentido da construção do espaço social como *território de parentesco*, através de práticas de cooperação. Tais práticas de cooperação, inclusive, são reforçadas por práticas agrícolas fundamentadas em percepções acerca da qualidade diferenciada do solo, em que “um planta na roça do outro, quando a cultura não pega numa terra, só em outra”. Exemplo disso é a cultura do feijão: ‘feijão catador’ que é cultivado nas caatingas e o ‘feijão de arranca’ que é plantado nos lameiros às margens do rio São Francisco.

⁴⁸ De acordo com a Fonte: INCRA. Divisão de Assentamento - SR-05/z. Superintendência Regional da Bahia - SR-05/BA., atualizada até jun/97, a capacidade para famílias ocupantes no assentamento Riacho dos Porcos era de 350 famílias. Embora, segundo o Censo das Famílias Assentadas pelo INCRA, realizado em dez/96 pelo MIRAD/INCRA em convênio com as Universidades Federais, tenha registrado que este assentamento comportava, efetivamente, 421 famílias. Embora, informação obtida em 1999 através de uma liderança pertencente a uma das áreas deste assentamento, revele que ocupam a terra um total de 441 famílias. Entretanto, não foi possível apurar estas informações controversas.



Na foto de 1998: agricultor arando a terra para o plantio, ou conforme expressão local, fazendo a “tomba” da terra. No caso aqui um genro, Sr. Otaviano Araújo, trabalhando na terra do sogro, possui 4 filhos, um dos quais ao seu lado na foto, com 9 anos. Localidade conhecida como *Alagoinha*, uma das áreas ocupadas pela parentela do Sr. “Vitorino do Zezé”.

Uma antiga característica local que se mantém ainda é o grupo de trabalho cooperativo usado na agricultura: o chamado “*mutirão*” e a “*troca de dias*”. A composição grupal se dá por laços de parentesco, compadrio, amizade ou vizinhança. Esse trabalho ocorre, principalmente, na capina ou como se conhece, na “limpa” das roças. Sobre esse trabalho cooperativo, existente ainda em partes do Vale do São Francisco, Pierson⁴⁹ também, registrou, em suas pesquisas realizadas no início da década de 60 - assim como, também, detectamos em algumas narrativas de histórias de vida de indivíduos que exerceram a profissão de vaqueiro - que o mesmo que ocorria com lavradores por ocasião da capina e do plantio, ocorria nas caatingas com os vaqueiros: “(...) espera-se que os vaqueiros “dêem campo” entre si, isto é, se um vaqueiro procura uma rês nessa região descampada, que não conhece bem, mas com a qual está familiarizado um colega, espera que ele o auxilie, bem como lhe forneça outros vaqueiros em circunstâncias semelhantes. (...) de igual maneira, certo número de vaqueiros se reúnem e auxiliam um colega a tanger o gado de uma pastagem a outra ou, como se diz no local, “dar boiada”, ou participam de “vaquejadas” (ou

⁴⁹ Pierson, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Tomo II, cap. IX.: *Agricultura*. 1972.

“vaqueirice”, como se diz mais comumente), depois do que “o dono convida todo mundo para uma ‘papada’ ”. (1972:491).

Esse procedimento cria um *espaço de sociabilidade*, pois é um momento oportuno para fortalecer laços e afinidades, já que ao final do trabalho, torna-se ocasião festiva, em que o beneficiado pelo trabalho, proporciona comida e bebida - reforçando, de modo especial, o *espaço moral* que compõe o quadro de ajuda mútua e de expectativas recíprocas.

Também, as manifestações lúdico-religiosas, características da região, constituem-se, em termos simbólicos, como um aspecto organizador do espaço, particularmente, o de vizinhança, como a “roda de São Gonçalo” que é proporcionada por quem faz promessas ao santo e na ocasião realiza cantos e danças em casas vizinhas. Outros eventos deste cunho, são as rezas nos dias de St^a Luzia e de St^o Antônio, em que as famílias que as realizam em suas casas oferecem comida aos participantes. Estas manifestações se expressam sob diferenças considerando a localização do povoado: se nas caatingas ou fora delas. Neste sentido, por exemplo, “*a roda que é dançada no St^o Onofre é diferente da roda dançada nas caatinga e, uns usa arco, outros não, é tudo diferente! (...) Também, o povo é diferente na maneira de falar, vestir, de comer, de devoção religiosa, essas coisas*”⁵⁰.

Todo esse contexto característico do quadro das relações sociais constituídas tradicionalmente nas localidades ocupadas por essas famílias camponesas, indica que o processo de formalização, por parte do INCRA, da ocupação pelas famílias em *Riacho dos Porcos*⁵¹ se dá então, não só de modo precário (visto não ter havido, concretamente, um completo processo formal de demarcação e distribuição dos lotes), mas também, de modo distante e anti-democrático, pois, a entrada indiscriminada de famílias, gerou problemas para aquelas que

⁵⁰ Diz um informante que nasceu no St^o Onofre, região do município de Paratinga, e é assentado em *Riacho dos Porcos* (Sr. Regino Barreto. Depoimento concedido em setembro/97).

⁵¹ Decreto de desapropriação e imissão de posse datado em 30/03/88 e Portaria de Criação do assentamento datada em 24/04/95. Fonte: INCRA. Divisão de Assentamento - SR-05/z. Superintendência Regional da Bahia - SR-05/BA.

ocupavam e usavam, tradicionalmente, as terras, há várias gerações. Como indica o seguinte relato:

“As pessoas que é morador, é como diz: ‘se não fizesse força, não ficava não!’. Porque, a princípio, ajuntou aquele monte, o povo endoidava, não! Calma! Cada um tira seus pedaçozin, não vai ficar ninguém sem nada!.

Então, futucaro (consultaram) o INCRA, aí mandou uma resposta, dizendo que pode cada um tomar conta de seus pedaçozim de 60 hectares (módulo rural padrão para a região), os lugar mais ruim, aqueles melhor, até 30. E, cá a gente resolvia e, podia cortar, cada qual tirar os seus, é, deu a ordem.

Então, cada qual foi, arrumou seu lotezinho, aqueles de 100, 2000, que nem eu tinha aqui uma parte de terra que eu trabalhava, fiz benefício, cerquei tudo com esses arranco (referência à grilagem) dos Borges, eu fui cercando onde eu podia governar. É tanto que tinha uma base de 180 hectare, então, já o INCRA me falou, veio aqui disse: ‘Olha, ocê tem direito até em 100, agora o que passar de 100, ocê (você) cede prá os outros, cede prá um fio (filho), ou seja quem for. Aí, agora, foi como eu, tirei, fui dividindo, dividindo o que é meu [risos] fiquei com 45 hectare”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Hidelfonso de Souza, 67 anos, morador de *Sambaíba*, uma das áreas da antiga fazenda *S^o Antônio*).

Por outro lado, a situação de ocupação tradicional anteriormente existente, fez com que essas famílias se organizassem em associações independentes a partir de referenciais que tem como fundamento a área em que vivem; deste modo, têm-se os moradores de *Sambaíba*, do *Largo*, do *Espinheiro*, de *Porção de Cima*, de *Porção de Baixo* (ou *Porção de S^o Antônio*), de *Taboa* e de *Alagoinha*; além de outras áreas menores que possuem seus respectivos nomes, e que se autodefinem como “comunidades”. A propósito da autodefinição de “comunidade” ainda que pareça ser uma incorporação da linguagem dos mediadores, especialmente da Igreja Católica

através de seus setores de base e, nesta perspectiva, uma politização do sentido de “comunidade”. O termo “comunidade” encontrado na fala desses camponeses, denota, também, de modo especial, um aspecto vivenciado no seu modo de vida passado, em seu sentido do padrão de moralidade e ética, particularmente em termos da concepção de educação familiar. Significando, ainda, um elemento importante na constituição sócio-espacial. Como podemos perceber nesse discurso:

“(...) a gente vivia em comunidade, no seguinte: que um pai não cria família só, e, naquele tempo (na infância do entrevistado) a família criava em comunidade (...) é o seguinte: a aula na escola e a aula na casa familiar era a mesma. E, também, se eu fosse brincar na casa de meu vizinho, aquele outro pai de família que tinha lá, explicava prá mim: ‘olha, seu pai é um homem de responsabilidade, você não faça isso!’. Então, eu tinha vergonha de fazer qualquer coisa mal feita, porque o vizinho explicava o viver do meu pai no interior. E, hoje em dia não existe esse tipo de coisa (...) a falta de respeito, sai tudo isso, porquê?. Porque ninguém cria família só. Se você não viver a sua família aqui e, o vizinho não ajudar a você criar a sua família, nós se passa, os filho revolta contra o pai, porque aquele mal criado lá, ele informa um filho meu (...)”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Joaquim Carinhanha, 48 anos. Morador de *Porção de Baixo*, localidade integrante da antiga fazenda *Srº Antônio*).

Ainda quanto às características sócio-espaciais, cada localidade possuindo sua associação própria de produtores rurais ou fazendo parte de alguma em área vizinha. Totalizando oito associações, além da existência de uma comissão interna composta por membros representantes das associações de cada localidade. Esta forma de organizar socialmente os interesses desses agricultores - instalados em localidades - tem acarretado problemas de encaminhamento que visem soluções das carências existentes no assentamento; além de gerarem outros problemas do

ponto de vista do disciplinamento do uso da terra. Até pelo fato de que, concretamente, ainda existem situações de marginalidade em termos de acesso e uso da terra no assentamento envolvendo famílias - em sua maioria pescadoras - que se estabeleceram em áreas ribeirinhas e de “alagadiço” (consideradas como patrimônio coletivo das associações dos assentados e utilizadas como fundo de pastagem). Isto tem gerado tanto tensões como articulações no sentido, inclusive das mesmas criarem ou não uma associação independente, visando reivindicar, junto ao INCRA, a formalização da condição de *assentadas*; e, assim, obterem os conseqüentes benefícios possíveis desta condição.

Nesta perspectiva, a diversidade de situações sociais existentes no espaço do assentamento, bem como as características do histórico de sua constituição, aponta para peculiaridades que se tornaram interessantes em serem analisadas, especialmente, do ponto de vista de seus aspectos sócio-espaciais. Com isso, *qualificamos fatores e princípios que norteiam seus processos organizativos e seus significados em termos identitários e da condição de assentado*. Consideramos que estes significados são mobilizados segundo o *quadro de recorrências ao passado* do processo de produção do espaço social local e, nas atuais relações com os mediadores ou entidades de apoio e com o INCRA e a Prefeitura Municipal - sendo, portanto, abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

O status de “assentado”:

Entre a autonomia e a subordinação

4.1 (Re)Socializações de Práticas na Relação com os Mediadores:

Entre a tradição e a mudança

Ao abordarmos a relação dos grupos familiares - que mantêm vínculos antigos com a terra transformada em assentamento - com os agentes mediadores, consideramos que a luta pela permanência na terra se reatualiza nas reivindicações e preocupações com a manutenção de aspectos tradicionais de sua reprodução social (sobretudo, através dos conflitos quanto ao uso de créditos e as decisões sobre projetos de produção) reelaborada pela condição de assentado, incorporando noções de direitos e reatualizando outras. Para tanto, enfocamos os aspectos da (re)socialização de práticas, tanto no campo da racionalidade econômica (créditos/produção), como no campo dos direitos de cidadania através das relações com a política agrícola e agrária e seus desdobramentos na municipalização da política de assentamento rural.

Nesta perspectiva, classificamos como níveis de *socialização política e organizativa*: as relações estabelecidas entre os mediadores e os mediados, no caso, três entidades civis representantes do assentamento *Riacho dos Porcos* (*Associação dos produtores rurais da comunidade de Porção de Baixo* composta por 43 associados, basicamente, integrantes da família

Carinhanha, e *Associação dos produtores rurais da comunidade do Virote*, composta por 34 associados. Esta última, é uma associação independente formada pela cisão - ocorrida em 1997- devido a desentendimentos entre dois irmãos integrantes da família *Carinhanha*; e, a *Associação dos produtores rurais da comunidade de Sambaíba*, composta em sua maioria, pela família *Souza*). Estas associações, exceto a da *comunidade do Virote*, foram fundadas em 1992, juntamente com mais três associações das localidades do *Espinheiro*, de *Alagoinha* e de *Porção de S^o Antônio*.

A escolha dessas duas famílias, deveu-se a importância das mesmas na organização sócio-espacial local com a transformação em assentamento e a criação de associações de produtores rurais através do estabelecimento de estreitas relações com agentes mediadores.

É, portanto, nesta perspectiva que se volta a análise destas famílias em termos da dinâmica de suas práticas político-organizativas (em especial, da sua socialização) e de suas relações; tanto do ponto de vista interno, considerando alguns *indivíduos (lideranças)* integrantes das mesmas; como externo, através da *socialização resultante* da própria *experiência* de “*assentado*” pelo INCRA e as situações decorrentes desta *condição*, tais como: a tomada de créditos bancários, decisões sobre projetos de produção e reivindicações junto à órgãos competentes tendo como apoio/mediação as ONGs (particularmente, a FUNDIFRAN: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO e a CPT: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA); entidades partidárias de esquerda; entidades de classe como a FETAG-BA (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA); além da própria vivência associativa local nas associações de produtores rurais assentados.

Dimensionamos a importância de cada uma destas situações na constituição de *demandas* e na mobilização de *direitos* no que concerne ao status de “*assentado*”. Neste aspecto, observamos, como Neves, a “existência de formas diversas de *socialização* para o exercício da disputa por direitos e reconhecimentos sociais” (1998:163).

Consideramos como importante o enfoque da socialização e mobilização dos capitais culturais (que por sua vez são sociais, tecnológicos, políticos etc.) ao observar as trajetórias individuais, particularmente as experiências de migração temporária e relacionamentos com ONGs (mediadores sociais) nas relações desenvolvidas tanto no interior das famílias, como entre famílias, conformando um perfil de arranjos sócio-espaciais e de lideranças nos quadros das associações dos produtores rurais assentados. Neste sentido, verificou-se a mobilização desses capitais na dimensão do status de “assentado”, ou seja, do que ele sucita.

Na identificação desses capitais, bem como da sua mobilização e socialização, utilizamos o conceito de *Capital simbólico*, elaborado por Bourdieu: “(...) uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”. Mais precisamente, observa, que, “é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital”.⁵²

Quanto ao termo *mediação*, como informa Neves, este correntemente “alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso. Portanto, refere-se à objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas. Equivale à institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração. Contempla fenômenos cuja objetividade põe em jogo relações sociais estruturais viabilizadas por interações que agregam redes de interseção. Envolve, por fim, engajamentos e mobilização de segmentos selecionados para reordenação de modos de conduta e visão social de sua posição” (1998:151-152).

⁵² *O capital simbólico*. In: Razões Práticas: Sobre a teoria da ação/ Pierre Bourdieu: 1996.

No sentido de abordar a relação dos mediados com os seus mediadores principais, ou seja, mais influentes e significativos, entendemos como necessária uma perspectiva que contemple, segundo a percepção dos mediados, uma caracterização e uma classificação dos mediadores considerando o seu lugar social. Podemos perceber, portanto, várias dimensões desta relação: política, institucional e social - o que qualifica cada um dos mediadores para uma forma privilegiada de relação com os mediados.

Logo, segundo o papel dos mediadores, sua classificação e representação assumem caráter diverso. No caso das ONGs: MOC (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA), CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA) e FUNDIFRAN (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO) o aspecto pedagógico, o moral e o de parceria da relação são ressaltados:

“É uns órgão que apoia o pequeno, quer dizer: clareia as verdade”.
(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. José Carinhanha, 50 anos).

“(...) Você conhece o MOC (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA) de Feira de Santana? (município do recôncavo baiano e de sub-região semi-árida) lá existe essa empresa privada de organização de vamos supor, de sociólogo e capacitação. Eu admiro aqueles menino no trabalhar, viu? Sob o problema dos produtor rural. Eles que me... eu aprendi muito com aquela empresa ali”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Joaquim Carinhanha, 46 anos).



Cena de uma oficina/dinâmica de grupo desenvolvida num curso de educação ambiental promovido pela FUNDIFRAN (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO) junto aos assentados de *Riacho dos Porcos*. Esta entidade não-governamental realiza trabalhos de base com pequenos produtores, especificamente na região do médio São Francisco, há mais de duas décadas.

Foto de julho/99.

Observamos aspectos sócio-organizativos que têm referências na cultura do campesinato local em termos de permanências (tradições) de caráter ideológico e que engendram e dão conformidade ao cotidiano, à estrutura e à reprodução dos grupos familiares pesquisados. Como, também, por outro lado, buscamos verificar percepções/noções dos assentados acerca da organização da política local: se fazem referência aos direitos suscitados pelo status de “assentado” e de que maneira. Para tanto, trabalhamos com a composição de *um quadro de recorrências ao passado*, através das narrativas que explicitamente comparam o *antes* e o *depois* (atualmente) da criação do assentamento no que diz respeito às relações dos assentados com a política local através de suas entidades representativas, ou seja, as associações de produtores rurais assentados.

Quanto a isso, a ONG FUNDIFRAN, um mediador fundamental dos assentados em suas relações institucionais, vem desenvolvendo ações conjuntas, particularmente com a CUT (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: oeste/BA) para entre outros objetivos, estimular a formação de integrantes nos conselhos populares municipais. Esta iniciativa, fez com que a entidade pudesse refletir mais a respeito da dimensão dos entraves que a política local impõe à mobilização dos

assentados. Estes entraves se traduzem nas relações tradicionais de caráter clientelista que esta ONG busca enfraquecer através do incentivo à participação na política municipal:

“É uma coisa nova, esse ano a gente tá voltando o nosso trabalho para a questão dos conselhos porque a gente vê que os conselhos seria um caminho, também, para conseguir a implementação de algumas políticas públicas. Então, a gente vê a necessidade de assessorar esses conselheiros que a gente tem uma ação direta, uma relação, prá ele ter uma atuação mais politizada lá dentro dos conselhos. A gente tá fazendo um levantamento dos conselhos que existem na região, em parceria com a CUT, vamos fazer já alguns treinamentos a nível regional prá conselheiros e, a partir daí, conseguir fazer um trabalho sistemático com eles. Isso, porque nos assentamentos e trabalhadores de um modo geral, fazer mobilização prá Salvador ou Brasília não é difícil, mas, fazer mobilização prá o município, aí, tem uma série de dificuldades porque, aí, é um embate mais direto, tem toda uma relação política que não é de um ano, é de dez anos, é vinte anos, mais complicada, tem que ser um trabalho bem mais estratégico nesse sentido. Eu acho que a gente consegue, pode ser uma via complicada prá se trabalhar”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Dermeval G. de Oliveira).

Esta perspectiva de ação encontra ressonância junto aos assentados de *Riacho dos Porcos* que têm uma relação mais constante com ONGs. Como esse depoimento de uma liderança da localidade de *Porção de Baixo* e membro da família *Carinhanha* que apresenta em sua trajetória de vida, significativos momentos de reorientação: foi um dos vaqueiros e encarregados na antiga fazenda *Riacho dos Porcos* e depois desse período, migrou para o interior paulista em 1977 com a sua primeira esposa e quatro filhos pequenos, ficando sete anos “*fugido da seca*”, período em que “*secaram todas as lagoas da margem do rio São Francisco*”, retornando no momento em que começou o processo de desapropriação das terras dos *Borges*, fazendeiros da *Riacho dos Porcos* e das ocupadas pelas famílias posseiras, inclusive, a sua. Este membro da família

Carinhanha, concorreu em 1996 às eleições municipais para vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT):

“Nós também tem culpa! Eu tenho falado aí, à mãe: ‘porquê é que o povo não caminha?. E, vai... inclusive, eu tô fazendo um documento, uma petição na câmara de vereador, eu pedindo permissão que nós queremos participar das conta da prefeitura, aonde o dinheiro tá sendo aplicado, não é?. Eu como presidente da comissão (formada por representantes das associações de produtores do assentamento), vou entrar com esse documento e, se me der permissão ou não me der, a gente vai brigar por aí, até vê se a gente chega lá.

(...) eu conheço lugar que é bem administrado, porque o povo acompanha o negócio, é de perto! Acompanha, o povo exige: ‘eu quero é isso!’. Porque hoje em dia é o seguinte: eu tenho falado aí, sobre isso, você vê tantas coisa errada que acontece pela Lei Orgânica dos Município, né?. É uma coisa que se você for corrigir as coisas, é tão diferente do que você vê passar. Porisso aí, é que a gente entra com as coisa, quando você vê a Lei Orgância do Município, eu tenho ela aí dentro de casa, a de Paratinga, a lei orgânica. Eu tenho, é porisso que a gente vai brigar por isso, porque, quando você vê, a coisa é tão diferente, né?”.

(...) Eu tava falando outro dia, de uma reunião lá em Ibotirama (município vizinho), então de cima dessa reunião surgiu, vamos supor, um problema lá sobre o problema dos município, a avaliação: cada um representando os município, cada lugar você via uma coisa diferente - uma melhor, outra mais pior e, aí, você via, aí juntamente com o MOC (a ONG: MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, originária do município de Feira de Santana, situado no recôncavo baiano e de sub-região semi-árida), né?. Aí, depois nós vai olhar o que é que tem em Paratinga, Ibotirama, em Bom Jesus da Lapa. Vamos supor: o dinheiro que vem , por sinal eu sai de lá até com o saldo do dinheiro: o tanto que entra em Paratinga, né? Pelo Fundo de Participação. Isso aí, eu conheço tudo de mão, dela. Aí, onde você vai enxergar o que é que vem, não é? É um absurdo! Eu vou lhe dizer, em cada lugar um diferente do

outro: um mais pobre, assistência médica não tem, a saúde, porque... aí, agora caiu a pergunta, porquê? Né?. Porque, vamos supor, Ibotirama tem uma assistência melhor, tem médico, hospital. Paratinga não tem, Bom Jesus da Lapa tem, Sítio do Mato, essas coisas! Aí, agora a gente juntou essas confusão todinha, você vai ver, os governante e o povo também, chegar junto e fazer, porque se existe uma boa saúde, vamos supor: se tem em Feira de Santana, porquê? Porque o povo cobra, tem as entidades conforme a gente tá falando, o MOC (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA), ela pressiona, ela compra briga, vamos supor, dentro de lá e, cobra mesmo e o povo acompanha e vai junto.

Aqui dentro de Paratinga começou uma luta, logo quando as associação começou, o povo se organizaram e tamo puxando essas luta aí, né? A gente vai entrar com o negócio e, vamos vê se a gente se organiza junto com Bom Jesus da Lapa, as outra também, a gente já visitamo, vai entrar a mesma coisa, então quando nós chegar a Ibotirama, quando nós chegar à conclusão, quando dizer, assim: Ibotirama tá conjunta brigando, vamos supor: a participação da chegada das verbas, donde vai ser aplicada, o que vai ser, entrar com isso aí, Lapa também, entrou, Paratinga, Muquém do São Francisco.

Eu acho que vai mudar alguma coisa, não muda? O povo todo se organizar de cima desses termo, aí, eu tô achando que muda alguma coisa sem gastar um tostão, eu te garanto que vai mudar! Porque se ficar nesse negocinho de denúncia, você fazendo em nome de deputado, denúncia prá ministro, isso aí, não vale nada!.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Joaquim Carinhonha, 46 anos).

Ressaltamos a importância do aspecto considerado neste discurso anterior e, que trata da relação *cidadania/territorialização*⁵³ - a idéia da constituição do assentamento rural como um espaço de reivindicação de *práticas de direitos* - tendo como referência a *institucionalização político-jurídica* da luta e permanência na terra através da política de reforma agrária e agrícola. E, quanto a isso, a referência a relação *assentamento/município* e tudo que daí demanda em

⁵³ Esse aspecto, diz respeito aos desdobramentos da relação estabelecida entre mediadores e mediados e, decorrente, portanto, das ações organizativas governamentais. O sentido de "territorialização" indica a

termos de direitos no âmbito da municipalização dos serviços públicos, tais como: escola, saúde, estradas entre outros.

Esta questão, por outro lado, pode apontar para a possibilidade do estabelecimento de relações clientelistas e de controle no âmbito do poder local - o que ficou demonstrado por significativos depoimentos registrados no último capítulo deste trabalho, tendo como tônica tanto as práticas de autonomia como de subordinação neste contexto. Mas, que reflete o anseio em manter a condição da reprodução camponesa enquanto um projeto reatualizado na situação presente.

Confirmando a mobilização dos assentados de *Riacho dos Porcos* e a participação influente dos seus mediadores (ONGs), registramos reunião da comitiva de lideranças dos assentados de *Riacho dos Porcos*, de agrovilas e organizações de pescadores da região do Médio São Francisco, Deputados (PARTIDO DOS TRABALHADORES), FETAG-BA (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA) e integrantes do MOC (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA) com a gerência do BANCO DO NORDESTE e técnicos representantes do INCRA. Esta reunião ocorrida em 1993, teve como objetivo pressionar o Banco para liberar os recursos do PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda). Local: *Bom Jesus da Lapa*, município vizinho à *Paratinga*, onde localiza-se o assentamento *Riacho dos Porcos*.

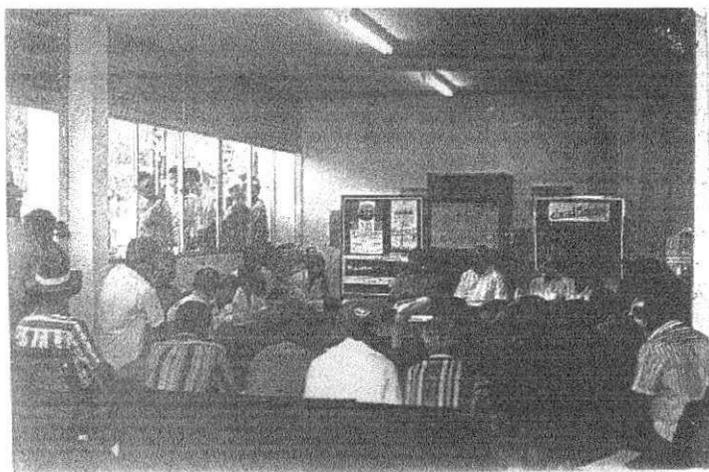


Foto cedida para reprodução pelo Sr. Joaquim Carinhanha em 1999.

constituição de uma identidade coletiva associada a uma base física, territorial. A idéia de “territorialidade”, também, embora podendo diferenciá-la do sentido de “territorialização”, pois “territorialidade” indica uma dimensão cultural no tocante a constituição de um *território* composto por práticas e representações tradicionais, o que no caso estudado tal situação é preexistente, como vimos através da abordagem da constituição do território por parentesco e reciprocidades.

4.2 As contradições/ambigüidades vividas na condição de “assentado”

“Agora, eu acho que agora tá melhor, sabe porquê? Porque a coisa melhorou mais, a pessoa não tá mais... aquele negócio, sujeita a ninguém, não é? Não tem mais proibição do que fazer, agora pode trabalhar prá si”.

Manoel Carinhanha, 84 anos. Morador de *Porção de baixo*, sub-área da antiga fazenda *Sfº Antônio* e uma das localidades do assentamento *Riacho dos Porcos*.
Depoimento concedido em julho/99

“Como é que eu não tenho nada, hoje. Se eu planto a lavoura e eu não dou e, eu vou pagar o Banco com o quê?. Eu tenho que pagar com aquele. Como é que eu vou pagar? Eu não tenho como pagar! Então, a área de reforma agrária que nós vive hoje em dia é como muitas pessoa estão falando: ‘área de melhoramento’. o povo tá mudando: ‘área de sofrimento’...”

Joaquim Carinhanha, 48 anos. Morador de *Porção de baixo*, sub-área da antiga fazenda *Sfº Antônio* e uma das localidades do assentamento *Riacho dos Porcos*.
Depoimento concedido em julho/99.

“A gente quase que estamos vivendo, nessa área de reforma é quase um tipo de cativo, que você não tem o direito de você escolher o melhor, não temos o direito de escolher o melhor prá gente.

Joaquim Carinhanha, 46 anos. morador de *Porção de baixo*, sub-área da antiga fazenda *Sfº Antônio* e uma das localidades do assentamento *Riacho dos Porcos*.
Depoimento concedido em set/97

Ao iniciarmos as pesquisas para o levantamento da problemática a ser proposta como eixo de discussão e análise, detectamos aspectos referentes à realidade das condições de vida das famílias que nos conduziu ao seguinte questionamento: a partir da caracterização da antiga condição de *posseiro* e da atual condição de *assentado*, é possível identificar elementos que configuram-se em situações de *contradição/ambigüidade* vividas pelas famílias e, que tenham como tônica noções, valores e práticas de *autonomia* e de *subordinação*?

Partindo das categorias “*posseiro*” e “*assentado*”, consideradas num quadro analítico de *temporalidade*, localizamos processos de *continuidades* e *descontinuidades*, a partir, portanto, da história da construção da subordinação e do controle sócio-espaciais - antes realizada pela grilagem e depois através da política governamental de reforma agrária e agrícola.

Ao desenvolvermos o estudo num quadro analítico de *temporalidade*, buscamos qualificar

processos de *continuidades* e de *descontinuidades* presentes em termos de significado no espaço social “assentamento”, particularmente, no tocante à dinâmica das relações de poder constituídas interna e externamente. interessou-nos em perceber, sobretudo, aspectos que denotassem contradições/ambigüidades vividas na condição de *assentado* pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Considerando que o termo *assentado*, indica uma definição previamente elaborada em decorrência de intervenções oficiais e atos jurídicos, propomos a utilização de um conceitual que busca dar conta das especificidades das situações encontradas na realidade investigada; ou seja, do *quadro de recorrências* ao *passado* da construção sócio-espacial encontradas nas *representações e práticas* das famílias, atualmente vivendo na condição de “assentadas”.

Para tanto, a correlação “*posseiro-assentado*” é levantada como uma espécie de categoria analítica elaborada a partir da situação empírica observada, num quadro de *temporalidade*, em que se situam elementos e níveis de constituição dessa construção sócio-espacial. Sendo os seus níveis e respectivos elementos o período antes da grilagem das terras (em que se tem o uso tradicional das terras *soltas* e a existência das sociabilidades constituídas no uso comum dos recursos naturais); durante a grilagem das terras (estratégias de enfrentamento e resistência, alianças e dissensões internas); e na implantação do projeto de assentamento (conflitos e identidades, a formação de alianças) e na atualidade (o papel das associações dos assentados e de seus mediadores externos).

A tônica dos discursos acerca das situações vividas como contradições decorrentes da intervenção governamental, indica que, se por um lado, eliminou as violências da grilagem e trouxe a condição de direitos em caráter de “assentado pelo INCRA”; de outro, gerou uma condição de disciplinamento alheio ao *habitus* das famílias, criando um choque entre racionalidades no trato da produção/reprodução social. Além, de desconsiderar os direitos dos

posseiros mais antigos, ao realizar uma redistribuição das terras em lotes deixando descendentes “nascidos e criados” na área, sem terra suficiente, porque “entrou gente de fora”:

“Nós apenas distribuimos terra, essas terra que nós temos, eu não considero que ela foi o INCRA que nos deu. Você tá entendendo? Essa área nós já temos ela, nós apenas distribuimos terra para o INCRA. (...) Então, eu não me considero... eu vou dizer, eu me considero parceleiro do INCRA, mas não que o INCRA me desse terra. Eu distribuí terra pro INCRA, nós a doamos prá o INCRA, nem prá o INCRA, prá o fazendeiro que não foi atuado, fez foi receber indenização que era nossa e não dele.

Hoje em dia, se eu fosse uma pessoa como hoje, naquele tempo, o conhecimento que eu tenho hoje, eu ia lutar, eu ia remeter documentos sobre o que ele (o pai do entrevistado) tinha aqui, os bens que ele tinha, prá defender o que ele tinha de cima desse direito. Que nós temos aqui hoje, que apenas nós só tomamos prejuízo. Hoje, nós temos irmão que tá com 20 hectare de terra, igualmente eu tô com 27 hectare e, eu não tinha essa necessidade, que meu pai com duas áreas de terra, né? Dava prá ele criar os filho dele todinho na terra dele.

Hoje, as terra melhor o povo foi quem invadiu e entrou. Entrou e nós não teve condições de mais nada a fazer. (...) No processo do INCRA, nós brigava, falava pro INCRA. Mas, eles diziam: ‘Não! Hoje vocês não têm nada aqui não. Vocês hoje não existe mais nada disso aqui, não! Hoje é tudo do INCRA, aí’. Dizia era assim, é!”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Joaquim Carinhanha, 46 anos).

Esta intervenção da política agrária, como abordamos no Capítulo III, levou a uma diferenciação entre as famílias que vivem atualmente na condição de assentadas, devido a entrada de muitas delas com a transformação das terras em assentamento de reforma agrária. Essa diferenciação se expressa nos conflitos existentes na relação entre os “de dentro” e os “de fora” no plano de ação das associações de produtores rurais organizados pelos mesmos.

Ainda quanto aos impactos provocados pela intervenção da política agrária, através do INCRA, nessas antigas áreas de posse tradicional, verificamos o seguinte depoimento como um discurso paradigmático da conflitiva relação entre dependência e autonomia da política agrária:

“Eu conheço todas as linha de crédito que favorece, aí, eu não vejo aonde os Bancos, às vezes, se recusa de liberar qualquer linha de crédito como diz o PROCERA⁵⁴ (linha de crédito especial para os assentados), não é? que o PROCERA diz assim, ele fala assim: qualquer empresa organizada que tem crédito no Banco, ele pode fazer e quem escolhe somos nós, que somos dono do dinheiro, não é?

Que olha qual é a melhor empresa que pode fazer. Mas o gerente, os bancários que têm, principalmente, os poderes governamentais, não entende esse problema, quer ultrapassar o direito da gente, não deixa a gente seguir. Diz: ‘tem que fazer por aqui’. Então, o pessoal não quer aceitar, então a gente quase que tamos vivendo nessa área de reforma é quase um tipo de cativoiro, que você não tem o direito de escolher o melhor.

Não temos o direito de escolher o melhor prá gente. Se vem uma verba de fundo perdido como o fomento, alimentação, habitação (que nós ainda não recebemos, vamos receber agora). Foi de 88 (1988) prá cá, nunca saiu, já tivemos acesso ao crédito do PROCERA, e, o fomento e a alimentação veio sair, o último, veio sair tudo despedaçada assim, saiu um tanto prá um, sai não sai prá outro. (...) E, assim, nunca que é uma coisa organizada, tudo só sai os pedacinho pros produtor.

Então, eu vejo um monte de gente disputar o nosso direito. Na hora que vem , o próprio INCRA não dá assistência técnica aqui de dentro da nossa área. Nós já manda prá lá mais de solicitação, é muita solicitação que vai aí à respeito de estrada, moradia, a saúde, a educação, a gente quando fala, eles fala que tem a parcelaria

⁵⁴ Esta linha de crédito, atualmente extinta. Passando, desta forma, os assentados pela política de reforma agrária, a terem os mesmos direitos, em termos de respaldo financeiro, de qualquer agricultor de produção familiar através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esta uniformização aponta, segundo os próprios discursos dos assentados pesquisados, para uma perda do “status” especial que a condição de assentado proporcionava ao agricultor. Também, neste sentido apontam o discurso de seus principais mediadores (ongs) , visto que com a extinção da comissão do PROCERA, eliminou-se um importante canal de interlocução que se realizava entre o INCRA e os assentados tendo seus agentes mediadores, um papel fundamental no encaminhamento de pautas de reivindicações junto a este órgão da estrutura governamental federal.

(parceria) com o prefeito. Hora que vem o prefeito aí, promete que tem, mas não sai nada pelo INCRA, nem pelo prefeito, nem sai nada”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Joaquim Carinhonha. 46 anos, cinco filhos).

Esta questão, por outro lado, pode apontar para a possibilidade do estabelecimento de relações clientelistas e de controle no âmbito do poder local - o que ficou demonstrado por significativos depoimentos, registrados neste capítulo, tendo como tônica tanto práticas de autonomia como de subordinação neste contexto. Mas, que reflete o anseio em manter a condição da reprodução camponesa enquanto um projeto reatualizado na situação presente.

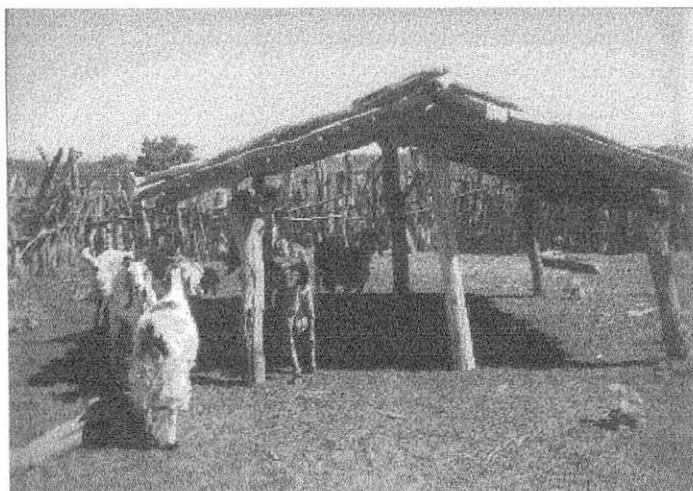
Esse anterior depoimento de um ex-encarregado e ex-vaqueiro - “nascido e criado” em uma das localidades da área transformada em assentamento, ao tecer comparações entre as antigas relações de trabalho na ex-fazenda *Riacho dos Porcos* e as atuais relações estabelecidas com o sistema bancário, com o INCRA, com o órgão local de assistência técnica do Estado e com a Prefeitura Municipal, revela a natureza das contradições vividas por esses grupos familiares - na condição de “assentados” - e que fazem referência a aspectos da representação camponesa do nordeste brasileiro presentes na categoria discursiva “*cativeiro*” (subordinação).

Com a transformação das áreas de posse tradicional em assentamento de reforma agrária, emergem os direitos básicos atinentes à condição de “assentado” e com eles à possibilidade da constituição de uma infraestrutura: reformas em moradias e estradas, escolas, energia, água etc. A reivindicação desses direitos são encaminhadas por agentes externos (mediadores) que terminam por disputar a demanda representada pelos assentados, o que os levam a encarar tal situação, muitas vezes, como *cativeiro* ou sujeição, como foi colocado.

Quanto a isso, analisamos a natureza da *formação/constituição de direitos* segundo *identidades* com referência as categorias: “*posseiro*”, esta surgida do processo de socialização junto aos mediadores na luta jurídica pela legitimidade da posse da terra, mas ancorada na memória, no tempo e formas de uso e na tradição familiar que compõem o *habitus*; e,

“assentado”, esta na condição de direitos suscitados pela política agrícola e de reforma agrária do Governo Federal.

Por conseguinte, destacamos a expressão “*civilidade doida*” colocada pelo Sr. *Vitorino do Zezé*, no Capítulo I deste trabalho, como uma reflexão recorrente no discurso da maioria dos assentados que possui uma relação de posse mais antiga com a terra transformada em área de reforma agrária (assentamento). A “*civilidade doida*” ou o “*cativeiro*” significou, efetivamente, a imposição do uso do fio de arame para o confinamento dos animais, que antes eram criados soltos, e tudo que daí decorre: custos com infraestrutura: cercas, ração, vacinas etc. Antes a criação era solta, o animal era tratado pelas condições ambientais: a “vacina” ou o “remédio” eram a alimentação nativa e as rezas realizadas com o conhecimento dos antigos vaqueiros da região. Da natureza sócio-cultural dessa *racionalidade*, ressaltamos aqueles aspectos que se fundamentam, de modo especial, em percepções sócio-ambientais, tais como: “gado sadio é o gado aclimatado” - criado solto, comendo as ervas medicinais da região das caatingas; “a terra é melhor quando é tombada” (tratada com arado animal)



Criação de caprinos em uma das poucas áreas que continua adotando esta atividade produtiva, após a imposição do uso das cercas para o confinamento dos animais, embora haja incentivo por parte do órgão técnico que justifica como uma vocação devido às condições ambientais da região. As cercas, vistas nessa foto, confeccionadas ainda em madeira, como ocorria com a lavoura, antes da criação do assentamento. Embora, este não seja o procedimento

recomendado pelos órgãos técnicos, que recomendam o uso do fio de arame farpado. Esta atividade produtiva era muito comum antes do desaparecimento das terras *soltas*, devido tanto ao período da grilagem, como a intervenção do INCRA, com a criação do assentamento.

Foto de 1997.



Na foto de 1999: o manejo do gado ao final de tarde, trabalho de membro da família *Carinhanha*, localidade de *Porção de Baixo*, área do assentamento Riacho dos Porcos. Esta atividade é uma tradição desta família que tem em sua trajetória, o trabalho de vaqueiro “passado de pai para filho”. O gado é uma importante estratégia de reprodução camponesa em vários níveis e, sendo tanto forma por excelência de “acumulação” - tal como observa Woortmann (1983:215) como uma defesa em períodos de estiagem e reserva de valor para qualquer situação de crise, além de seu importante papel no sistema de herança, utilizado especialmente como dote de casamento de filhas - como registramos no seio da parentela do Sr. *Vitorino do Zezé*.

Embora, os órgãos extensionistas rurais considerem uma “irracionalidade” a transformação de áreas de cultivo em pastagem, entendendo que a forte presença do gado expressa uma continuidade de uma padrão econômico do passado regional, que os pequenos produtores mantêm como símbolo de status - como também registramos por depoimentos de técnicos da empresa governamental de desenvolvimento agrícola atuante no assentamento.



Foto cedida pelo órgão em 1999: Assentados em *Riacho dos Porcos* participando de trabalho de assessoramento da EBDA (EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA) visando a introdução estimulada de plantios coletivos em área específica.

Esta abordagem anterior, ressalta o impacto do desaparecimento das *soltas* e o aparecimento das cercas com a grilagem, como o divisor histórico fundamental nos relatos - estabelecendo uma *marcação de tempo* em *antes* e *depois*. As narrativas apresentam uma passagem de um tempo de *liberdade* e *fatura* no uso comum das terras para um tempo de *cativeiro*, de início, a partir da grilagem com os seus cercamentos e do confronto entre a valorização jurídica do título de propriedade (acesso a cartório) e o direito costumeiro local de uso (comum) e posse da terra. E, depois, com a transformação das terras em assentamento de reforma agrária. Isto significou uma ameaça concreta à reprodução das famílias e se apresenta, atualmente na condição de “assentadas”.

A reatualização do tempo de *cativeiro* se efetiva através das intervenções da política agrária e agrícola. Tendo como expressões: as situações criadas a partir das divisões em lotes das terras ocupadas tradicionalmente pelas famílias, do disciplinamento decorrente do uso de créditos bancários para produzir e das ingerências dos órgãos técnicos e relações políticas, particularmente da municipal no encaminhamento de suas reivindicações.

Observamos as conseqüências da generalização das trocas monetárias na transformação do *habitus* econômico⁵⁵ em função das condições de existência dadas por essas introduções decorrentes da criação do assentamento, gerando conflitos com antigos valores de *honra*⁵⁶ e *solidariedade* que compunham as relações sócio-econômicas tradicionais expressas por uma agricultura e atividade de criação de animais praticada livremente. Tais conflitos devido à burocratização das relações em função das exigências do cálculo e monetarização trazidas pelos créditos, traduzem-se em disposições de cunho ético-moral, tal como: “*honrar os compromissos*” de crédito e seus problemas com relação a dívidas contraídas com o sistema bancário através de projetos de custeio, como por exemplo: formação de pastagens e construção de cercas para os animais, que são os procedimentos para a produção adotados após o desaparecimento do uso comum das terras *soltas* e do confinamento dos animais. Neste aspecto, é interessante colocar o entendimento de Woortmann (1990) quanto à composição da *ordem moral* que define o universo de relações sociais do campesinato: “(...) Se a troca articula categorias culturais num campo semântico unificado, a reciprocidade, como conceito antropológico articula-se com outros conceitos - a honra e a hierarquia - constituindo o campo teórico da ordem moral” (p.59).

No disciplinamento sócio-produtivo de origem externa, a partir da política de assentamento, está implícita uma concepção de tempo relacionada ao processo produtivo que é alheia àquela concebida pela experiência dessas famílias que ocupam a área tradicionalmente, ao longo do tempo em que produziram suas condições de existência. Este disciplinamento significou uma perda de controle do tempo do processo produtivo, gerando uma subordinação ao capital bancário:

“(...) No caso do Custeio, mesmo, essas pessoas que têm condições vai na frente, acerta e complica a gente que não tem condições. Porque, a

⁵⁵ Ver Pierre Bourdieu: *O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais*. 1979: pp. 28, 38, 75, 69, 08.

⁵⁶ Klaas Woortmann (1990) em nota de rodapé, p. 15, ao mencionar as noções de *ponto de honra* e de *senso de honra*, indica o texto de Bourdieu (*Esboço de uma Teoria da Prática* - 1977) como referência importante nesta análise.

gente planta, tem um prazo prá pagar o Banco, o Banco passa o prazo de nós receber o dinheiro no Banco e eles não cumpre com esse dever deles, como nós vamos receber, já passou a época de plantar”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. João Carinhonha, 38 anos).

“(...) Eu acho que esse calendário daqui da gente devia mudar lá pro Banco, porque acontece que esse ano, a primeira parcela de preparação do solo foi o mês de dezembro e aqui as chuvas começa em outubro. Eu acho que essa preparação do solo deveria ser repassada era de agosto prá setembro e, como esse ano mesmo foi o de maior dificuldade, porque não teve como o próprio produtor fazer as hectare que foi feito o Custeio.

Então, eles preparou a terra, mas não aconteceu fazer a plantação que muitos vieram plantar em dezembro, em janeiro, em fevereiro, até na época que foi a estiagem. Aconteceu que aqueles que teve, que trabalhou mais, plantou, às vezes, e, colheram.

Agora, como devido a colheita que foi feita, um saco de milho hoje em dia está de cinco, seis reais, um saco de feijão não tem preço, como é que paga Banco? Ele não tem o gado, porque hoje em dia, o que vende aqui é gado, é que seja, um bode, um criação miúda, que dá mais um sustento de capacitação de vida prá o próprio produtor. Seria mais uma coisa de investimento de gado ou que seja bode, essas coisa é que dá mais retorno, porque hoje em dia, a roça aqui prá nós, milho não tem preço, feijão ninguém quer, não tem preço. O mercado aqui quer pagar é de cinco, dez reais no máximo, desvaloriza e o algodão, esse bicudo apareceu, o que plantou, uma arroba de algodão é cinco reais.

Então, dificulta tudo prá o pequeno. Então, o Banco deveria ter uma posição a dar e ver esse lado como que não tem como acertar. Então, essa prorrogação (para quitar a dívida bancária) foi pedido em cima desses valores das próprias colheita que foi feita prá ter um preço melhor, ter um mercado que tenha um preço melhor, que o INCRA, eu acho que como ele faz o Custeio do produtor, que eles coloca uma saca de 50 ou milho de 25, devia ter um mercado que

garantisse esse preço, não é isso?. Mas, hoje ele dar o preço no projeto, na elaboração do Custeio. Mas, na hora da colheita que você colhe, não tem preço, não tem preço prá o milho, não tem preço prá saca de farinha, não tem preço prá o feijão e, dificulta tudo.

Agora, aqueles que têm algum recurso próprio foi quem atrapalhou a vida do pequeno, que é esses que já entrou com a condição. Então, aí, eu acho que a pessoa deveria ver o lado daqueles mais pequeno até chegar a posição deles e, eles não têm, não considera não, quer sair fora e deixar eles lá dentro daquele buraco sem saída”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. José Carinhonha, 50 anos, nove filhos).

Este depoimento indica que a inserção dessas famílias no sistema bancário através da política de crédito agrícola provocou um impacto e um choque tanto com a sua racionalidade econômica, em seu sentido material, quanto com os seus valores tradicionais, que, simbolicamente, fundamentam este *habitus* econômico, pois, a exemplo do que reflete Bourdieu acerca dos impactos das mudanças introduzidas pelas instituições e técnicas econômicas coloniais nas relações sócio-econômicas dos Cabilas na Argélia de Pós 2ª Guerra Mundial - especialmente, o crédito destinado à produção: “(...) o crédito que supõe a referência a um futuro abstrato, definido por um contrato escrito e garantido por todo um sistema de sanções e que, com a noção de interesse, recorre ao valor responsável do tempo. (...) não permitindo dominar as aleatoriedades do clima. Mas este crédito de urgência, imposto pela necessidade e destinado exclusivamente ao consumo, nada tinha em comum com o crédito destinado ao investimento. (...) Pelo fato que só se contrata entre pessoas conhecidas, parentes, amigos ou aliados, o futuro da associação se acha assegurado, no presente mesmo, não somente pela experiência que cada um tem do outro, considerado fiel a seus compromissos, mas também e especialmente pela relação que une os parceiros e que sobreviverá à sua transação, garantindo o futuro da troca com

segurança maior do que todos as codificações explícitas e formais de que o crédito deve armar-se porque ele supõe a impersonalidade total da relação entre os contratantes”(1979: 28-29).

Com a criação do assentamento *Riacho dos Porcos*, ocorre a passagem de relações sociais fundamentadas em negociações verbais (relações tradicionais, personalizadas e clientelistas) para os encaminhamentos formais, através das associações de assentados, mediados pela escrita (relações impessoais e burocratizadas), implicando não só numa modificação na significação do campo de *honra* - como colocamos anteriormente em relação aos impactos das obrigações com o crédito bancário - mas também, numa crescente dependência em relação aos agentes mediadores no sentido de prover institucionalmente os mecanismos de comunicação com a sociedade envolvente, particularmente, o sistema político-governamental e financeiro. E, como também, reflete Neves: “(...) Por este diálogo circunstanciado, o mediado torna-se portador do direito à fala e ao reconhecimento público (ou político). De qualquer modo, como os técnicos são portadores da escrita e do saber institucional - da capacidade de traduzir regras e constrangimentos e de se interpenetrar na lógica de um mundo cujo desconhecimento é condição desse exercício -, os beneficiários das políticas só podem ser integrados a partir da posição de despossuídos dessa cultura” (1998:162).

Nesta perspectiva, a busca pela legitimação de ser “assentado” perante os órgãos e instâncias governamentais se desenvolve, também, de forma contraditória e ambígua, no que diz respeito, especialmente, a relação com o apoio técnico oficial, conformando situações de disputa pela demanda representada pelos assentados por parte da política local (prefeitura municipal e órgão de apoio técnico, EBDA (EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA), das ONGs que acompanham as famílias, inclusive cooperativas independentes criadas por agentes ligados à esquerda político-partidária (PT: PARTIDO DOS TRABALHADORES).

Esta disputa entre os mediadores pelo acompanhamento às famílias assentadas, gerou conflitos que originam-se na montagem de uma *rede clientelista* de assessoria aos projetos de

produção visando à captação de crédito bancário, tendo como agente organizador principal, a prefeitura municipal através da EBDA (órgão técnico oficial), buscando respaldar-se institucionalmente no INCRA, a partir das ações de municipalização da reforma agrária e da política de crédito agrícola.

O depoimento, a seguir, de uma liderança de uma das localidades do assentamento, expressa a questão da disputa da prefeitura e de políticos locais pela demanda e pelos direitos dos assentados, o que tem gerado conflitos sócio-organizativos entre as associações representantes do assentamento, pondo em ênfase a necessidade de sua autogestão, de sua autonomia:

*“Quando se fala em organização sob o problema que tem, o pessoal dificilmente chega esse momento de dar os braços um ao outro. Então, naquele negócio aí, você sabe que no meio daí já **entra alguns políticos interessados**: ‘O negócio é isso! Não! Você não acompanha isso, porque é ruim para você, acompanha aqui!’”. Aí, ele vai e agora **desorganiza todo**.*

*Você veja que nós estamos agora num momento, nós já tivemos dois acesso ao crédito do PRONAR (PROGRAMA NACIONAL DE APOIO RURAL), um do PRONAR que nós fizemos pelo BANCO DO BRASIL e, esse outro, fizemos pelo PRÓ-RURAL, tá dando uma confusão desgraçada nesse assentamento aqui. **Hoje, nós estamos sendo disputado pelos poder político, quer dizer, ainda mais nessas ameaça de política que tá tendo agora, que nós somos usados sob esse ponto aí, de cima do direito da gente.***

*Então, não tem condições para a gente se crescer”. (...) **O conflito mais que nos passamos aqui é o conflito político que persegue mais o produtor, que tira, às vezes, o produtor de cima do seu direito. Você imagina que nós temos um projeto, voltamos atrás na época dos Borges, existia um conflito, mas um conflito que passou tudo no pacífico, não teve morte, não teve essas coisas e, a gente lutava por uma vida melhor, exatamente, nos conseguimos vencer o próprio fazendeiro, chegamos, nós mesmos dividimos as terras, aqui tem gente com 40 hectare, outros tem 60, outros tem 20, mas tudo localizado.***

Aí, brigamos pelo crédito do proceca (linha especial de crédito para assentados), o crédito sai pressionado, com pressão. Então, saiu desfalcado.(...) A EBDA (EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA) faz o projeto e não pressiona os Bancos e nem o INCRA se incomoda com os produtores. Então, saiu em ponto de pressão e, depois de o dinheiro sair, até para dar o laudo depois de feito precisava ir na regional lá.

Depois quando vinha de lá para cá, que esse laudo entrava no Banco, o próprio gerente para liberar, passava 30, 40 dias para liberar. Então, foi dois anos para fazer esse projeto e, quando veio a carência do projeto que saiu o dinheiro dos marruá (gado reprodutor), conforme você viu aquela sede ali tudo foi no custeio das associação, foi no dinheiro do coletivo delas. INCRA não tem nada plantado aqui, foi tudo das associação.

Aí, só teve um ano de carência, o ano passado que pagamos a 1ª parcela. Essa 1ª parcela para pagar, eles botaram num dia de sábado. Nós foi dia de sexta-feira e eles não queria receber o dinheiro, não. E, nós teve que ocupar o Banco. Isso foi esse ano passado”.

(Depoimento concedido em setembro/97 pelo Sr. Joaquim Carinhanha, 46 anos).

“Se a área de Riacho dos Porcos, principalmente, Porção de Baixo, se fosse unida às outras, se não fosse a política, a área de Riacho dos Porcos era outra. Se nós reunisse aqui, porque eu já pensei aqui, dentro da área de 441 famílias, nós tinha condições de aqui, nós ter uma cooperativa dentro de Riacho dos Porcos e não tô vendo político prá derrubar ela, porque não ia envolver em política com ela, nós ia envolver em crédito e eu queria ver quem ia derrubar dessa vez. Mas, o pessoal são desinformado”.

(...) O INCRA veio aqui prá resolver, sabe o quê? Fazer uma pesquisa prá saber como é que tava a EBDA na área, porque a cooperativa tava tomando o espaço todo da área. Porque que o povo não tava acompanhando a EBDA. Foi, aí, que começou a briga prá saber do negócio, sabe porquê?, porque a cooperativa não é política, os projeto da cooperativa é mais bem feito, não tem perseguição

nenhuma e a gente sempre no meio deles como um irmão e tudo e, a EBDA não é toda hora que ela pode atender, os projeto eles faz de forma que eles quer, sai de forma que eles quer e no dia que eles quer.

(...) Mas, quando chegava na outra associação, aquela que era chegada ao prefeito, já não falava igual, falava outra coisa, já falava mal da cooperativa junto com a EBDA derrubando a cooperativa, aí começou e só perdendo ponto, até que um dia trancou.

Porque o trabalhador é muito desinformado, eu acho que uma área prá ser desapropriada, prá assentar o assentado, eu acho que tinha que ter suas classificação. Uma área igual a Riacho dos Porcos e outra qualquer, prá poder o grupo dos sem-terra entrar, ele tinha que ser reunido particular e escolhido, porque tem muitas pessoas que não podem estar em área de reforma, não tem responsabilidade, senão vem um político e toma conta dele e, nós não pode ser assim, se essa luta da reforma é nossa, é contra o governo, é contra o político, como é que nós vamos aceitar chegar aqui uma sonegação, uma mentira muito grande e povo deixar a verdade e seguir a mentira? Só dá derrota! (...) A reforma agrária no início ela tava tendo mais futuro de que agora”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Joaquim Carinhanha, 48 anos).

O sentido de *autonomia* desse discurso, se faz presente através da importância atribuída à presença da cooperativa organizada fora da influência da política municipal. E, particularmente, tal autonomia se consolida pelo lastro de valores tradicionais de cunho comunitário: “(...) os projeto da cooperativa (...) não tem perseguição nenhuma e a gente sempre no meio deles como um irmão (...)”.

Devido ao desencantamento com a situação de “assentado” e, portanto, de “beneficiário” das políticas governamentais, algumas narrativas sobre as relações sócio-políticas do passado, ressaltam o tempo de *fartura* e de equilíbrio das relações características de uma *sociedade de interconhecimento*, embora o depoimento seguinte seja de um indivíduo, atualmente uma das

lideranças do Assentamento *Riacho dos Porcos*, que teve marcantes relações assimétricas em sua experiência de vida, particularmente, trabalhando como vaqueiro e encarregado na antiga Fazenda *Riacho dos Porcos* (com a qual aconteceram os conflitos com as famílias de posseiros) quando esta era uma propriedade do juiz de Direito da Comarca do município em que ele vive:

(...) Eu ainda conheci, o povo vivia mais fácil de que hoje, sabe porquê? Porque o coronelismo era o seguinte: eu morava aqui, igualmente eu moro aqui, se eu sou um líder daqui, eu liderava esse pessoal daqui todinho lá com o coronel e ele quando vinha aqui, não faltava trabalho prá ninguém aqui.

Agora, tinha outra parte que tinha o dele também. Agora é o seguinte: não existia a crise que o hoje tá tendo porque ele dava, vamos supor o gado prá olhar, ele dava o trabalho prá fazer, ele dava tudo. O povo vivia muito em paz, fora da injustiça, porque o coronel dava proteção, ele tava livre da injustiça e hoje em dia acabou. Nós não temos, quem é que nós temos prá nos defender a não ser primeiro a Deus. Nós pobre, ninguém tem!”.

(Depoimento concedido em julho/99 pelo Sr. Joaquim Carinhonha, 48 anos).

Na recorrência ao passado, a idealização do coronelismo expressa neste depoimento anterior, implica que, como indica Sales (1973) citado por Brandenburg (1998:73): “(...) A submissão molda a consciência política (...) o que se percebe, o que é visível, são as dádivas do coronel, que se traduzem no compromisso político do ‘voto de cabresto’. A inexistência de autonomia ou até de identidade social faz com que não haja direitos e sim dádivas”. Como coloca o Sr. Joaquim: “(...) *ele dava (...) o gado prá olhar, ele dava o trabalho prá fazer, ele dava tudo (...) o coronel dava proteção (...)*”. Neste aspecto, o depoimento reflete acerca da perda do significado de relações que compunham um universo tradicional organizado sócio- econômica e politicamente por lealdades e reciprocidades.

Neste antigo contexto, os conflitos nas relações sociais de classe entre posseiros e o grande pecuarista ficavam, muitas vezes, mascarados por costumes, tal como, o uso da “quarta” na atividade de vaqueiro. Acerca deste aspecto da relação de dominação, Thompsom reflete que se empregarmos a terminologia de classe, a “economia moral” então pode se referir nessa definição ao modo como as relações de classe são negociadas. Ela mostra como a hegemonia não é apenas imposta (ou contestada), mas também articulada nas relações diárias de uma comunidade sendo mantida apenas por concessão e proteção (nos bons tempos) e, pelo menos, por gestos de amparo nos tempos difíceis (1998:261).

No que se refere a esse sistema - como observa Emiliano José⁵⁷, jornalista, escritor, político baiano e um perspicaz analista da realidade da região oeste da Bahia e que compõe a parte média do São Francisco - “fundado em relações híbridas, onde se somavam relações capitalistas e pré-capitalistas, começou a ser duramente abalado a partir do início dos anos 70, sobretudo. Até o fim dos anos 60 não se podiam divisar relações de trabalho claramente capitalistas entre patrão e empregado e, embora as melhores terras, evidentemente, fossem ocupadas pelo latifúndio tradicional, ainda sobravam áreas imensas que os posseiros podiam ocupar. (...) Paralelo a isso, o Vale e o Oeste do São Francisco, vivia a décadas, ‘sob o olhar e a violência dos ‘coronéis’⁵⁸, cuja palavra era lei, vida e morte. Essa sociedade tradicional, plena de mandonismo e servidão, (...) mesmo depois da revolução de 1930, o Estado ainda conviveu anos com o poder dos ‘coronéis’, tendo praticamente que reconhecer que precisava deles para governar. (...) Esse domínio e presença puderam continuar até 1945, quando as modificações políticas e econômicas por que o país passava determinaram uma decadência progressiva do papel que desempenhavam. De 1945 até hoje, a figura do ‘coronel’ perdeu importância, muito embora não tenha desaparecido o chefe político que guarda semelhança com os métodos anteriores e que alterna exploração, compadrios e pequenos favores para com os apadrinhados, e a violência para

⁵⁷ Expansão da fronteira agrícola: a marcha para o oeste do São Francisco. In: Cadernos do CEAS, nº 74. Julho/agosto, 1981.

⁵⁸ Podemos encontrar no romance “*Porto Calendário*” de Osório Alves de Castro, o cenário exemplar desse

com as vozes discordantes. Apesar de menos herméticos, os currais eleitorais permaneceram, mudando de ‘dono’ de acordo com as conveniências das próprias classes dominantes. O fato de o Vale e o Oeste viverem durante muito tempo esquecidos de tudo e de todos contribuiu muito para a manutenção desse esquema de dominação”.

O processo de transformação desse universo de relações tradicionais, tem um caráter ambíguo, pois tais relações pautadas em princípios de reciprocidade e baseadas tanto na proteção, como na sujeição, eram desenvolvidas tanto entre iguais, no sentido de pertencer a uma mesma categoria social, quanto entre categorias distintas. O rompimento desse equilíbrio, gerou representações acerca do passado dessas relações sociais que se fazem sob idealizações para alguns - como no caso do Sr. Joaquim da família *Carinhanha* - e uma postura política diante do presente que contradiz aquelas práticas, pois, simboliza ideais de autonomia e independência lastreados na construção de uma identidade social baseada nas reivindicações de sua condição camponesa de posseiros atualizada na política de reforma agrária e agrícola. Como reflete, por outra parte o membro mais velho da família *Carinhanha*:

“Agora, eu acho que agora tá melhor, sabe porquê? Porque a coisa melhorou mais, a pessoa não tá mais... aquele negócio, sujeita⁵⁹ a ninguém, não é? Não tem mais proibição do que fazer, agora pode trabalhar prá si”.

(Manoel Carinhanha, 84 anos. Depoimento concedido em julho/99).

Sobre o sentido das categorias de representação e a natureza de seu contexto sócio-histórico, podemos mencionar de modo oportuno, as colocações de Woortmann: “(...) categorias de representação são historicamente constituídas e historicamente constituintes. O que é sujeição

contexto de relações sócio-políticas na região do São Francisco, oeste da Bahia, particularmente, na sua parte Média, onde se situa o município de Stª Maria da Vitória, palco utilizado pelo autor para compor narrativas de tempo e espaço na abordagem do imaginário local acerca do coronelismo na “Bahia-São-Franciscana”.

⁵⁹ Klaas Woortmann (1990:70) registra, em nota de rodapé, que “(...) no Sertão do Nordeste, *sujeição* ou *cativoiro* significa o trabalho assalariado, enquanto o domínio sobre a terra, mesmo sob a forma de arrendamento, caracteriza o trabalho livre (...)”.

num momento pode deixar de sê-lo num momento seguinte; depende, também, do contexto a que se refere (...). Neste linha de compreensão, indica que: “(...) categorias culturais são elementos de estruturas de significados que dão sentido à ordem social produzida pela história, assim como permitem uma interpretação da história pelos próprios sujeitos/objetos desta. Mas, elas também se transformam com a história: são inerentes, não à sociedade, mas à ordem social que a configura em determinado momento. Transformando-se a ordem social, transformam-se as estruturas de significados que contêm essas categorias de representação” (1990:70).

No bojo do discurso desses “posseiros-assentados”, enquanto resultado da sua socialização político-organizativa junto aos seus mediadores principais, observa-se a busca pela legitimação política da identidade de *produtor rural* nas relações institucionais estabelecidas pela política agrária e de crédito agrícola. Registramos a adoção na linguagem desses agricultores tradicionais, os recorrentes termos “produtor” e “capacitação” como organizadores desse discurso.

Por outro lado, esta busca pela legitimação política da identidade de *produtor rural* revela as *contradições* e as *ambigüidades* vividas na condição de *assentado*, pois, a “capacitação” advinda das exigências da política agrícola governamental, impõe transformações profundas em seu *habitus*, desqualificando-o e, desta forma, sendo necessário reaprender a viver, a produzir.

Levando em conta, portanto, esta situação apresentada, entendemos como importante a necessidade da observância das práticas tradicionais em termos de estratégias de sobrevivência e modo de vida dos assentados na política de reforma agrária como um elemento fundamental para o exercício de uma autêntica cidadania no campo. Neste sentido, uma reflexão acerca do desencontro entre as concepções dos assentados sobre reforma agrária e política agrícola e as perspectivas da política governamental federal.

Deste modo, o questionamento expresso pelo depoimento seguinte reflete as contradições apresentadas às atuais condições de reprodução desse campesinato inserido na política governamental agrícola e de reforma agrária:

“Como é que eu não tenho nada, hoje! Se eu planto a lavoura e eu não dou e, eu vou pagar o Banco com o quê?. Eu tenho que pagar com aquele. Como é que eu vou pagar? Eu não tenho como pagar! Então, a área de reforma agrária que nós vive hoje em dia é como muitas pessoa estão falando: ‘área de melhoramento’. o povo tá mudando: ‘área de sofrimento’...”

(Joaquim Carinhanha, 48 anos. Depoimento concedido em julho/99).

Nesta perspectiva, a relação com o sistema bancário/financeiro e a conseqüente e crescente monetarização nas relações para a sua reprodução material significou um impacto na sua reprodução social ao nível simbólico de suas relações de caráter *comunitário* e baseadas numa outra linguagem, a prática da troca: *“hoje é só no dinheiro”* (...) *“o dinheiro afastou as coisas da terra”*. E, portanto, gerando um choque na dimensão simbólica de sua racionalidade econômica, pois, como faz ver Woortmann: *“(...) O espírito da reciprocidade (...) ele se afirma (...) enquanto um princípio moral, pela negação do lucro”* (1998:58).

Por outro lado, observamos a importância da existência de suas associações de produtores rurais assentados enquanto fundamental elemento reforçador de solidariedade na rede de parentes e vizinhos e seu papel como agente socializador de práticas:

“(...) Os filho é tudo eles da associação, também, já é até diretor, também, da associação. Sabe que consegue é com aquilo ali, tem que ser com os apoio de todos, dos assunto que tiver de fazer, que nem uma viagem, se vai uma viagem, todo mundo dá dez centavo que tiver, daquela sociedade.

Aí, vai uma viagem, é prá todos, é prá resolver um assunto, um diretor deles, acontece que arruma oito, dez reais, lá ele leva prá viagem e o que comer. Então, já sai pela associação, cada um tem um

interesse apoiado por um. Agora, algum dinheirinho que tiver da associação, tá no Banco, prá na hora que tiver precisão (necessidade) de qualquer coisa, ir num canto, uma viagem, um tratamento (médico), então, tá lá. É assim, é sempre assim.

É o que eu digo, melhorou muito prá gente, né?, porque, isso tudo ficou mais fácil nessa parte. Os menino (filhos e netos do entrevistado) tudo pegou um regimezinho (conduta dada pela educação) melhor da famia (família) e, já dá regime, também, pros outro. Ainda que seja de fora (da família), mas vai acompanhando tudo, é!”.

(Sr. Hidelfonso de Souza. 67 anos, membro da “Associação de produtores rurais da comunidade de *Sambaíba*”. Depoimento concedido em julho/99).

A mobilização desses grupos familiares - decorrente do status de “assentados” - por questões relacionadas diretamente com a reprodução de suas condições de vida, indica uma reafirmação de seu modo de vida, expressando-se pelo confronto com o aparato administrativo e financeiro do Estado e, ao mesmo tempo, um ideal de “assentamento” calcado em seus próprios referenciais de cunho comunitário. Embora alguns sejam reelaborados e adquiram características novas pela introdução de instituições que geram formas sócio-organizativas adaptadas às necessidades atuais das relações com a sociedade envolvente, particularmente, com os setores mais diretamente relacionados às suas questões. Ou seja, as ONGs e o Estado. O que reflete, neste sentido, o anseio em manter a condição da reprodução camponesa enquanto um projeto reatualizado na situação presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ocorridas desde a época das estratégias da grilagem para manter o controle sócio-espacial, até as introduções realizadas pela intervenção da política governamental de reforma agrária no antigo padrão de reprodução dos grupos familiares de pequenos lavradores posseiros estudados, apresentam impactos em várias dimensões que caracterizavam o seu *modo de vida* camponês.

Este *modo de vida* representado por um conjunto de antigas práticas e noções em torno do uso e da apropriação da terra na região do médio São Francisco, conforma um *Habitus*⁶⁰ que fundamentou, historicamente, um padrão de reprodução desses grupos. Esse conjunto de práticas e noções constituiu-se enquanto um *território* organizado por parentesco e reciprocidade: “*uma fazenda comum onde a gente poderia trabalhar à vontade*. Desta forma, essa parcela do campesinato local manteve-se através da pequena criação (caprinos e suínos) praticada livremente nas chamadas terras *soltas* e, da pecuária. Sendo esta última atividade, observada como uma importante estratégia de reprodução, tendo o gado tanto em seu sentido de acumulação e reserva de valor, como de reprodução sócio-cultural - como o dote e a herança (Woortmann, 1983).

Nesta perspectiva, são dimensões integrantes do *modo de vida* camponês dessas famílias: a dimensão *ideológica* e a *dimensão econômico-material*. Essas dimensões constituem-se por elementos que foram considerados aqui segundo sua centralidade no que diz respeito a terra.

O que chamamos de dimensão *ideológica*, e que enfocamos neste trabalho, refere-se as noções de direitos em termos de acesso, uso e posse da terra organizadoras das relações horizontais, aquelas que fundamentam reciprocidades/trocas. Quanto as relações verticais, estas representam o antigo quadro de relações de patronagem e coronelismo; a atual política

⁶⁰ Entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionando como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações **Bourdieu, 1983**, pp 64-65.

governamental de reforma agrária e agrícola e a influência dos mediadores ou entidades de apoio (ONGS). Tais relações fundamentam lealdades/reciprocidades que remetem ao sentido dado pelas memórias de “revisitar o passado através do presente” (Tomson, 1997). Neste aspecto, observamos que o processo de luta pela permanência na terra que se tem como sua, segundo um *Habitus*, representou a defesa de direitos constituídos, historicamente, por relações sócio-espaciais que reproduziam um *modo de vida* considerado *autônomo, livre*.

No que concerne aos limites criados às possibilidades de reprodução *autônoma* desses grupos, chamamos a atenção para esse sentido de autonomia, pois, enquanto expressão presente nos discursos frente à política governamental agrária e agrícola. Esta nova situação trazida pela condição jurídica de *assentado*, acarretou uma interferência na forma do uso e da apropriação tradicionais das terras, visto que as mesmas passaram a ter jurisdição no âmbito da política governamental de reforma agrária. A principal restrição é que faz referência ao passado regional diz respeito ao acesso às *soltas*, que foram transformadas em lotes para absorção de mais famílias, no caso, de origem externa. Esta situação, além de ter acarretado limitações às possibilidades da criação de miúncas ou *miúda* - tradicionalmente desenvolvida em campo aberto (sem cercas), fundamental na economia camponesa. Também, gerou problemas para a prática tradicional de reprodução da posse familiar da terra, devido a mesma ter se tornado excassa.

Pudemos avaliar esse quadro em termos de seus impactos, utilizando a análise de Bourdieu que relaciona *habitus* e temporalização, ou seja, a mobilização prática do passado: “(...) Por implicar uma referência prática ao porvir implicado no passado do qual é o produto, o *habitus* temporaliza-se no próprio ato pelo qual se realiza”(1996:5-6.). Nesta perspectiva, entendemos que “(...) só podemos, portanto, explicar essas práticas se colocarmos em relação a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção desse *habitus* (que engendrou essas práticas) com as condições do exercício desse *habitus*, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura”.(1983:64-65).

Através da análise de *trajetórias familiares* nos foi possível contextualizar a importância da questão da dinâmica sócio-espacial e seus sentidos. Estudos como o de Franco (1994) revelam a importância em se observar *continuidades e discontinuidades* nos processos sociais que se desenvolvem nos assentamentos e reservas, considerando-se a criação de espaços e formas organizativas e a questão das mudanças e permanências na dinâmica social em suas relações e práticas. Por outro lado, Romano (1994) ao comentar o trabalho de Franco (1994), chama a atenção para um enfoque que possa dar conta de situações sociais em termos de absorção de aspectos de modo readequado e *re-semantizado*; o que indica, “estar atento aos efeitos de continuidade das próprias ‘descontinuidades’ nas relações sociais e nos significados presentes nos assentamentos (...)”; ou sejam, as suas contradições.

Ao desenvolver o estudo num quadro analítico de *temporalidade*, buscando qualificar processos de *continuidades* e de *descontinuidades* presentes em termos de significado no espaço social (assentamento), particularmente no que concerne à dinâmica das relações de poder constituídas interna e externamente, detectamos, sobretudo, aspectos que denotam contradições vividas na condição de *assentado* pelo INCRA. Tais contradições estão representadas por alguns aspectos pertinentes a condição de direitos que o status de *assentado* confere. Pudemos registrar como os mais evidentes, a tomada de créditos bancários através dos projetos de custeio para a produção e a relação de dependência com os mediadores devido à formalização e burocratização das relações econômico-produtivas em função, inclusive, da necessidade do uso da linguagem escrita, embora tenha suscitado a importância do exercício de cidadania no plano sócio-organizativo através das associações de produtores rurais.

A re-sematização de práticas e relações presentes entre os “posseiros-assentados” se expressa na passagem da subordinação ocasionada pela grilagem para a subordinação ou *cativeiro* - representação contida nos discursos - provocado tanto pelo disciplinamento resultante da política de assentamento nas áreas de posse tradicional, quanto pela política de municipalização da reforma agrária, bem como da política de crédito agrícola.

Por outro lado, como observamos no decorrer deste trabalho, a luta desses “posseiros-assentados” pela permanência na terra reflete o anseio em manter a condição da reprodução camponesa enquanto um projeto reatualizado na situação presente: “(...) *Eu nasci e criei aqui e nunca saí, tô com a idade de 50 anos e me permaneci direto aqui. A única saída que tive foi um ano e oito mês (1966) que tive em São Paulo, pensando das coisa lá ser melhor e no fim não era (...) eu achei que a vida lá era muito apertada, corrida, não gostei (...) e aí, a única solução é aqui mesmo, porque a prática que a gente nasceu e criou é aqui*”.

Por fim, este estudo apresentado, objetivou, num nível mais geral, uma abordagem acerca da importância da observância das práticas tradicionais em termos de estratégias de sobrevivência e modo de vida dos assentados na política de reforma agrária como um elemento fundamental para o exercício de uma autêntica cidadania no campo. Neste sentido, uma reflexão acerca do desencontro entre as concepções dos assentados sobre reforma agrária e as perspectivas da política governamental federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maristela de Paula. “A coletivização da produção nos assentamentos de Reforma Agrária”. In: Cadernos do CEAS, n. 142. Nov./Dez; págs. 65-67.1992; Salvador-BA.

_____. *Terra de Índio: Terras de Uso Comum e Resistência Camponesa*, São Paulo, PPGAS/FFLCH/USP, tese de doutorado, 1990.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus, 1994.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito”. In: Na Trilha dos Grandes Projetos. Edna Ramos de Castro e Jean Hébette (orgs). Cadernos do NAEA, N° 10, UFPA, Belém, 1989, pp. 163-196.

BERTAUX, Daniel y THOMPSON, Paul (ed.) “Between Generations, Family, Myths and memories”, en International Yearbook of History and life Stories, Volume II, Oxford University Press, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1979.

Razões Práticas: Sobre a teoria da ação/ Pierre Bourdieu: Tradução; Mariza Corrêa, São Paulo, Editora Papyrus, 1996:

_____. “O capital simbólico”.

_____. Apêndice: “Entrevista sobre a prática, o tempo e a história”.

_____. Apêndice: “O espírito de família”.

Pierre Bourdieu. Sociologia. Coletânea Grandes Cientistas Sociais. Org. Ortiz, Renato. São Paulo: Ática, 1983:

_____. “Esboço de uma teoria da prática”.

BARBIERI, Mirta Ana. “Relatos de vida, transmissão y cambio cultural”; pp.885-888; artigo apresentado na X International Oral History Conference, Rio de Janeiro, Brazil, 14-18 june, 1998.

BATTAGLIOLA, Françoise; Bertaux-Wiame, Isabelle; Ferrand, Michèle e Imbert, Françoise. In: *Dire sa vie: Entre travail et famille – La construction sociale des trajectoires*. Réalisation technique: Maud Fontaine, 1991.

BRANDENBURG, Alfio. *Colonos: subserviência e autonomia*. In: Para Pensar Outra Agricultura. Ferreira, Ângela D. Damasceno. Brandenburg, Alfio, Orgs. Editora da Universidade do Paraná. Curitiba, 1998.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Ed. Brasiliense, 3ª edição, São Paulo, 1973.

EMILIANO JOSÉ. *Expansão da fronteira agrícola: a marcha para o oeste do São Francisco*. In: Cadernos do CEAS, nº 74. Julho/agosto, Salvador, 1981.

FRANCO, Mariana. “*Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das “mercadorias” nos seringais do Alto Juruá*”. In: Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar. Orgs. Leonildes Medeiros... et all. Ed. Unesp. 1994.

GARCIA JR.; Medeiros et al. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais*. In: Assentamentos rurais: Propostas de pesquisa. Debates Cpda, número 4/ Dezembro/ 1997.

_____ *Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental*”. In: Assentamentos rurais: Propostas de pesquisa. Debates Cpda, número 4/Dezembro/1997

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, EDUESP, 1991.

HARVEY, David. “A Experiência do Espaço e do Tempo”. In: *A Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo, Loyola, 1993: pp.185-289.

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. Editora Hucitec, 1993.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

MENEZES. Marilda A. “*Práticas cotidianas de resistência: Uma leitura e aplicação de James Scott*”. Texto produzido em agosto de 1998. Discutido em disciplina ministrada pela autora no Programa do Mestrado em Sociologia da UFPB - Campus II - Campina Grande-PB.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: Da Sesmaria ao minifúndio (História regional e local)*, Univ. Estadual de Feira de Santana/ Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998.

NEVES, Delma Pessanha. *O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais*. In: Para pensar Outra Agricultura. Ferreira, Ângela D. Damasceno. Brandenburg, Alfio, Orgs. Editora da Universidade do Paraná. Curitiba, 1998.

OLIVEIRA, Nelson. *Política Agrária e eficácia da ação governamental: O caso da Bahia entre 1985 e 1989*. P. 26-41. In: Cadernos do CEAS, nº 155, jan/fev, Salvador-Ba, 1995.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. SUVALE/ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Rio de Janeiro, 1972:

_____ Cap. IX: *Agricultura*. Tomo II.

_____ Cap. VIII: *A terra e seu uso*. Tomo II.

_____ Cap. II: *Mobilidade*. Tomo II.

PAOLIELLO, Renata M. "*Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira*". In: *Além dos territórios: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Niemeyer, Ana Maria. Pietrafesa de Godoi, Emília, Orgs. Editora Mercado das Letras, Campinas-SP. 1998.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. "*O sistema do lugar: história, território e memória no sertão*". In: *Além dos territórios: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Niemeyer, Ana Maria. Pietrafesa de Godoi, Emília, Orgs. Ed. Mercado das Letras, Campinas-SP. 1998.

POLLAK, Michael. "*Memória e Identidade social*". Conferência publicada In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, 1992, p. 200-212.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. "*Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"*". In: *Experimentos com história de vida*. Org. Olga de Moraes v. Simson. São Paulo, Vértice, 1988.

ROMANO, Roberto. “Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: Comentários para um debate”. In: *Assentamentos rurais: Uma visão Multidisciplinar*. Orgs. Leonildes Medeiros... et all. Ed. Unesp. 1994.

THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998:

_____ Introdução: *Costume e cultura*

_____ Cap. 3: *Costume, lei e direito comum*.

_____ Cap. 5: *Economia moral revisitada*.

TOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”. In: *Projeto História*, 15 (Ética e História Oral), abr. 1997. pp. 51-84.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. Edunb/Hucitec, São Paulo-Brasília: Estudos Rurais, 1995.

_____ *Parentesco e Reprodução Camponesa. Ciências Sociais Hoje/85*.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: *O Campesinato como ordem moral*. In: *Anuário Antropológico/97*. Editora. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro.1990.

_____ *A Transformação da Subordinação*. In: *Anuário Antropológico/81*. Ed. Univ. Federal do CE. / Tempo Brasileiro. 1983.

Bibliografia Consultada

(NÃO REFERENCIADA)

- Manual de História Oral.* Meihy, José Carlos. 2ª edição. Edições Loyola, 1998.
- Usos e abusos da História Oral.* Marieta de Moraes Ferreira e Janáina Amado (coord^{es}) Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
- Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.* Bosi, Ecléia. Série: Biblioteca de Letras w Ciências Humanas: Estudos Brasileiros. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- A Voz do Passado: História Oral.* Thompson, Paul. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- L'approche Biographique: Sa Validité méthodologique, ses potentialités.* Par Daniel Bertaux. In: Cahiers Internationaux de Sociologie, Vol. LXIX, 1980.
- História de vida na Ciência antropológica.* Langness, Lewis Leroy. Coleção Antropologia e Sociologia. Ed. Pedagógica e Universitária Ltda, São Paulo, 1973.
- O Trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever.* Oliveira, Roberto Cardoso de. In: Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996, Vol. 39, n^o 1.
- Observação Participante.* In: Metodologias qualitativas na Sociologia. Haguellte, Tereza Maria Frota. Petrópolis, Vozes, 1992.
- O Grande Mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em História Oral.* Amado, Janáina. Revista História. São Paulo, Ed. UNESP, v. 14, 1995, pp. 125-136.
- Working class culture.* An International Symposium, organized by the Museum of Work, Nonköping, and the Departamente of Ethnology, University of Gothenburg, September, 1986. Birgitt Skarin Frykman e Elisabeth Tegner (Ed^s) Ethnological Publications 2.
- Tepoztlán Reestudiado: Crítica del concepto Continuum Folk-urbano.* In: Antropologia de la pobreza. Lewis, Oscar. México-Buenos Aires. Fondo de Cultura economica, 1960.
- O Tempo na História: Concepções do Tempo da Pré- História aos nossos dias.* Whithow, G. J. Jorge Zahar editor. Coleção Ciência, Rio de Janeiro, 1993.
- Structures, habitus, pratiques.* Chapitre 3. In: *Le sens Pratique.* Bourdieu, Pierre. Paris, editora. Minuit, 1978.
- "A força do Direito". In: *O Poder Simbólico.* Pierre Bourdieu. Ed. Difel, São Paulo, 1989.
- Significados da terra na cultura cabocla: tensões entre a tradição oral e a escrita.* Marcon, Telmo. In: X International Oral History Conference. Rio de Janeiro, Brazil. 14-18 June, 1998.
- Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.* Cândido, Antônio. Livraria Duas Cidades. 7ª edição. São Paulo, 1987.

A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil. Heredia, Beatriz Maria Alásia de. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

Formas de Dominação e Espaço Social: A Modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. Heredia, Beatriz Maria Alásia de. Editora Marco Zero em co-edição com o MCT/CNPq. São Paulo, 1989.

O Sul: Caminho do Roçado (Estratégias de reprodução Camponesa e Transformação Social). Garcia Júnior, Afrânio. Editora Marco Zero e Editora Universidade de Brasília em co-edição com o MCT/CNPq. Brasília, 1990.

Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Abramovay, Ricardo. Editora Hucitec. ANPOCS. Editora da UNICAMP. São Paulo - Rio de Janeiro - Campinas, 1992.

A Sociedade Agrária como Fluxo Organizado: Processos de Desenvolvimento Passados e Presentes". Vicent, Joan. In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas (métodos) Bela Feldman - Bianco (org). 1987. Do original: "Agrarian Society as organized Flow: Process of Development Past and Present". In: Peasant Studies, Vol. VI, nº 2, april of 1977, pp. 56-65.

UFCG